

86º CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – 2008

O Procurador-Geral de Justiça Substituto e Presidente da Comissão do 86º Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público – 2008, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao disposto no art. 10º - § 3º Regulamento do Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público, **AVISA** que faz publicar as questões objetivas da prova preambular do 86º Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público – 2008, realizada em 30 de novembro de 2008.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

86.º CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DE SÃO PAULO – 2008

Prova Preambular

1

INSTRUÇÕES

- ✓ VERIFIQUE SE O NÚMERO DO CADERNO DE PERGUNTAS, DA FOLHA DE RESPOSTAS E O NÚMERO CONSTANTE NA ETIQUETA DE SUA CARTEIRA COINCIDEM ENTRE SI.
- ✓ O CADERNO CONTÉM UM TOTAL DE 80 QUESTÕES.
- ✓ PARA CADA QUESTÃO HÁ APENAS **UMA** RESPOSTA CERTA.
- ✓ RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES SEM QUALQUER RASURA.
- ✓ PREENCHA CORRETAMENTE O CANHOTO DE IDENTIFICAÇÃO DA FOLHA DE RESPOSTAS (ASSINATURA, NÚMERO DO DOCUMENTO, NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO, QUE TAMBÉM DEVERÁ SER MARCADO NO QUADRO INDICADO PELAS SETAS).
- ✓ NÃO DESTAQUE DA FOLHA DE RESPOSTAS O CANHOTO DE IDENTIFICAÇÃO.
- ✓ DURANTE A REALIZAÇÃO DA PROVA, É VEDADO QUALQUER TIPO DE CONSULTA, INCLUSIVE A OBRAS, LEGISLAÇÃO, DOCTRINA, SÚMULAS, JURISPRUDÊNCIA OU ANOTAÇÕES PESSOAIS, COMUNICAÇÃO ENTRE OS CANDIDATOS E UTILIZAÇÃO DE QUALQUER APARELHO ELETRÔNICO.
- ✓ CONCLUÍDA A PROVA, PERMANEÇA NO SEU LUGAR E SOLICITE A UM FISCAL QUE PROCEDA AO RECOLHIMENTO DA FOLHA DE RESPOSTAS.
- ✓ SERÁ INVALIDADA A PROVA NO CASO DE A FOLHA DE RESPOSTAS APRESENTAR SINAIS OU ANOTAÇÕES NÃO PERMITIDAS.
- ✓ A DURAÇÃO DA PROVA É DE QUATRO HORAS.
- ✓ A SAÍDA DO CANDIDATO SÓ SERÁ PERMITIDA APÓS TRANSCORRIDAS DUAS HORAS DO INÍCIO DA PROVA.

AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR ESTE CADERNO DE PERGUNTAS.

DIREITO PENAL

01. Assinale a alternativa correta.

- (A) Os crimes instantâneos não admitem tentativa.
- (B) Nos crimes de ação múltipla, a pluralidade de agentes integra o tipo.
- (C) É possível a tentativa em crimes comissivos por omissão.
- (D) O crime de exercício arbitrário das próprias razões é crime de mão própria.
- (E) Os crimes unissubjetivos não admitem co-autoria.

02. A Lei n.º 6.766/79 (Lei sobre parcelamento do solo urbano) prevê como crime, no art. 50, I: “Dar início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos sem autorização do órgão público competente, ou em desacordo com as disposições desta Lei ou de outras normas pertinentes do Distrito Federal, Estados e Municípios”. Esse delito pode ser classificado como

- (A) formal, de perigo e instantâneo de efeitos permanentes, no qual o sujeito passivo é a Administração Pública.
- (B) formal, de dano e instantâneo de efeitos permanentes, no qual o sujeito passivo é o Município.
- (C) formal, de perigo e permanente, no qual o sujeito passivo é a Administração Pública.
- (D) material, de dano e permanente, no qual o sujeito passivo é o Município.
- (E) material, de perigo e instantâneo de efeitos permanentes, no qual o sujeito passivo é a Administração Pública.

03. Indique a conduta que não está descrita na Lei n.º 9.605/98 como crime contra o meio ambiente.

- (A) Extrair de florestas de domínio público ou consideradas de preservação permanente, sem prévia autorização, pedra, areia, cal ou qualquer espécie de minerais.
- (B) Causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação e às áreas de que trata o artigo 27 do Decreto n.º 99.274, de 6 de junho de 1990, independentemente de sua localização.
- (C) Introduzir espécime animal no País, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida por autoridade competente.
- (D) Fazer ou usar fogo, por qualquer modo, em floresta ou nas demais formas de vegetação, ou em sua borda, sem tomar as precauções necessárias para evitar propagação.
- (E) Comercializar motosserra ou utilizá-la em florestas e nas demais formas de vegetação, sem licença ou registro da autoridade competente.

04. Propaganda eleitoral em língua estrangeira é

- (A) expressão da garantia do livre exercício da propaganda eleitoral e do voto.
- (B) crime previsto no Código Eleitoral.
- (C) atividade que depende de autorização da Justiça Eleitoral.
- (D) contravenção penal.
- (E) liberdade de expressão assegurada constitucionalmente.

05. Não é modalidade de peculato prevista no Código Penal:

- (A) peculato-apropriação.
- (B) peculato-furto.
- (C) peculato-concussão.
- (D) peculato culposo.
- (E) peculato mediante erro de outrem.

06. Assinale a alternativa correta.

- (A) O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, determina a redução da pena de um sexto a um terço.
- (B) O erro sobre elemento constitutivo do tipo penal não exclui o dolo.
- (C) O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado determina que se considerem as condições ou qualidades da vítima da infração.
- (D) Nas discriminantes putativas, se o erro deriva de culpa, responde o agente por crime culposos, se previsto em lei.
- (E) Considera-se evitável o erro se o agente atua ou se omite com consciência da ilicitude do fato, quando não lhe era possível, nas circunstâncias, agir de forma diversa.

07. Nos termos da Lei n.º 11.340/06 (Lei contra a violência doméstica e familiar contra a mulher), assinale a alternativa incorreta.

- (A) A lei compreende o dano patrimonial à mulher.
- (B) A lei compreende o dano moral à mulher.
- (C) A coabitação entre os sujeitos ativo e passivo é condição para a aplicação da lei.
- (D) A empregada doméstica pode ser sujeito passivo.
- (E) O parentesco entre os sujeitos ativo e passivo não é condição para a aplicação da lei.

08. Diante do que dispõe o art. 297, § 2.º, do Código Penal, não se equiparam a documento público, para efeitos penais,

- (A) as ações de sociedade comercial.
- (B) os títulos não mais transmissíveis por endosso.
- (C) os livros mercantis.
- (D) os testamentos hológrafos.
- (E) os documentos emanados de entidade paraestatal.

09. Assinale o enunciado que não corresponde a entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.
- (A) Há crime de latrocínio quando o homicídio não se consuma, se o agente realiza a subtração de bens da vítima.
 - (B) A punição de intermediador, no jogo do bicho, independe de identificação do “apostador” ou do “banqueiro”.
 - (C) O crime de extorsão consuma-se independentemente da obtenção da vantagem indevida.
 - (D) A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.
 - (E) O art. 309 do Código de Trânsito Brasileiro, que reclama decorra do fato perigo de dano, derogou o artigo 32 da Lei das Contravenções Penais, no tocante à direção sem habilitação em vias terrestres.
10. Assinale a alternativa correta.
- (A) Não se admite co-autoria em crime culposos.
 - (B) Admite-se a participação em crime de mera conduta.
 - (C) As circunstâncias de caráter pessoal, quando elementares do crime, comunicam-se ao partícipe que delas não tinha conhecimento.
 - (D) O partícipe que quis colaborar com a prática de crime menos grave responde pelo crime mais grave executado pelo autor, reduzida a pena até a metade.
 - (E) Configurada a participação de menor importância na infração, deve o juiz diminuir a pena de um terço a dois terços.
11. Aponte qual das condutas não está descrita como crime contra a criança e o adolescente, nos termos da Lei n.º 8.609/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).
- (A) Descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao pátrio poder ou decorrentes de tutela ou guarda, bem assim determinação da autoridade judiciária ou Conselho Tutelar.
 - (B) Impedir ou embaraçar a ação de autoridade judiciária, membro do Conselho Tutelar ou representante do Ministério Público no exercício de função prevista em lei.
 - (C) Descumprir, injustificadamente, prazo fixado nessa Lei, em benefício de adolescente privado de liberdade.
 - (D) Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou constrangimento.
 - (E) Deixar o encarregado de serviço ou dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de manter registro das atividades desenvolvidas, na forma e prazo referidos no art. 10 dessa Lei, bem como de fornecer à parturiente ou a seu responsável, por ocasião da alta médica, declaração de nascimento, onde constem as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato.
12. Não é causa de aumento de pena, de um terço até metade, no crime de homicídio culposo praticado na direção de veículo automotor, a circunstância de o agente
- (A) não possuir Permissão para dirigir ou Carteira de Habilitação.
 - (B) praticá-lo em faixa de pedestres ou na calçada.
 - (C) deixar de prestar socorro, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à vítima do acidente.
 - (D) estar sob influência de álcool ou substância tóxica ou entorpecente de efeitos análogos.
 - (E) no exercício de sua profissão ou atividade, estar conduzindo veículo de transporte de passageiros.
13. Considerando as disposições contidas na Parte Geral da Lei das Contravenções Penais, assinale a alternativa incorreta.
- (A) A lei brasileira só é aplicável à contravenção praticada no território nacional.
 - (B) Não é punível a tentativa de contravenção.
 - (C) Nas contravenções, as penas principais são prisão simples e multa.
 - (D) Verifica-se a reincidência quando o agente pratica uma contravenção depois de passar em julgado a sentença que o tenha condenado, no Brasil ou no estrangeiro, por qualquer crime, ou, no Brasil, por motivo de contravenção.
 - (E) Nas contravenções, em caso de ignorância ou de errada compreensão da lei, quando inescusáveis, a pena pode deixar de ser aplicada.
14. Com relação ao crime de rixa, descrito no art. 137, *caput*, do Código Penal (“Participar de rixa, salvo para separar os contendores”), assinale a alternativa incorreta.
- (A) É crime plurissubjetivo ou de concurso necessário.
 - (B) Há presunção de perigo, que decorre da simples existência material da contenda.
 - (C) É possível uma pessoa ser sujeito ativo e passivo do mesmo crime.
 - (D) É infração de forma livre, podendo ser cometida por qualquer meio eleito pelo agente.
 - (E) Quem provoca a rixa por imprudência, sem dela participar, responde também pelo crime.

15. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) Promover, ou organizar a cooperação no crime ou dirigir a atividade dos demais agentes é circunstância agravante genérica.
- (B) O desconhecimento da lei é circunstância atenuante genérica.
- (C) Ter o agente cometido o crime em estado de embriaguez preordenada é circunstância agravante genérica.
- (D) No concurso de agravantes e atenuantes, as circunstâncias preponderantes são as que resultam dos motivos determinantes do crime, da personalidade e da conduta social do agente.
- (E) No concurso de causas de aumento ou de diminuição de pena previstas na parte especial, pode o juiz, na fixação da pena, limitar-se a um só aumento ou a uma só diminuição, prevalecendo, porém, a causa que mais aumente ou diminua.

16. Se em 1.º de dezembro de 2008 entrar em vigor uma nova lei penal, alterando as disposições contidas na Parte Geral do Código Penal (arts. 14, parágrafo único, 15, 16, 19 e 26, parágrafo único), qual das normas introduzidas pelo novo diploma, mencionadas nas alternativas a seguir, não se aplicará aos crimes cometidos até 30 de novembro de 2008?

- (A) Art. 14, parágrafo único – “Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de metade a dois terços.”
- (B) Art. 15 – “É isento de pena o agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza.”
- (C) Art. 16 – “Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de metade até dois terços.”
- (D) Art. 19 – “Pelo resultado que agrava especialmente a pena, não responde o agente se o houver causado culposamente.”
- (E) Art. 26, parágrafo único: “A pena pode ser reduzida de um terço a metade se o agente, em virtude de perturbação da saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.”

DIREITO PROCESSUAL PENAL

17. Assinale a alternativa correta.

- (A) O inquérito policial não é indispensável à propositura da ação penal nos crimes em que se procede mediante queixa do ofendido.
- (B) No caso de infração de menor potencial ofensivo, a peça inaugural do inquérito policial é o termo circunstanciado.
- (C) Como regra geral, não deve a autoridade policial determinar o indiciamento do autor da infração se este já se identificou civilmente.
- (D) Na hipótese de decretação da prisão temporária por crime hediondo ou a este equiparado, a incomunicabilidade do preso não poderá exceder a 30 (trinta) dias, salvo se prorrogada a prisão, por igual prazo, por nova decisão judicial.
- (E) Da decisão judicial que determina o arquivamento de autos de inquérito policial, a pedido do Ministério Público, cabe recurso em sentido estrito.

18. Assinale a alternativa correta.

- (A) A caracterização do flagrante presumido não prescinde da perseguição ao agente logo depois da infração.
- (B) Não se admite a prisão em flagrante nas infrações de menor potencial ofensivo.
- (C) O quebramento da fiança importará a perda de metade do seu valor e a obrigação do acusado de se recolher à prisão.
- (D) Admite-se a decretação da prisão preventiva nos casos de contravenção penal e crime culposos se o réu é vadio.
- (E) Cabe recurso em sentido estrito da decisão que nega a fiança e da que indefere pedido de revogação da prisão preventiva.

19. Assinale a alternativa correta.

- (A) O critério geral para a fixação da competência territorial é o do lugar onde foi praticada a infração penal, mas a Lei n.º 9.099, de 26.09.1995, contém regra especial, referindo-se ao local onde a infração se consumou.
- (B) Nas hipóteses de conexão e continência, constatada, em incidente próprio, a insanidade mental de um dos acusados, superveniente à infração, impõe-se a separação dos processos.
- (C) Na hipótese de infração única, atribuída a duas ou mais pessoas, a unidade do processo e do julgamento dos autores e partícipes decorre da conexão intersubjetiva por concurso, também denominada conexão subjetiva concursal.
- (D) A lei não admite a reunião dos processos na hipótese de conexão entre infração de menor potencial ofensivo, da competência dos Juizados Especiais Criminais, e crime que se insere na competência do Tribunal do Júri.
- (E) Nas hipóteses de conexão e continência, quando se verificar o concurso de jurisdições de mesma categoria, o lugar onde houver ocorrido o maior número de infrações prevalece sobre o lugar onde foi praticado o crime mais grave, na determinação do foro prevalente.

20. É correto afirmar, em relação à suspensão condicional do processo, que
- (A) não se admite a suspensão se, em razão do acréscimo de um sexto decorrente da continuidade delitiva, a pena máxima cominada para a infração excede a dois anos.
 - (B) a anterior condenação irrecorrível por contravenção penal impede a sua concessão.
 - (C) a instauração de novo processo por contravenção penal no curso do prazo da suspensão é causa de revogação obrigatória.
 - (D) o descumprimento injustificado da condição de reparação do dano é causa de revogação obrigatória da suspensão.
 - (E) a concessão da suspensão é causa interruptiva da prescrição.
21. Considere as seguintes assertivas:
- I. Admitem-se no processo penal a citação com hora certa e a citação por meio eletrônico.
 - II. É nula a citação por edital se este indica o dispositivo da lei penal, mas não transcreve a denúncia ou queixa nem resume os fatos em que se baseia a imputação.
 - III. A Lei n.º 9.099, de 26.09.1995, não prevê a possibilidade de citação por correspondência, com aviso de recebimento pessoal, do autor de infração de menor potencial ofensivo.
- Assinale, agora, a alternativa correta.
- (A) Somente I é verdadeira.
 - (B) Somente II é verdadeira.
 - (C) Somente III é verdadeira.
 - (D) Somente I e II são verdadeiras.
 - (E) Somente II e III são verdadeiras.
22. Assinale a alternativa incorreta.
- (A) A questão prejudicial facultativa que enseja a suspensão do processo pressupõe que a decisão sobre a matéria controvertida a ser dirimida no juízo cível possa influir na final classificação jurídica do fato objeto do processo penal, mas não no reconhecimento da existência da infração penal.
 - (B) A questão prejudicial obrigatória que enseja a suspensão do processo penal pressupõe que a matéria controvertida recaia sobre o estado civil das pessoas e que de sua solução dependa o reconhecimento da existência da infração penal.
 - (C) A suspensão do processo em razão de questão prejudicial facultativa somente pode ser determinada pelo juiz se já proposta no juízo cível a ação que vise solucioná-la.
 - (D) A suspensão do processo em razão de questão prejudicial obrigatória pode ser determinada pelo juiz ainda que não tenha sido proposta no juízo cível a ação que vise solucionar a matéria controvertida.
 - (E) A decisão irrecorrível do juízo cível que soluciona a questão prejudicial obrigatória no sentido da atipicidade dos fatos descritos na denúncia vincula o juiz do processo penal.
23. De acordo com o que dispõe o Código de Processo Penal, é correto afirmar que
- (A) as provas ilícitas são inadmissíveis, salvo se constatado que poderiam ter sido obtidas a partir de uma fonte independente.
 - (B) no interrogatório em plenário do tribunal do júri, as partes e os jurados podem formular perguntas diretamente ao acusado.
 - (C) o ascendente e o descendente do ofendido podem se recusar a depor como testemunhas.
 - (D) em caso de lesões corporais, a falta de exame pericial complementar pode ser suprida pela prova testemunhal.
 - (E) os documentos em idioma estrangeiro somente devem ser juntados aos autos após a sua tradução por tradutor público, ou, na falta, por pessoa idônea nomeada pela autoridade.
24. Assinale a alternativa correta.
- (A) O procedimento comum sumário deve ser observado nos processos por crimes aos quais a lei comina pena máxima igual ou inferior a 4 (quatro) anos.
 - (B) Nos processos de competência do tribunal do júri, provada nos autos a inexistência do fato, deve o juiz impronunciar o acusado.
 - (C) A oitiva do ofendido e das testemunhas antecede ao interrogatório do acusado no procedimento comum ordinário, mas não no procedimento previsto para os processos de competência do tribunal do júri.
 - (D) Compõem o tribunal do júri 1 (um) juiz togado e 21 (vinte e um) jurados, com idade mínima de 18 (dezoito) anos, dos quais 7 (sete) constituirão o conselho de sentença.
 - (E) O tempo destinado à acusação e à defesa, nos debates na sessão de julgamento do tribunal do júri, é de uma hora e meia para cada, e de uma hora para a réplica e outro tanto para a tréplica.
25. Assinale a alternativa incorreta.
- (A) Compete ao Tribunal de Justiça o julgamento de *habeas corpus* impetrado contra decisão proferida por juiz de direito oficiando no Juizado Especial Criminal.
 - (B) O menor de 18 anos, o analfabeto e o estrangeiro podem impetrar *habeas corpus*.
 - (C) Não cabe *habeas corpus* contra sentença condenatória a pena de multa.
 - (D) Da decisão do juiz que concede ou denega *habeas corpus* cabe recurso em sentido estrito.
 - (E) Da decisão do Tribunal de Justiça que concede *habeas corpus* não cabe recurso ordinário para o Superior Tribunal de Justiça.

26. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) Admite-se a intervenção do assistente do Ministério Público após a sentença absolutória, na ausência do trânsito em julgado.
- (B) Na ausência de recurso do Ministério Público, pode o assistente de acusação recorrer da decisão que rejeita a denúncia por inépcia.
- (C) Não cabe recurso em sentido estrito da decisão que admitir ou não admitir o assistente de acusação.
- (D) Pode o ofendido, particular, habilitar-se como assistente do Ministério Público em crimes contra a Administração Pública.
- (E) Não se aplicam ao assistente de acusação os impedimentos previstos em lei para o juiz e o órgão do Ministério Público.

27. Assinale a alternativa correta.

- (A) Cabe recurso em sentido estrito da decisão do juiz que julga improcedente a exceção de suspeição.
- (B) Cabe recurso em sentido estrito da decisão que indefere pedido de anulação do processo no curso da instrução.
- (C) No caso de morte do ofendido, o cônjuge somente poderá apelar da sentença absolutória, na ausência de recurso do Ministério Público, se previamente tenha se habilitado como assistente.
- (D) No procedimento sumaríssimo regido pela Lei n.º 9.099, de 26.09.1995, cabe apelação, no prazo de cinco dias, da sentença, da decisão que homologa a transação penal e da que rejeita a denúncia ou a queixa.
- (E) No procedimento sumaríssimo regido pela Lei n.º 9.099, de 26.09.1995, é de cinco dias o prazo para a interposição de embargos de declaração contra a sentença.

28. Considerando as disposições contidas na Lei n.º 11.343, de 23.08.2006 (nova Lei de Tóxicos), assinale a alternativa correta.

- (A) A “infiltração” por agentes policiais em tarefas de investigação, nos crimes descritos na referida Lei, depende de autorização do juiz ou do Ministério Público.
- (B) Recebidos os autos de inquérito policial, o prazo para o oferecimento da denúncia é de 5 (cinco) dias.
- (C) O perito que firmar o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga ficará impedido de participar da elaboração do laudo definitivo.
- (D) Nos crimes de tráfico de drogas ilícitas e assemelhados (arts. 33, *caput* e § 1.º, e 34 a 37), a referida Lei veda a concessão de fiança, *sursis*, graça, indulto, anistia e liberdade provisória, a progressão de regime e a substituição da pena por sanção restritiva de direitos.
- (E) Na fixação da pena, as circunstâncias preponderantes sobre outras circunstâncias previstas no art. 59 do Código Penal são a natureza e a quantidade da substância ou do produto, a personalidade e a conduta social do agente.

29. Considerando as disposições de natureza processual penal contidas na Lei n.º 11.101, de 09.02.2005 (Lei de Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial), aplicáveis aos crimes nela descritos, é incorreto afirmar que

- (A) a ação penal pública será sempre incondicionada.
- (B) a ação penal privada subsidiária pode ser ajuizada pelo administrador judicial e por qualquer credor habilitado.
- (C) embora prevista a competência do juiz criminal para o processo e julgamento da ação penal, admite-se que a prisão preventiva do falido e de seus administradores seja decretada na sentença de falência.
- (D) a impossibilidade de gerir empresa por mandato ou por gestão de negócio é um dos efeitos automáticos da condenação.
- (E) os efeitos da condenação perdurarão até 5 (cinco) anos após a extinção da punibilidade, salvo se antes concedida a reabilitação penal.

30. Considere as seguintes assertivas:

- I. É vedada a concessão de liberdade provisória mediante fiança, anistia, graça e indulto ao condenado por crime de falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produto alimentício (art. 272, *caput*, e §§ 1.º-A e 1.º, do Código Penal).
- II. O reincidente na prática de crimes de extorsão mediante seqüestro na forma tentada (art. 159, *caput*, c.c. o art. 14, inciso II, do Código Penal) somente poderá progredir de regime após o cumprimento de três quintos da pena.
- III. Ao reincidente na prática de crimes de tráfico de entorpecentes (art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343, de 23.08.2006) somente poderá ser concedido o livramento condicional após o cumprimento de dois terços da pena.

Assinale, agora, a alternativa correta.

- (A) Somente I é verdadeira.
- (B) Somente II é verdadeira.
- (C) Somente III é verdadeira.
- (D) Somente I e II são verdadeiras.
- (E) Somente II e III são verdadeiras.

31. Considere as seguintes assertivas:

- I. A Lei de Execução Penal prevê, expressamente, a possibilidade de o juiz da execução modificar as condições impostas à suspensão condicional da pena, ao regime aberto e ao livramento condicional.
- II. A Lei de Execução Penal prevê, expressamente, que o preso provisório estrangeiro está sujeito à inclusão no regime disciplinar diferenciado, nas hipóteses legais de seu cabimento.
- III. Os arts. 180 a 184 da Lei de Execução Penal não prevêem as seguintes possibilidades de conversão: de pena privativa de liberdade em restritiva de direitos; de multa em pena privativa de liberdade; de medida de segurança em pena privativa de liberdade.

Assinale, agora, a alternativa correta.

- (A) Somente I é verdadeira.
- (B) Somente II é verdadeira.
- (C) Somente III é verdadeira.
- (D) Somente I e II são verdadeiras.
- (E) Somente I e III são verdadeiras.

32. Considere as seguintes assertivas:

- I. A condenação irrecorrível a pena privativa de liberdade por crime culposo praticado no período de prova é causa de revogação obrigatória do *sursis*.
- II. Poderá ser deferido novo livramento em relação à mesma pena se a revogação do livramento condicional decorreu do descumprimento de obrigação imposta na sentença concessiva.
- III. Computa-se na pena o tempo em que permaneceu o liberado no gozo do livramento condicional, na hipótese de revogação por crime praticado anteriormente à sua vigência.

Assinale, agora, a alternativa verdadeira.

- (A) Somente I é verdadeira.
- (B) Somente II é verdadeira.
- (C) Somente III é verdadeira.
- (D) Somente I e II são verdadeiras.
- (E) Somente II e III são verdadeiras.

DIREITO CIVIL, DIREITO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E DIREITO ADMINISTRATIVO

33. Com relação à pessoa do interdito, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O seu domicílio será o do curador, não se admitindo prova em contrário, sendo irrelevante, para efeito legal, o lugar da situação dos bens ou o da residência ou internação.
- (B) A incapacidade absoluta constitui causa impeditiva da prescrição, independentemente da data da sentença ou do registro de interdição.
- (C) Quando o curador for o cônjuge e o regime de bens do casamento for de comunhão parcial, não será obrigado à prestação de contas, salvo determinação judicial.
- (D) O seu filho, se menor, ficará sob a autoridade do curador nomeado pelo juiz, que terá, ainda, a administração dos bens que lhe pertencam.
- (E) Ainda que sem consciência do ilícito, ele poderá ser vítima de danos morais por ofensa à honra, inclusive no caso de calúnia.

34. Indique a alternativa correta.

- (A) A incapacidade para suceder e a exclusão da sucessão de herdeiro ou legatário dependem de declaração por sentença transitada em julgado.
- (B) O excluído da sucessão conservará o direito ao usufruto e à administração dos bens que aos seus sucessores couberem na herança.
- (C) Prescreve em dois anos, contados da abertura da sucessão, a pretensão de excluir o herdeiro ou o legatário.
- (D) É possível a reabilitação expressa do excluído da sucessão, em testamento ou outro ato autêntico que indique o perdão do ofendido.
- (E) A sentença de exclusão do herdeiro ou legatário produz efeitos a partir do trânsito em julgado, cabendo ao excluído, desde que de boa-fé, os frutos e rendimentos dos bens pelo tempo de posse da herança.

35. Sobre a dissolução do vínculo matrimonial, aponte a assertiva correta.

- (A) A anulação do casamento contraído por menor de dezesseis anos poderá ser requerida pelo próprio cônjuge menor, por seus representantes legais, por seus ascendentes, ou pelo Ministério Público.
- (B) A decretação de nulidade de casamento, por infringência de impedimento, poderá ser objeto de ação promovida por qualquer interessado, ou pelo Ministério Público.
- (C) A sentença que decretar a nulidade do casamento terá efeito *ex nunc*, vigendo a partir da sentença passada em julgado, sem prejudicar direitos adquiridos por terceiro de boa-fé, a título oneroso.
- (D) O casamento é anulável por incapacidade do agente, quando contraído pelo enfermo mental sem o necessário discernimento para os atos da vida civil.
- (E) O desfazimento do vínculo faz cessar o impedimento para novas núpcias, e ocorre apenas nos casos de divórcio e de morte real de um dos cônjuges.

36. Leia atentamente as seguintes assertivas sobre os direitos da personalidade.

- I. O direito à intimidade é inalienável, irrenunciável e relativamente disponível.
- II. O suicídio constitui um ato ilícito, embora sem natureza criminal.
- III. A criança e o adolescente têm direito à tutela de imagem e intimidade, sendo, por isso, vedada a divulgação de atos infracionais que permitam a sua identificação.
- IV. A circunstância de se encontrar o funcionário público no exercício de suas funções, e não em conversa ou atividade particular, afasta a incidência das normas de proteção à vida privada, com relação à divulgação da sua imagem.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Somente I, II e III são verdadeiras.
- (B) Somente I, II e IV são verdadeiras.
- (C) Somente I, III e IV são verdadeiras.
- (D) Somente II, III e IV são verdadeiras.
- (E) Todas as assertivas são verdadeiras.

37. Assinale a alternativa correta.

- (A) No caso de ato infracional com reflexos patrimoniais, o adolescente poderá ser obrigado, pelo juiz, a ressarcir o dano que perpetrou ou compensar, por outra forma, o prejuízo da vítima.
- (B) O incapaz jamais responde pelo ato ilícito por ele praticado, cabendo aos pais arcar com a indenização de forma direta.
- (C) A inimputabilidade do agente não afasta o dever de indenizar o dano que provocou, provando-se unicamente o fato de que ele possui meios de reparar o ato ilícito.
- (D) A emancipação por outorga dos pais exclui, por si só, a responsabilidade civil decorrente de atos ilícitos do filho.
- (E) Os pais são responsáveis pela reparação civil, de forma subsidiária, pelo ato ilícito praticado pelo filho menor que estiver sob sua autoridade e em sua companhia.

38. Sobre as relações patrimoniais entre pais e filhos, assinale a alternativa correta.

- (A) O pai ou a mãe que abusarem de sua autoridade, arruinando os bens dos filhos, poderão sofrer a suspensão do poder familiar e, na reiteração, a sua destituição.
- (B) Na administração dos rendimentos e dos bens dos filhos, os pais ficam sujeitos a apresentar contas e também a prestar caução para garantir o fiel cumprimento de seu encargo.
- (C) Os valores auferidos pelos filhos no exercício de atividade profissional estão sujeitos ao poder familiar, independentemente da idade.
- (D) Os bens adquiridos pelos filhos maiores de dezesseis anos em decorrência do exercício de atividade profissional estão sujeitos ao poder familiar.
- (E) Ficam sujeitos à administração e ao usufruto dos pais os bens doados ao filho, independentemente de qualquer condição.

39. Certo testador institui seus herdeiros Antonio por 1/6 da herança, Benedito por 2/6 e Carlos por 3/6, dispondo que, na falta de um deles por premoriência, indignidade ou renúncia, nomeia Daniel, como herdeiro, juntamente com os demais. Considerando a condição de substituto vulgar de Daniel, a concorrer com os substitutos recíprocos, assinale a assertiva correta sobre a distribuição da herança caso Antonio venha a falecer.

- (A) O seu quinhão será dividido entre Daniel, Benedito e Carlos na mesma proporção fixada, ou seja, 1/6, 2/6 e 3/6.
- (B) Benedito, Carlos e Daniel receberão cada um 1/3 da herança deixada pelo *de cuius*.
- (C) O quinhão de Antonio (1/6) irá para Daniel, ficando Benedito com 2/6 da herança e Carlos com 3/6 desta.
- (D) O quinhão de Antonio (1/6) será dividido em partes iguais por todos os herdeiros, Benedito, Carlos e inclusive Daniel.
- (E) A sua cota (1/6) será dividida entre Benedito, que receberá duas partes dela, e Carlos, que ficará com três partes dela.

40. Quanto à causa jurídica, os alimentos poderão ser

- (A) atuais e futuros.
- (B) naturais e civis.
- (C) voluntários, ressarcitórios e legítimos.
- (D) acautelatórios, voluntários e definitivos.
- (E) provisionais, provisórios e regulares.

41. Assinale a alternativa correta.

- (A) A hipoteca convencional extingue-se pela preempção legal, pois decorridos vinte anos de seu registro, sem que haja renovação, não mais será admissível qualquer prorrogação.
- (B) Têm o direito de resgatar o imóvel hipotecado: o credor sub-hipotecário; o adquirente do imóvel hipotecado; o devedor da hipoteca ou os membros de sua família; a massa falida ou os credores em concurso.
- (C) É obrigação do devedor pignoratício imputar o valor dos frutos de que vier a se apropriar nas despesas de guarda e conservação, nos juros e no capital da obrigação garantida sucessivamente.
- (D) O usufruto convencional por alienação ocorre quando o dono do bem cede a sua propriedade, reservando para si o usufruto.
- (E) o usufruto convencional por retenção se dá quando o proprietário o concede, mediante ato *inter vivos* ou *causa mortis*, conservando a sua propriedade.

42. Os dividendos e as ações bonificadas percebidas pelo cônjuge-acionista na constância do matrimônio, sendo o regime da comunhão parcial,

- (A) serão de propriedade exclusiva do cônjuge-acionista, por serem provento de seu trabalho pessoal.
- (B) entrarão para o patrimônio comum, por terem sido adquiridos por fato eventual.
- (C) pertencerão somente ao cônjuge-acionista, visto serem lucros sociais oriundos de um investimento por ele feito com vista à remuneração periódica do capital empregado.
- (D) farão parte dos bens particulares do cônjuge-acionista, pois sua aquisição teve por título uma causa anterior ao casamento.
- (E) entrarão para o patrimônio comum do casal, comunicando-se, portanto, ao outro cônjuge (não-acionista), que, então, deles será meeiro, pois constituem frutos civis de bens particulares do cônjuge-acionista.

43. Leia as assertivas a seguir.

- I. É imprescindível autorização judicial específica para a participação de criança ou adolescente em programa de televisão e nas respectivas gravações, mesmo que estejam acompanhados pelos pais ou responsável.
- II. É dispensável autorização judicial específica para a entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhados dos pais ou responsável, em estúdio de televisão, desde que disciplinadas através de portaria ou autorizadas, mediante alvará, pelo juízo da infância.
- III. É vedada a entrada e permanência de crianças e adolescentes em estabelecimentos que exploram comercialmente jogos de azar, mas tal vedação não alcança as casas de diversões eletrônicas, reguladas por portaria ou alvará do juízo da infância.

Pode-se afirmar que

- (A) é correta somente a I.
- (B) é correta somente a II.
- (C) são corretas somente a I e a II.
- (D) são corretas somente a II e a III.
- (E) todas são corretas.

44. Assinale a alternativa correta.

- (A) As ações judiciais da competência da Justiça da Infância e da Juventude não são isentas de custas e emolumentos.
- (B) A apelação em sede de Juízo da Infância e da Juventude terá apenas efeito devolutivo, salvo quando se tratar de sentença que defere adoção por estrangeiro, ou quando houver perigo de dano irreparável ou de difícil reparação.
- (C) O prazo para recorrer das decisões proferidas pela Justiça da Infância e da Juventude não será contado em dobro para a Defensoria Pública e para o Ministério Público, por ser especial a Lei n.º 8.069/90.
- (D) Nos casos de ato infracional, será competente a autoridade judiciária do domicílio dos pais ou responsáveis e, na sua falta, a do local onde se encontrar o infrator.
- (E) O procedimento para imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente apenas poderá iniciar-se por representação do Conselho Tutelar.

45. Assinale a alternativa correta.

- (A) Ante a discricionariedade da Administração no ato disciplinar, o controle jurisdicional é restrito aos aspectos formais do processo administrativo.
- (B) O *habeas corpus* é instrumento adequado para a revisão do mérito de processo administrativo que haja implicado a pena de suspensão do servidor.
- (C) A demissão por ilícito administrativo, que configura também ilícito penal, só é cabível após o trânsito em julgado da ação penal instaurada contra o servidor para a apuração do crime.
- (D) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.
- (E) Condenado o servidor por ilícito praticado contra a Administração, comprovada a culpa em regular processo administrativo, ele sofrerá execução direta para ressarcimento do dano ao erário, independentemente da anuência à sanção administrativa.

46. Considere as seguintes assertivas sobre a parceria público-privada:

- I. É o contrato administrativo de concessão de serviço ou obra pública que, na modalidade patrocinada, envolve contraprestação pecuniária do contratante público ao contratante privado, ambos denominados parceiros.
- II. Entre suas cláusulas, o contrato deve prever os riscos compartilháveis entre as partes, inclusive os decorrentes de caso fortuito, força maior, culpa de terceiro, fato do príncipe e álea econômica ordinária.
- III. A implantação e a gestão do objeto da parceria serão efetuadas por sociedade constituída com propósito específico antes da contratação, sendo vedada ao Poder Público a titularidade da maioria do capital votante, salvo se a aquisição se der por instituição financeira por ele controlada, diante da inadimplência dos contratos de financiamento.

Sobre as assertivas, pode-se dizer que

- (A) somente I e II são corretas.
- (B) somente I e III são corretas.
- (C) somente II e III são corretas.
- (D) somente III é correta.
- (E) todas são corretas.

47. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) O servidor público que, após regular concurso, é nomeado para cargo de provimento efetivo, adquire estabilidade após dois anos de exercício e será destituído por sentença judicial ou por processo administrativo no qual lhe seja assegurada ampla defesa.
- (B) A readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuição e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.
- (C) O Ministério Público é competente para prover os cargos de seus membros e os dos serviços auxiliares.
- (D) O provimento derivado por reingresso é aquele em que o servidor retorna ao serviço ativo do qual estava afastado e compreende as seguintes modalidades: reversão, aproveitamento, reintegração e recondução.
- (E) São cargos vitalícios unicamente os de magistrado, os de ministro ou conselheiro do Tribunal de Contas e os de membro do Ministério Público, sendo que o vitaliciamento dar-se-á após dois anos de exercício em cargo da Magistratura e do Ministério Público, por concurso, e em seguida à posse, nos casos de nomeação direta para os Tribunais.

48. Assinale a alternativa correta sobre a prestação de serviços públicos.

- (A) A essencialidade dos serviços e o vínculo imediato com os direitos fundamentais são fatores que indicam o dever de gratuidade na prestação, pela concessionária, aos usuários que, por qualquer razão de fato ou de direito, simplesmente aleguem estar sem condições de pagar a respectiva contraprestação.
- (B) O direito do consumidor não pode ser aplicado no âmbito dos serviços públicos, em virtude da solidariedade existente entre os usuários, pois a vantagem especial assegurada a um deles poderia comprometer a prestação aos demais.
- (C) Diante do princípio da transparência, constitui dever, seja do concedente seja do concessionário, o de fornecer aos usuários as informações para defesa de interesses individuais e coletivos. Cabe aos usuários, ainda, como sujeitos interessados na boa prestação do serviço, o direito de representação no sistema de fiscalização dos serviços concedidos.
- (D) Quando prestado por meio de concessão, o regime passa a ser exclusivamente de direito privado, única forma de assegurar a continuidade, a generalidade e a adequação do serviço público, e também de garantir o acesso a um maior número de usuários.
- (E) A concessão transfere integralmente para o concessionário os poderes de polícia inerentes ao concedente.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO COMERCIAL

49. Na demanda ajuizada por sócios de uma sociedade em face desta para a declaração de nulidade de uma deliberação societária, o litisconsórcio existente entre esses sócios é considerado

- (A) comum (simples) e facultativo.
- (B) comum (simples) e necessário.
- (C) unitário e facultativo.
- (D) unitário e necessário.
- (E) alternativo e facultativo.

50. Assinale a causa em que o Ministério Público não intervém.

- (A) Ação que envolva litígio coletivo pela posse de terra rural.
- (B) Ação cautelar de arresto em que o réu restou revel.
- (C) Causa concernente ao estado da pessoa.
- (D) Processo de inventário em que há herdeiro ausente.
- (E) Processo de inventário em que há herdeiro incapaz.

51. Considere as seguintes assertivas:

- I. O conflito de competência pode ser suscitado por qualquer das partes, pelo Ministério Público ou pelo juiz.
- II. No julgamento do conflito de competência, é possível a invalidação dos atos decisórios do juiz considerado incompetente.
- III. No julgamento do conflito de competência, o tribunal pode, uma vez constatada a ilegitimidade de uma das partes, extinguir o processo sem julgamento do mérito.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Somente I é verdadeira.
- (B) Somente I e II são verdadeiras.
- (C) Somente I e III são verdadeiras.
- (D) Somente II e III são verdadeiras.
- (E) Todas as assertivas são verdadeiras.

52. Assinale a alternativa que não contempla requisito para a antecipação da tutela.

- (A) Verossimilhança da alegação e fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.
- (B) Verossimilhança da alegação e abuso do direito de defesa.
- (C) Verossimilhança da alegação e manifesta intenção protelatória do réu.
- (D) Verossimilhança da alegação e autor beneficiário da assistência judiciária gratuita.
- (E) Ausência de controvérsia em torno de um ou mais dos pedidos cumulados.

53. O juiz pode cassar a própria sentença e determinar o regular prosseguimento do processo em primeira instância diante de apelação interposta contra
- (A) a sentença que indefere a petição inicial e a sentença que a qualquer momento extingue o processo sem julgamento do mérito.
 - (B) a sentença que indefere a petição inicial e a sentença liminar de improcedência da demanda.
 - (C) a sentença que indefere a petição inicial e a sentença de julgamento antecipado da lide.
 - (D) a sentença que a qualquer momento extingue o processo sem julgamento do mérito e a sentença liminar de improcedência da demanda.
 - (E) a sentença liminar de improcedência da demanda e a sentença de julgamento antecipado da lide.
54. Assinale a alternativa correta.
- (A) O Ministério Público e a Fazenda Pública contam com prazo em quádruplo para reconvir.
 - (B) A extinção da demanda inicial conduz necessariamente à extinção da reconvenção, que não pode isoladamente seguir adiante.
 - (C) A reconvenção desacompanhada de contestação deve ser indeferida.
 - (D) Diante de demanda possessória, o réu pode ofertar reconvenção para que se reconheça seu domínio sobre a área litigiosa.
 - (E) É inadmissível reconvenção para cobrança de dívida em resposta a ação declaratória.
55. Assinale a alternativa correta.
- (A) Nenhum título executivo judicial depende da instauração de um novo processo para a sua execução.
 - (B) É de valor fixo e invariável a multa coercitiva prevista para estimular o cumprimento de sentença condenatória que tem por objeto obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa.
 - (C) O juiz não pode impor de ofício a multa coercitiva prevista para o cumprimento da sentença condenatória que tem por objeto obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa.
 - (D) Não é possível condenação ao pagamento de honorários advocatícios em cumprimento de sentença nem em impugnação.
 - (E) Independe de embargos e pode ser feita por meio de simples petição a defesa do executado diante do cumprimento de sentença que tem por objeto obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa.
56. Assinale a alternativa em que todas as matérias podem ser oportunamente conhecidas de ofício pelo tribunal no julgamento da apelação.
- (A) Ilegitimidade de parte, convenção de arbitragem e litispendência.
 - (B) Impossibilidade jurídica da demanda, nulidade de cláusula de eleição de foro em contrato de adesão e nulidade da citação.
 - (C) Coisa julgada, convenção de arbitragem e prescrição.
 - (D) Prescrição, incompetência absoluta e coisa julgada.
 - (E) Incompetência absoluta, incompetência relativa e ilegitimidade de parte.
57. Considere as assertivas seguintes:
- I. Nos embargos de declaração, é possível a *reformatio in pejus*.
 - II. A parte vencedora tem legitimidade e interesse para a oposição de embargos de declaração.
 - III. De acordo com a lei e com a jurisprudência, os embargos de declaração são cabíveis para a sanção de omissão, obscuridade, contradição e erro evidente ou material.
- Assinale a alternativa correta.
- (A) Somente III é verdadeira.
 - (B) Somente I e II são verdadeiras.
 - (C) Somente I e III são verdadeiras.
 - (D) Somente II e III são verdadeiras.
 - (E) Todas as assertivas são verdadeiras.
58. Considere as assertivas seguintes:
- I. A pensão alimentícia do filho é automaticamente cancelada com o alcance da maioridade, independentemente de decisão judicial.
 - II. A prisão civil do alimentante não é possível no caso de inadimplemento de parcelas vencidas após o ajuizamento da execução de prestação alimentícia.
 - III. O Ministério Público não pode requerer a prisão do alimentante nos processos em que atua como fiscal da lei.
- Assinale a alternativa correta.
- (A) Somente III é verdadeira.
 - (B) Somente I e II são verdadeiras.
 - (C) Somente I e III são verdadeiras.
 - (D) Somente II e III são verdadeiras.
 - (E) Todas as assertivas são falsas.

59. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens.
- (B) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início da sua atividade.
- (C) A incapacidade superveniente não impede o empresário de dar continuidade à empresa exercida até então, desde que representado ou assistido.
- (D) O empresário casado não pode alienar imóveis que integram o patrimônio da empresa sem a outorga conjugal.
- (E) A sentença que decreta ou homologa a separação judicial do empresário não pode ser oposta a terceiros antes de arquivada e averbada no Registro Público de Empresas Mercantis.

60. Assinale a alternativa correta.

- (A) A notificação destinada à comprovação da mora em dívida garantida por alienação fiduciária deve trazer o valor total do débito para a devida ciência do devedor.
- (B) O protesto do título para a comprovação da mora em dívida garantida por alienação fiduciária não pode ser feito por edital.
- (C) No caso de mora em obrigação garantida mediante alienação fiduciária, o credor não pode vender a coisa a terceiros antes da avaliação judicial do bem.
- (D) É vedada a concessão liminar da busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, em respeito ao princípio do contraditório.
- (E) Na resposta à ação de busca e apreensão fundada em obrigação garantida por alienação fiduciária, o devedor pode discutir a legalidade de cláusulas contratuais.

61. Na _____, a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais dos resultados correspondentes.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

- (A) sociedade em conta de participação
- (B) sociedade em nome coletivo
- (C) sociedade cooperativa
- (D) sociedade em comandita simples
- (E) sociedade em comum

62. Considere as assertivas seguintes:

- I. É admissível a ação monitória fundada em cheque prescrito, independentemente de indicação da causa de emissão.
- II. É admissível a execução fundada em cheque prescrito, desde que a causa de emissão seja indicada.
- III. Não é admissível execução fundada em nota promissória vinculada a contrato de abertura de crédito, dada a falta de autonomia e, conseqüentemente, de liquidez.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Somente I é verdadeira.
- (B) Somente I e II são verdadeiras.
- (C) Somente I e III são verdadeiras.
- (D) Somente II e III são verdadeiras.
- (E) Todas as assertivas são verdadeiras.

63. Assinale a alternativa correta.

- (A) O Ministério Público não tem legitimidade para impugnar a relação de credores que instrui o pedido de recuperação judicial.
- (B) O devedor pode, unilateralmente e a qualquer momento, desistir do pedido de recuperação judicial, em razão do princípio dispositivo.
- (C) O Ministério Público tem legitimidade para a ação revocatória, que deve ser proposta no prazo de três anos da decretação da falência.
- (D) É vedada a reunião de credores em litisconsórcio para alcançar o valor mínimo exigido pela lei para o requerimento de falência, em razão do princípio da continuidade da empresa.
- (E) Não é admissível a nomeação de pessoa jurídica para a função de administrador judicial, que deve ser necessariamente desempenhada por profissional de nível universitário, inscrito no órgão de classe competente.

64. Considere as assertivas seguintes:

- I. A sociedade cooperativa e a sociedade em nome coletivo não estão sujeitas a falência.
- II. Nos casos em que não couber no processo falimentar pedido de restituição, fica resguardado o direito dos credores de opor embargos de terceiro.
- III. A declaração de ineficácia de atos em relação à massa falida depende da propositura de ação revocatória.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Somente I é verdadeira.
- (B) Somente II é verdadeira.
- (C) Somente III é verdadeira.
- (D) Somente I e III são verdadeiras.
- (E) Todas as assertivas são falsas.

TUTELA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS, DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS

65. Considere os seguintes enunciados:

- I. Há dois tipos de área de preservação permanente: a instituída diretamente pelo Código Florestal e a instituída por ato da Administração Pública.
- II. De acordo com o Código Florestal, consideram-se área de proteção ambiental as florestas e demais formas de vegetação natural situadas nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues.
- III. O regime jurídico das áreas de preservação permanente possibilita a exploração dos recursos naturais existentes.

Está correto somente o contido

- (A) na assertiva I.
- (B) na assertiva II.
- (C) na assertiva III.
- (D) nas assertivas I e II.
- (E) nas assertivas II e III.

66. Considere as seguintes afirmações sobre a Lei n.º 6.766/79 (Lei do Parcelamento do Solo):

- I. Permite menor infra-estrutura básica nos parcelamentos situados nas zonas declaradas por lei como de interesse social.
- II. Permite a implantação de loteamentos fechados, conforme o plano diretor do município.
- III. Admite o parcelamento do solo para fins urbanos em áreas rurais, desde que aprovado pelo INCRA.
- IV. Obriga o Município a regularizar o loteamento executado sem observância das determinações do ato administrativo de licença.

São corretas somente as assertivas

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

67. Prefeito Municipal, cujo mandato terminou em dezembro de 2004, foi réu em ação de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público, porque durante o mês de fevereiro de 2002 teria utilizado funcionários e máquinas de terraplenagem da Prefeitura para dar início à obra de construção de sua residência. Em maio de 2007, sobreveio sentença de improcedência por falta de provas, que transitou em julgado. Entretanto, em novembro de 2008, a testemunha A, que sabia dos fatos, pois tinha sido mestre-de-obras responsável pela construção, e não fora ouvida, procurou a Promotoria de Justiça da Comarca e mostrou documentos e gravações que havia produzido clandestinamente, comprovando aqueles fatos. Na oportunidade, declarou que estaria disposta a testemunhar e relatar tudo o que sabia. Diante dessa situação, assinale a providência correta que, como promotor de justiça, adotaria.

- (A) Informaria a testemunha de que nada poderia ser feito, pois já decorrido o prazo de prescrição previsto no artigo 23 da Lei n.º 8.429/92 e, portanto, o Ministério Público não poderia ajuizar ação pretendendo a aplicação das penas do artigo 12 da Lei de Improbidade Administrativa.
- (B) Instauraria inquérito civil, tomaria por termo as declarações da testemunha A, convidaria o ex-Prefeito para prestar esclarecimentos e oferecer subsídios para esclarecimento dos fatos e, por fim, ajuizaria nova ação civil pública.
- (C) Tendo em mãos a prova clandestina, procuraria notificar o ex-Prefeito Municipal para celebrar compromisso de ajustamento a fim de ressarcir os cofres públicos dos gastos havidos ilícitamente.
- (D) Tomaria por termo as declarações da testemunha A e oficiaria ao atual Prefeito, requisitando que o Município ajuizasse nova ação civil pública, porque ao Ministério Público já teria ocorrido preclusão.
- (E) Como a prova trazida era ilícita, e porque já teria ocorrido coisa julgada material, nada poderia ser feito.

68. Levando-se em conta as disposições do Código de Defesa do Consumidor quanto à responsabilidade pelo fato do produto ou do serviço, considere as assertivas seguintes.

- I. Ainda que o fabricante comprove que não colocou o produto no mercado, será ele responsabilizado objetivamente pelos danos que causar aos consumidores.
- II. A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.
- III. O fornecedor de serviços se exime de responsabilidade objetiva quando provar que o defeito inexistiu ou que a culpa é exclusiva do consumidor ou de terceiro.
- IV. É irrelevante saber a época em que um produto foi colocado em circulação para se avaliar se é defeituoso ou não.

São corretas somente as assertivas

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

69. Assinale a alternativa correta.

- (A) As autoridades com prerrogativa de foro especial gozam desse benefício quando se trata de ação civil pública por improbidade administrativa.
- (B) O sucessor testamentário daquele que causar lesão ao patrimônio não está sujeito às cominações da Lei de Improbidade Administrativa.
- (C) O cidadão é o único legitimado a representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar prática de ato de improbidade.
- (D) A indisponibilidade dos bens do réu incide sobre tantos bens quantos forem necessários para o ressarcimento integral do dano e para a perda do acréscimo patrimonial, inclusive sobre bens adquiridos anteriormente ao ato de improbidade.
- (E) Quando o Ministério Público não for o autor da ação civil pública de improbidade administrativa, não é obrigatória a sua intervenção como fiscal da lei.

70. Relativamente aos interesses transindividuais, de acordo com o disposto no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que

- (A) os titulares dos interesses difusos estão ligados por uma origem em comum.
- (B) os titulares dos interesses individuais homogêneos estão ligados por uma circunstância de fato.
- (C) os titulares dos interesses coletivos estão ligados por uma origem em comum ou por uma circunstância de fato.
- (D) os titulares de interesses difusos estão ligados por uma relação jurídica base.
- (E) os titulares de interesses coletivos estão ligados por uma relação jurídica base.

71. Assinale a alternativa correta.

- (A) O inquérito civil é condição de procedibilidade para o ajuizamento de ação civil pública a cargo do Ministério Público.
- (B) A instauração do inquérito civil prescinde de uma portaria inicial que fixe o seu objeto e justifique a necessidade de sua instauração.
- (C) Da instauração do inquérito civil não cabe recurso do interessado ao Conselho Superior do Ministério Público.
- (D) O procedimento preparatório de inquérito civil será sempre de duração limitada.
- (E) Manifestação anônima, ainda que justificada, não autoriza a instauração de procedimento preparatório de inquérito civil.

72. Com relação à sistemática da ação civil pública, assinale a alternativa correta.

- (A) Havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado deverá ser destinada diretamente à reconstituição dos bens lesados.
- (B) Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz determinará o cumprimento da prestação da atividade devida ou a cessação da atividade nociva, sob pena de execução específica, ou de cominação de multa diária, desde que haja requerimento do autor.
- (C) Poderá ser cumulado pedido na ação civil pública para condenação em dinheiro ou cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.
- (D) Decorridos sessenta dias do trânsito em julgado da sentença condenatória, sem que a associação autora lhe promova a execução, deverá fazê-lo exclusivamente o Ministério Público.
- (E) Havendo concessão de medida liminar com imposição de multa, esta só será devida após o trânsito em julgado da decisão favorável ao autor.

73. Assinale a alternativa correta.

- (A) O Ministério Público não poderá firmar compromisso de ajustamento de conduta visando à reparação do dano objeto do inquérito civil.
- (B) A fixação de multa cominatória é condição de validade do compromisso de ajustamento de conduta.
- (C) Havendo ação civil pública em andamento, o compromisso de ajustamento deve ser formalizado no processo respectivo para homologação por sentença, depois de ouvido o Conselho Superior do Ministério Público.
- (D) A celebração de compromisso de ajustamento de conduta pelo Ministério Público impede que outro, ainda que mais abrangente, seja celebrado por qualquer dos legitimados à ação civil pública.
- (E) Admite-se que, justificadamente, seja celebrada novação pelo Ministério Público em compromissos de ajustamento de conduta.

74. Com relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, é incorreto afirmar que

- (A) o Ministério Público tem legitimidade para a ação civil pública fundada em direito individual relativo à infância e juventude.
- (B) o ECA prevê expressamente a possibilidade de impetração de mandado de segurança para a defesa contra atos ilegais ou abusivos de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público, que lesem direito líquido e certo nele previsto.
- (C) o não oferecimento ou oferta irregular de programas suplementares de material didático-escolar, transporte e assistência à saúde do educando do ensino fundamental implica ação de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente.
- (D) em caso de desistência ou abandono da ação civil pública em defesa da infância, proposta por associação legítima, o processo será extinto sem julgamento do mérito.
- (E) na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz poderá fixar multa diária, e o valor será destinado ao Fundo dos Interesses Difusos Lesados previsto no artigo 13 da Lei da Ação Civil Pública, uma vez que o ECA não prevê Fundo próprio.

75. A Constituição da República Federativa do Brasil

- I. permite o uso de propriedade particular por autoridade competente em caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário ulterior indenização por dano;
- II. estabelece a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, somente mediante pagamento em dinheiro;
- III. garante a impenhorabilidade da pequena propriedade rural por quaisquer dívidas de seu proprietário.

Pode-se afirmar que somente

- (A) a assertiva I está correta.
- (B) as assertivas I e II estão corretas.
- (C) as assertivas I e III estão corretas.
- (D) a assertiva II está correta.
- (E) a assertiva III está correta.

76. Com relação ao disposto na Constituição Federal, considere as seguintes afirmações:

- I. Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, não sendo permitida a sua recondução.
- II. É garantida aos membros do Ministério Público a inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa.
- III. É vedado ao membro do Ministério Público exercer atividade político-partidária.
- IV. A distribuição de processos no Ministério Público será imediata, salvo por motivo relevante, devendo o Procurador-Geral de Justiça, nos casos dos Estados, encaminhar a devida motivação ao presidente do Tribunal Estadual.

Estão corretas somente as assertivas

- (A) I e IV.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.

77. “Qualquer cidadão, no pleno gozo de seus direitos políticos, pode invalidar atos ou contratos administrativos ilegais ou lesivos ao patrimônio da União, Distrito Federal e Municípios”.

Essa afirmação refere-se a

- (A) Mandado de segurança.
- (B) *Habeas Data*.
- (C) Ação popular.
- (D) Ação de improbidade administrativa.
- (E) Mandado de injunção.

78. Com relação ao Poder Constituinte, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O poder constituinte originário não se submete aos limites do poder reformador.
- (B) O poder reformador tem, dentre os seus limites circunstanciais, o estado de sítio e a intervenção federal.
- (C) O poder constituinte derivado tem como um de seus limites materiais a abolição do princípio da separação dos Poderes.
- (D) O limite do poder reformador à abolição dos direitos e garantias individuais inclui apenas as liberdades públicas clássicas, e não os direitos econômicos e sociais.
- (E) A violação dos limites materiais do poder constituinte derivado sujeita a reforma constitucional ao controle de constitucionalidade pelo Poder Judiciário.

79. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) O crime de tortura, que é imprescritível, segundo a legislação penal brasileira somente pode ser praticado por funcionário público ou outra pessoa no exercício de função pública.
- (B) A Constituição Federal tem como cláusula pétrea a garantia de que ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.
- (C) A decretação da perda do cargo, função ou emprego público é efeito automático da sentença condenatória dos crimes de tortura.
- (D) Define-se como tortura qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de terceira pessoa, informações ou confissões; de castigá-la por ato que ela ou terceira pessoa tenha cometido ou seja suspeita de ter cometido; de intimidar ou coagir essa pessoa ou outras pessoas; ou por qualquer motivo baseado em discriminação de qualquer natureza.
- (E) Aplica-se a lei brasileira ao crime de tortura praticado no exterior, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.

80. Considerando que o Brasil é signatário da Convenção Americana de Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de San José da Costa Rica, assinale a alternativa correta.

- (A) O Brasil está sujeito à jurisdição contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos, porque se trata de cláusula obrigatória da Convenção.
- (B) A competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos está limitada à emissão de sentença declaratória por violações da Convenção.
- (C) A cláusula da Convenção relativa à jurisdição obrigatória da Corte é facultativa e o Brasil a ela não aderiu até hoje.
- (D) O Brasil sujeitou-se voluntariamente à jurisdição da Corte e pode ser condenado à obrigação de fazer cessar as violações à Convenção e indenizar as vítimas.
- (E) A Constituição Federal não permite a sujeição do Brasil à jurisdição de Tribunais Internacionais.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

86.º CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DE SÃO PAULO – 2008

Prova Preambular

2

INSTRUÇÕES

- ✓ VERIFIQUE SE O NÚMERO DO CADERNO DE PERGUNTAS, DA FOLHA DE RESPOSTAS E O NÚMERO CONSTANTE NA ETIQUETA DE SUA CARTEIRA COINCIDEM ENTRE SI.
- ✓ O CADERNO CONTÉM UM TOTAL DE 80 QUESTÕES.
- ✓ PARA CADA QUESTÃO HÁ APENAS **UMA** RESPOSTA CERTA.
- ✓ RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES SEM QUALQUER RASURA.
- ✓ PREENCHA CORRETAMENTE O CANHOTO DE IDENTIFICAÇÃO DA FOLHA DE RESPOSTAS (ASSINATURA, NÚMERO DO DOCUMENTO, NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO, QUE TAMBÉM DEVERÁ SER MARCADO NO QUADRO INDICADO PELAS SETAS).
- ✓ NÃO DESTAQUE DA FOLHA DE RESPOSTAS O CANHOTO DE IDENTIFICAÇÃO.
- ✓ DURANTE A REALIZAÇÃO DA PROVA, É VEDADO QUALQUER TIPO DE CONSULTA, INCLUSIVE A OBRAS, LEGISLAÇÃO, DOCTRINA, SÚMULAS, JURISPRUDÊNCIA OU ANOTAÇÕES PESSOAIS, COMUNICAÇÃO ENTRE OS CANDIDATOS E UTILIZAÇÃO DE QUALQUER APARELHO ELETRÔNICO.
- ✓ CONCLUÍDA A PROVA, PERMANEÇA NO SEU LUGAR E SOLICITE A UM FISCAL QUE PROCEDA AO RECOLHIMENTO DA FOLHA DE RESPOSTAS.
- ✓ SERÁ INVALIDADA A PROVA NO CASO DE A FOLHA DE RESPOSTAS APRESENTAR SINAIS OU ANOTAÇÕES NÃO PERMITIDAS.
- ✓ A DURAÇÃO DA PROVA É DE QUATRO HORAS.
- ✓ A SAÍDA DO CANDIDATO SÓ SERÁ PERMITIDA APÓS TRANSCORRIDAS DUAS HORAS DO INÍCIO DA PROVA.

AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR ESTE CADERNO DE PERGUNTAS.

DIREITO CIVIL, DIREITO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E DIREITO ADMINISTRATIVO

01. Com relação à pessoa do interdito, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O seu domicílio será o do curador, não se admitindo prova em contrário, sendo irrelevante, para efeito legal, o lugar da situação dos bens ou o da residência ou internação.
- (B) A incapacidade absoluta constitui causa impeditiva da prescrição, independentemente da data da sentença ou do registro de interdição.
- (C) Quando o curador for o cônjuge e o regime de bens do casamento for de comunhão parcial, não será obrigado à prestação de contas, salvo determinação judicial.
- (D) O seu filho, se menor, ficará sob a autoridade do curador nomeado pelo juiz, que terá, ainda, a administração dos bens que lhe pertencam.
- (E) Ainda que sem consciência do ilícito, ele poderá ser vítima de danos morais por ofensa à honra, inclusive no caso de calúnia.

02. Indique a alternativa correta.

- (A) A incapacidade para suceder e a exclusão da sucessão de herdeiro ou legatário dependem de declaração por sentença transitada em julgado.
- (B) O excluído da sucessão conservará o direito ao usufruto e à administração dos bens que aos seus sucessores couberem na herança.
- (C) Prescreve em dois anos, contados da abertura da sucessão, a pretensão de excluir o herdeiro ou o legatário.
- (D) É possível a reabilitação expressa do excluído da sucessão, em testamento ou outro ato autêntico que indique o perdão do ofendido.
- (E) A sentença de exclusão do herdeiro ou legatário produz efeitos a partir do trânsito em julgado, cabendo ao excluído, desde que de boa-fé, os frutos e rendimentos dos bens pelo tempo de posse da herança.

03. Sobre a dissolução do vínculo matrimonial, aponte a assertiva correta.

- (A) A anulação do casamento contraído por menor de dezesseis anos poderá ser requerida pelo próprio cônjuge menor, por seus representantes legais, por seus ascendentes, ou pelo Ministério Público.
- (B) A decretação de nulidade de casamento, por infringência de impedimento, poderá ser objeto de ação promovida por qualquer interessado, ou pelo Ministério Público.
- (C) A sentença que decretar a nulidade do casamento terá efeito *ex nunc*, vigendo a partir da sentença passada em julgado, sem prejudicar direitos adquiridos por terceiro de boa-fé, a título oneroso.
- (D) O casamento é anulável por incapacidade do agente, quando contraído pelo enfermo mental sem o necessário discernimento para os atos da vida civil.
- (E) O desfazimento do vínculo faz cessar o impedimento para novas núpcias, e ocorre apenas nos casos de divórcio e de morte real de um dos cônjuges.

04. Leia atentamente as seguintes assertivas sobre os direitos da personalidade.

- I. O direito à intimidade é inalienável, irrenunciável e relativamente disponível.
- II. O suicídio constitui um ato ilícito, embora sem natureza criminal.
- III. A criança e o adolescente têm direito à tutela de imagem e intimidade, sendo, por isso, vedada a divulgação de atos infracionais que permitam a sua identificação.
- IV. A circunstância de se encontrar o funcionário público no exercício de suas funções, e não em conversa ou atividade particular, afasta a incidência das normas de proteção à vida privada, com relação à divulgação da sua imagem.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Somente I, II e III são verdadeiras.
- (B) Somente I, II e IV são verdadeiras.
- (C) Somente I, III e IV são verdadeiras.
- (D) Somente II, III e IV são verdadeiras.
- (E) Todas as assertivas são verdadeiras.

05. Assinale a alternativa correta.

- (A) No caso de ato infracional com reflexos patrimoniais, o adolescente poderá ser obrigado, pelo juiz, a ressarcir o dano que perpetrou ou compensar, por outra forma, o prejuízo da vítima.
- (B) O incapaz jamais responde pelo ato ilícito por ele praticado, cabendo aos pais arcar com a indenização de forma direta.
- (C) A inimputabilidade do agente não afasta o dever de indenizar o dano que provocou, provando-se unicamente o fato de que ele possui meios de reparar o ato ilícito.
- (D) A emancipação por outorga dos pais exclui, por si só, a responsabilidade civil decorrente de atos ilícitos do filho.
- (E) Os pais são responsáveis pela reparação civil, de forma subsidiária, pelo ato ilícito praticado pelo filho menor que estiver sob sua autoridade e em sua companhia.

06. Sobre as relações patrimoniais entre pais e filhos, assinale a alternativa correta.

- (A) O pai ou a mãe que abusarem de sua autoridade, arruinando os bens dos filhos, poderão sofrer a suspensão do poder familiar e, na reiteração, a sua destituição.
- (B) Na administração dos rendimentos e dos bens dos filhos, os pais ficam sujeitos a apresentar contas e também a prestar caução para garantir o fiel cumprimento de seu encargo.
- (C) Os valores auferidos pelos filhos no exercício de atividade profissional estão sujeitos ao poder familiar, independentemente da idade.
- (D) Os bens adquiridos pelos filhos maiores de dezesseis anos em decorrência do exercício de atividade profissional estão sujeitos ao poder familiar.
- (E) Ficam sujeitos à administração e ao usufruto dos pais os bens doados ao filho, independentemente de qualquer condição.

07. Certo testador institui seus herdeiros Antonio por 1/6 da herança, Benedito por 2/6 e Carlos por 3/6, dispondo que, na falta de um deles por premoriência, indignidade ou renúncia, nomeia Daniel, como herdeiro, juntamente com os demais. Considerando a condição de substituto vulgar de Daniel, a concorrer com os substitutos recíprocos, assinale a assertiva correta sobre a distribuição da herança caso Antonio venha a falecer.
- (A) O seu quinhão será dividido entre Daniel, Benedito e Carlos na mesma proporção fixada, ou seja, 1/6, 2/6 e 3/6.
 - (B) Benedito, Carlos e Daniel receberão cada um 1/3 da herança deixada pelo *de cuius*.
 - (C) O quinhão de Antonio (1/6) irá para Daniel, ficando Benedito com 2/6 da herança e Carlos com 3/6 desta.
 - (D) O quinhão de Antonio (1/6) será dividido em partes iguais por todos os herdeiros, Benedito, Carlos e inclusive Daniel.
 - (E) A sua cota (1/6) será dividida entre Benedito, que receberá duas partes dela, e Carlos, que ficará com três partes dela.
08. Quanto à causa jurídica, os alimentos poderão ser
- (A) atuais e futuros.
 - (B) naturais e civis.
 - (C) voluntários, ressarcitórios e legítimos.
 - (D) acautelatórios, voluntários e definitivos.
 - (E) provisionais, provisórios e regulares.
09. Assinale a alternativa correta.
- (A) A hipoteca convencional extingue-se pela preempção legal, pois decorridos vinte anos de seu registro, sem que haja renovação, não mais será admissível qualquer prorrogação.
 - (B) Têm o direito de resgatar o imóvel hipotecado: o credor sub-hipotecário; o adquirente do imóvel hipotecado; o devedor da hipoteca ou os membros de sua família; a massa falida ou os credores em concurso.
 - (C) É obrigação do devedor pignoratício imputar o valor dos frutos de que vier a se apropriar nas despesas de guarda e conservação, nos juros e no capital da obrigação garantida sucessivamente.
 - (D) O usufruto convencional por alienação ocorre quando o dono do bem cede a nua-propriedade, reservando para si o usufruto.
 - (E) o usufruto convencional por retenção se dá quando o proprietário o concede, mediante ato *inter vivos* ou *causa mortis*, conservando a nua-propriedade.
10. Os dividendos e as ações bonificadas percebidas pelo cônjuge-acionista na constância do matrimônio, sendo o regime da comunhão parcial,
- (A) serão de propriedade exclusiva do cônjuge-acionista, por serem provento de seu trabalho pessoal.
 - (B) entrarão para o patrimônio comum, por terem sido adquiridos por fato eventual.
 - (C) pertencerão somente ao cônjuge-acionista, visto serem lucros sociais oriundos de um investimento por ele feito com vista à remuneração periódica do capital empregado.
 - (D) farão parte dos bens particulares do cônjuge-acionista, pois sua aquisição teve por título uma causa anterior ao casamento.
 - (E) entrarão para o patrimônio comum do casal, comunicando-se, portanto, ao outro cônjuge (não-acionista), que, então, deles será meeiro, pois constituem frutos civis de bens particulares do cônjuge-acionista.
11. Leia as assertivas a seguir.
- I. É imprescindível autorização judicial específica para a participação de criança ou adolescente em programa de televisão e nas respectivas gravações, mesmo que estejam acompanhados pelos pais ou responsável.
 - II. É dispensável autorização judicial específica para a entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhados dos pais ou responsável, em estúdio de televisão, desde que disciplinadas através de portaria ou autorizadas, mediante alvará, pelo juízo da infância.
 - III. É vedada a entrada e permanência de crianças e adolescentes em estabelecimentos que exploram comercialmente jogos de azar, mas tal vedação não alcança as casas de diversões eletrônicas, reguladas por portaria ou alvará do juízo da infância.
- Pode-se afirmar que
- (A) é correta somente a I.
 - (B) é correta somente a II.
 - (C) são corretas somente a I e a II.
 - (D) são corretas somente a II e a III.
 - (E) todas são corretas.
12. Assinale a alternativa correta.
- (A) As ações judiciais da competência da Justiça da Infância e da Juventude não são isentas de custas e emolumentos.
 - (B) A apelação em sede de Juízo da Infância e da Juventude terá apenas efeito devolutivo, salvo quando se tratar de sentença que defere adoção por estrangeiro, ou quando houver perigo de dano irreparável ou de difícil reparação.
 - (C) O prazo para recorrer das decisões proferidas pela Justiça da Infância e da Juventude não será contado em dobro para a Defensoria Pública e para o Ministério Público, por ser especial a Lei n.º 8.069/90.
 - (D) Nos casos de ato infracional, será competente a autoridade judiciária do domicílio dos pais ou responsáveis e, na sua falta, a do local onde se encontrar o infrator.
 - (E) O procedimento para imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente apenas poderá iniciar-se por representação do Conselho Tutelar.

13. Assinale a alternativa correta.

- (A) Ante a discricionariedade da Administração no ato disciplinar, o controle jurisdicional é restrito aos aspectos formais do processo administrativo.
- (B) O *habeas corpus* é instrumento adequado para a revisão do mérito de processo administrativo que haja implicado a pena de suspensão do servidor.
- (C) A demissão por ilícito administrativo, que configura também ilícito penal, só é cabível após o trânsito em julgado da ação penal instaurada contra o servidor para a apuração do crime.
- (D) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.
- (E) Condenado o servidor por ilícito praticado contra a Administração, comprovada a culpa em regular processo administrativo, ele sofrerá execução direta para ressarcimento do dano ao erário, independentemente da anuência à sanção administrativa.

14. Considere as seguintes assertivas sobre a parceria público-privada:

- I. É o contrato administrativo de concessão de serviço ou obra pública que, na modalidade patrocinada, envolve contraprestação pecuniária do contratante público ao contratante privado, ambos denominados parceiros.
- II. Entre suas cláusulas, o contrato deve prever os riscos compartilháveis entre as partes, inclusive os decorrentes de caso fortuito, força maior, culpa de terceiro, fato do príncipe e álea econômica ordinária.
- III. A implantação e a gestão do objeto da parceria serão efetuadas por sociedade constituída com propósito específico antes da contratação, sendo vedada ao Poder Público a titularidade da maioria do capital votante, salvo se a aquisição se der por instituição financeira por ele controlada, diante da inadimplência dos contratos de financiamento.

Sobre as assertivas, pode-se dizer que

- (A) somente I e II são corretas.
- (B) somente I e III são corretas.
- (C) somente II e III são corretas.
- (D) somente III é correta.
- (E) todas são corretas.

15. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) O servidor público que, após regular concurso, é nomeado para cargo de provimento efetivo, adquire estabilidade após dois anos de exercício e será destituído por sentença judicial ou por processo administrativo no qual lhe seja assegurada ampla defesa.
- (B) A readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuição e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.
- (C) O Ministério Público é competente para prover os cargos de seus membros e os dos serviços auxiliares.
- (D) O provimento derivado por reingresso é aquele em que o servidor retorna ao serviço ativo do qual estava afastado e compreende as seguintes modalidades: reversão, aproveitamento, reintegração e recondução.
- (E) São cargos vitalícios unicamente os de magistrado, os de ministro ou conselheiro do Tribunal de Contas e os de membro do Ministério Público, sendo que o vitaliciamento dar-se-á após dois anos de exercício em cargo da Magistratura e do Ministério Público, por concurso, e em seguida à posse, nos casos de nomeação direta para os Tribunais.

16. Assinale a alternativa correta sobre a prestação de serviços públicos.

- (A) A essencialidade dos serviços e o vínculo imediato com os direitos fundamentais são fatores que indicam o dever de gratuidade na prestação, pela concessionária, aos usuários que, por qualquer razão de fato ou de direito, simplesmente aleguem estar sem condições de pagar a respectiva contraprestação.
- (B) O direito do consumidor não pode ser aplicado no âmbito dos serviços públicos, em virtude da solidariedade existente entre os usuários, pois a vantagem especial assegurada a um deles poderia comprometer a prestação aos demais.
- (C) Diante do princípio da transparência, constitui dever, seja do concedente seja do concessionário, o de fornecer aos usuários as informações para defesa de interesses individuais e coletivos. Cabe aos usuários, ainda, como sujeitos interessados na boa prestação do serviço, o direito de representação no sistema de fiscalização dos serviços concedidos.
- (D) Quando prestado por meio de concessão, o regime passa a ser exclusivamente de direito privado, única forma de assegurar a continuidade, a generalidade e a adequação do serviço público, e também de garantir o acesso a um maior número de usuários.
- (E) A concessão transfere integralmente para o concessionário os poderes de polícia inerentes ao concedente.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO COMERCIAL

17. Na demanda ajuizada por sócios de uma sociedade em face desta para a declaração de nulidade de uma deliberação societária, o litisconsórcio existente entre esses sócios é considerado

- (A) comum (simples) e facultativo.
- (B) comum (simples) e necessário.
- (C) unitário e facultativo.
- (D) unitário e necessário.
- (E) alternativo e facultativo.

18. Assinale a causa em que o Ministério Público não intervém.

- (A) Ação que envolva litígio coletivo pela posse de terra rural.
- (B) Ação cautelar de arresto em que o réu restou revel.
- (C) Causa concernente ao estado da pessoa.
- (D) Processo de inventário em que há herdeiro ausente.
- (E) Processo de inventário em que há herdeiro incapaz.

19. Considere as seguintes assertivas:

- I. O conflito de competência pode ser suscitado por qualquer das partes, pelo Ministério Público ou pelo juiz.
- II. No julgamento do conflito de competência, é possível a invalidação dos atos decisórios do juiz considerado incompetente.
- III. No julgamento do conflito de competência, o tribunal pode, uma vez constatada a ilegitimidade de uma das partes, extinguir o processo sem julgamento do mérito.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Somente I é verdadeira.
- (B) Somente I e II são verdadeiras.
- (C) Somente I e III são verdadeiras.
- (D) Somente II e III são verdadeiras.
- (E) Todas as assertivas são verdadeiras.

20. Assinale a alternativa que não contempla requisito para a antecipação da tutela.

- (A) Verossimilhança da alegação e fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.
- (B) Verossimilhança da alegação e abuso do direito de defesa.
- (C) Verossimilhança da alegação e manifesta intenção protelatória do réu.
- (D) Verossimilhança da alegação e autor beneficiário da assistência judiciária gratuita.
- (E) Ausência de controvérsia em torno de um ou mais dos pedidos cumulados.

21. O juiz pode cassar a própria sentença e determinar o regular prosseguimento do processo em primeira instância diante de apelação interposta contra

- (A) a sentença que indefere a petição inicial e a sentença que a qualquer momento extingue o processo sem julgamento do mérito.
- (B) a sentença que indefere a petição inicial e a sentença liminar de improcedência da demanda.
- (C) a sentença que indefere a petição inicial e a sentença de julgamento antecipado da lide.
- (D) a sentença que a qualquer momento extingue o processo sem julgamento do mérito e a sentença liminar de improcedência da demanda.
- (E) a sentença liminar de improcedência da demanda e a sentença de julgamento antecipado da lide.

22. Assinale a alternativa correta.

- (A) O Ministério Público e a Fazenda Pública contam com prazo em quádruplo para reconvir.
- (B) A extinção da demanda inicial conduz necessariamente à extinção da reconvenção, que não pode isoladamente seguir adiante.
- (C) A reconvenção desacompanhada de contestação deve ser indeferida.
- (D) Diante de demanda possessória, o réu pode ofertar reconvenção para que se reconheça seu domínio sobre a área litigiosa.
- (E) É inadmissível reconvenção para cobrança de dívida em resposta a ação declaratória.

23. Assinale a alternativa correta.

- (A) Nenhum título executivo judicial depende da instauração de um novo processo para a sua execução.
- (B) É de valor fixo e invariável a multa coercitiva prevista para estimular o cumprimento de sentença condenatória que tem por objeto obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa.
- (C) O juiz não pode impor de ofício a multa coercitiva prevista para o cumprimento da sentença condenatória que tem por objeto obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa.
- (D) Não é possível condenação ao pagamento de honorários advocatícios em cumprimento de sentença nem em impugnação.
- (E) Independe de embargos e pode ser feita por meio de simples petição a defesa do executado diante do cumprimento de sentença que tem por objeto obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa.

24. Assinale a alternativa em que todas as matérias podem ser oportunamente conhecidas de ofício pelo tribunal no julgamento da apelação.

- (A) Ilegitimidade de parte, convenção de arbitragem e litispendência.
- (B) Impossibilidade jurídica da demanda, nulidade de cláusula de eleição de foro em contrato de adesão e nulidade da citação.
- (C) Coisa julgada, convenção de arbitragem e prescrição.
- (D) Prescrição, incompetência absoluta e coisa julgada.
- (E) Incompetência absoluta, incompetência relativa e ilegitimidade de parte.

25. Considere as assertivas seguintes:

- I. Nos embargos de declaração, é possível a *reformatio in pejus*.
- II. A parte vencedora tem legitimidade e interesse para a oposição de embargos de declaração.
- III. De acordo com a lei e com a jurisprudência, os embargos de declaração são cabíveis para a sanção de omissão, obscuridade, contradição e erro evidente ou material.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Somente III é verdadeira.
- (B) Somente I e II são verdadeiras.
- (C) Somente I e III são verdadeiras.
- (D) Somente II e III são verdadeiras.
- (E) Todas as assertivas são verdadeiras.

26. Considere as assertivas seguintes:

- I. A pensão alimentícia do filho é automaticamente cancelada com o alcance da maioridade, independentemente de decisão judicial.
- II. A prisão civil do alimentante não é possível no caso de inadimplemento de parcelas vencidas após o ajuizamento da execução de prestação alimentícia.
- III. O Ministério Público não pode requerer a prisão do alimentante nos processos em que atua como fiscal da lei.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Somente III é verdadeira.
- (B) Somente I e II são verdadeiras.
- (C) Somente I e III são verdadeiras.
- (D) Somente II e III são verdadeiras.
- (E) Todas as assertivas são falsas.

27. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens.
- (B) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início da sua atividade.
- (C) A incapacidade superveniente não impede o empresário de dar continuidade à empresa exercida até então, desde que representado ou assistido.
- (D) O empresário casado não pode alienar imóveis que integram o patrimônio da empresa sem a outorga conjugal.
- (E) A sentença que decreta ou homologa a separação judicial do empresário não pode ser oposta a terceiros antes de arquivada e averbada no Registro Público de Empresas Mercantis.

28. Assinale a alternativa correta.

- (A) A notificação destinada à comprovação da mora em dívida garantida por alienação fiduciária deve trazer o valor total do débito para a devida ciência do devedor.
- (B) O protesto do título para a comprovação da mora em dívida garantida por alienação fiduciária não pode ser feito por edital.
- (C) No caso de mora em obrigação garantida mediante alienação fiduciária, o credor não pode vender a coisa a terceiros antes da avaliação judicial do bem.
- (D) É vedada a concessão liminar da busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, em respeito ao princípio do contraditório.
- (E) Na resposta à ação de busca e apreensão fundada em obrigação garantida por alienação fiduciária, o devedor pode discutir a legalidade de cláusulas contratuais.

29. Na _____, a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais dos resultados correspondentes.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

- (A) sociedade em conta de participação
- (B) sociedade em nome coletivo
- (C) sociedade cooperativa
- (D) sociedade em comandita simples
- (E) sociedade em comum

30. Considere as assertivas seguintes:

- I. É admissível a ação monitória fundada em cheque prescrito, independentemente de indicação da causa de emissão.
- II. É admissível a execução fundada em cheque prescrito, desde que a causa de emissão seja indicada.
- III. Não é admissível execução fundada em nota promissória vinculada a contrato de abertura de crédito, dada a falta de autonomia e, conseqüentemente, de liquidez.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Somente I é verdadeira.
- (B) Somente I e II são verdadeiras.
- (C) Somente I e III são verdadeiras.
- (D) Somente II e III são verdadeiras.
- (E) Todas as assertivas são verdadeiras.

31. Assinale a alternativa correta.

- (A) O Ministério Público não tem legitimidade para impugnar a relação de credores que instrui o pedido de recuperação judicial.
- (B) O devedor pode, unilateralmente e a qualquer momento, desistir do pedido de recuperação judicial, em razão do princípio dispositivo.
- (C) O Ministério Público tem legitimidade para a ação revocatória, que deve ser proposta no prazo de três anos da decretação da falência.
- (D) É vedada a reunião de credores em litisconsórcio para alcançar o valor mínimo exigido pela lei para o requerimento de falência, em razão do princípio da continuidade da empresa.
- (E) Não é admissível a nomeação de pessoa jurídica para a função de administrador judicial, que deve ser necessariamente desempenhada por profissional de nível universitário, inscrito no órgão de classe competente.

32. Considere as assertivas seguintes:

- I. A sociedade cooperativa e a sociedade em nome coletivo não estão sujeitas a falência.
- II. Nos casos em que não couber no processo falimentar pedido de restituição, fica resguardado o direito dos credores de opor embargos de terceiro.
- III. A declaração de ineficácia de atos em relação à massa falida depende da propositura de ação revocatória.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Somente I é verdadeira.
- (B) Somente II é verdadeira.
- (C) Somente III é verdadeira.
- (D) Somente I e III são verdadeiras.
- (E) Todas as assertivas são falsas.

TUTELA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS, DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS

33. Considere os seguintes enunciados:

- I. Há dois tipos de área de preservação permanente: a instituída diretamente pelo Código Florestal e a instituída por ato da Administração Pública.
- II. De acordo com o Código Florestal, consideram-se área de proteção ambiental as florestas e demais formas de vegetação natural situadas nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues.
- III. O regime jurídico das áreas de preservação permanente possibilita a exploração dos recursos naturais existentes.

Está correto somente o contido

- (A) na assertiva I.
- (B) na assertiva II.
- (C) na assertiva III.
- (D) nas assertivas I e II.
- (E) nas assertivas II e III.

34. Considere as seguintes afirmações sobre a Lei n.º 6.766/79 (Lei do Parcelamento do Solo):

- I. Permite menor infra-estrutura básica nos parcelamentos situados nas zonas declaradas por lei como de interesse social.
- II. Permite a implantação de loteamentos fechados, conforme o plano diretor do município.
- III. Admite o parcelamento do solo para fins urbanos em áreas rurais, desde que aprovado pelo INCRA.
- IV. Obriga o Município a regularizar o loteamento executado sem observância das determinações do ato administrativo de licença.

São corretas somente as assertivas

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

35. Prefeito Municipal, cujo mandato terminou em dezembro de 2004, foi réu em ação de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público, porque durante o mês de fevereiro de 2002 teria utilizado funcionários e máquinas de terraplanagem da Prefeitura para dar início à obra de construção de sua residência. Em maio de 2007, sobreveio sentença de improcedência por falta de provas, que transitou em julgado. Entretanto, em novembro de 2008, a testemunha A, que sabia dos fatos, pois tinha sido mestre-de-obras responsável pela construção, e não fora ouvida, procurou a Promotoria de Justiça da Comarca e mostrou documentos e gravações que havia produzido clandestinamente, comprovando aqueles fatos. Na oportunidade, declarou que estaria disposta a testemunhar e relatar tudo o que sabia. Diante dessa situação, assinale a providência correta que, como promotor de justiça, adotaria.

- (A) Informaria a testemunha de que nada poderia ser feito, pois já decorrido o prazo de prescrição previsto no artigo 23 da Lei n.º 8.429/92 e, portanto, o Ministério Público não poderia ajuizar ação pretendendo a aplicação das penas do artigo 12 da Lei de Improbidade Administrativa.
- (B) Instauraria inquérito civil, tomaria por termo as declarações da testemunha A, convidaria o ex-Prefeito para prestar esclarecimentos e oferecer subsídios para esclarecimento dos fatos e, por fim, ajuizaria nova ação civil pública.
- (C) Tendo em mãos a prova clandestina, procuraria notificar o ex-Prefeito Municipal para celebrar compromisso de ajustamento a fim de ressarcir os cofres públicos dos gastos havidos ilícitamente.
- (D) Tomaria por termo as declarações da testemunha A e oficiaria ao atual Prefeito, requisitando que o Município ajuizasse nova ação civil pública, porque ao Ministério Público já teria ocorrido preclusão.
- (E) Como a prova trazida era ilícita, e porque já teria ocorrido coisa julgada material, nada poderia ser feito.

36. Levando-se em conta as disposições do Código de Defesa do Consumidor quanto à responsabilidade pelo fato do produto ou do serviço, considere as assertivas seguintes.

- I. Ainda que o fabricante comprove que não colocou o produto no mercado, será ele responsabilizado objetivamente pelos danos que causar aos consumidores.
- II. A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.
- III. O fornecedor de serviços se exime de responsabilidade objetiva quando provar que o defeito inexistiu ou que a culpa é exclusiva do consumidor ou de terceiro.
- IV. É irrelevante saber a época em que um produto foi colocado em circulação para se avaliar se é defeituoso ou não.

São corretas somente as assertivas

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

37. Assinale a alternativa correta.

- (A) As autoridades com prerrogativa de foro especial gozam desse benefício quando se trata de ação civil pública por improbidade administrativa.
- (B) O sucessor testamentário daquele que causar lesão ao patrimônio não está sujeito às cominações da Lei de Improbidade Administrativa.
- (C) O cidadão é o único legitimado a representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar prática de ato de improbidade.
- (D) A indisponibilidade dos bens do réu incide sobre tantos bens quantos forem necessários para o ressarcimento integral do dano e para a perda do acréscimo patrimonial, inclusive sobre bens adquiridos anteriormente ao ato de improbidade.
- (E) Quando o Ministério Público não for o autor da ação civil pública de improbidade administrativa, não é obrigatória a sua intervenção como fiscal da lei.

38. Relativamente aos interesses transindividuais, de acordo com o disposto no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que

- (A) os titulares dos interesses difusos estão ligados por uma origem em comum.
- (B) os titulares dos interesses individuais homogêneos estão ligados por uma circunstância de fato.
- (C) os titulares dos interesses coletivos estão ligados por uma origem em comum ou por uma circunstância de fato.
- (D) os titulares de interesses difusos estão ligados por uma relação jurídica base.
- (E) os titulares de interesses coletivos estão ligados por uma relação jurídica base.

39. Assinale a alternativa correta.

- (A) O inquérito civil é condição de procedibilidade para o ajuizamento de ação civil pública a cargo do Ministério Público.
- (B) A instauração do inquérito civil prescinde de uma portaria inicial que fixe o seu objeto e justifique a necessidade de sua instauração.
- (C) Da instauração do inquérito civil não cabe recurso do interessado ao Conselho Superior do Ministério Público.
- (D) O procedimento preparatório de inquérito civil será sempre de duração limitada.
- (E) Manifestação anônima, ainda que justificada, não autoriza a instauração de procedimento preparatório de inquérito civil.

40. Com relação à sistemática da ação civil pública, assinale a alternativa correta.

- (A) Havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado deverá ser destinada diretamente à reconstituição dos bens lesados.
- (B) Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz determinará o cumprimento da prestação da atividade devida ou a cessação da atividade nociva, sob pena de execução específica, ou de cominação de multa diária, desde que haja requerimento do autor.
- (C) Poderá ser cumulado pedido na ação civil pública para condenação em dinheiro ou cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.
- (D) Decorridos sessenta dias do trânsito em julgado da sentença condenatória, sem que a associação autora lhe promova a execução, deverá fazê-lo exclusivamente o Ministério Público.
- (E) Havendo concessão de medida liminar com imposição de multa, esta só será devida após o trânsito em julgado da decisão favorável ao autor.

41. Assinale a alternativa correta.

- (A) O Ministério Público não poderá firmar compromisso de ajustamento de conduta visando à reparação do dano objeto do inquérito civil.
- (B) A fixação de multa cominatória é condição de validade do compromisso de ajustamento de conduta.
- (C) Havendo ação civil pública em andamento, o compromisso de ajustamento deve ser formalizado no processo respectivo para homologação por sentença, depois de ouvido o Conselho Superior do Ministério Público.
- (D) A celebração de compromisso de ajustamento de conduta pelo Ministério Público impede que outro, ainda que mais abrangente, seja celebrado por qualquer dos legitimados à ação civil pública.
- (E) Admite-se que, justificadamente, seja celebrada novação pelo Ministério Público em compromissos de ajustamento de conduta.

42. Com relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, é incorreto afirmar que

- (A) o Ministério Público tem legitimidade para a ação civil pública fundada em direito individual relativo à infância e juventude.
- (B) o ECA prevê expressamente a possibilidade de impetração de mandado de segurança para a defesa contra atos ilegais ou abusivos de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público, que lesem direito líquido e certo nele previsto.
- (C) o não oferecimento ou oferta irregular de programas suplementares de material didático-escolar, transporte e assistência à saúde do educando do ensino fundamental implica ação de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente.
- (D) em caso de desistência ou abandono da ação civil pública em defesa da infância, proposta por associação legitimada, o processo será extinto sem julgamento do mérito.
- (E) na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz poderá fixar multa diária, e o valor será destinado ao Fundo dos Interesses Difusos Lesados previsto no artigo 13 da Lei da Ação Civil Pública, uma vez que o ECA não prevê Fundo próprio.

43. A Constituição da República Federativa do Brasil

- I. permite o uso de propriedade particular por autoridade competente em caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário ulterior indenização por dano;
- II. estabelece a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, somente mediante pagamento em dinheiro;
- III. garante a impenhorabilidade da pequena propriedade rural por quaisquer dívidas de seu proprietário.

Pode-se afirmar que somente

- (A) a assertiva I está correta.
- (B) as assertivas I e II estão corretas.
- (C) as assertivas I e III estão corretas.
- (D) a assertiva II está correta.
- (E) a assertiva III está correta.

44. Com relação ao disposto na Constituição Federal, considere as seguintes afirmações:

- I. Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, não sendo permitida a sua recondução.
- II. É garantida aos membros do Ministério Público a inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa.
- III. É vedado ao membro do Ministério Público exercer atividade político-partidária.
- IV. A distribuição de processos no Ministério Público será imediata, salvo por motivo relevante, devendo o Procurador-Geral de Justiça, nos casos dos Estados, encaminhar a devida motivação ao presidente do Tribunal Estadual.

Estão corretas somente as assertivas

- (A) I e IV.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.

45. “Qualquer cidadão, no pleno gozo de seus direitos políticos, pode invalidar atos ou contratos administrativos ilegais ou lesivos ao patrimônio da União, Distrito Federal e Municípios”.

Essa afirmação refere-se a

- (A) Mandado de segurança.
- (B) *Habeas Data*.
- (C) Ação popular.
- (D) Ação de improbidade administrativa.
- (E) Mandado de injunção.

46. Com relação ao Poder Constituinte, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O poder constituinte originário não se submete aos limites do poder reformador.
- (B) O poder reformador tem, dentre os seus limites circunstanciais, o estado de sítio e a intervenção federal.
- (C) O poder constituinte derivado tem como um de seus limites materiais a abolição do princípio da separação dos Poderes.
- (D) O limite do poder reformador à abolição dos direitos e garantias individuais inclui apenas as liberdades públicas clássicas, e não os direitos econômicos e sociais.
- (E) A violação dos limites materiais do poder constituinte derivado sujeita a reforma constitucional ao controle de constitucionalidade pelo Poder Judiciário.

47. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) O crime de tortura, que é imprescritível, segundo a legislação penal brasileira somente pode ser praticado por funcionário público ou outra pessoa no exercício de função pública.
- (B) A Constituição Federal tem como cláusula pétrea a garantia de que ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.
- (C) A decretação da perda do cargo, função ou emprego público é efeito automático da sentença condenatória dos crimes de tortura.
- (D) Define-se como tortura qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de terceira pessoa, informações ou confissões; de castigá-la por ato que ela ou terceira pessoa tenha cometido ou seja suspeita de ter cometido; de intimidar ou coagir essa pessoa ou outras pessoas; ou por qualquer motivo baseado em discriminação de qualquer natureza.
- (E) Aplica-se a lei brasileira ao crime de tortura praticado no exterior, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.

48. Considerando que o Brasil é signatário da Convenção Americana de Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de San José da Costa Rica, assinale a alternativa correta.

- (A) O Brasil está sujeito à jurisdição contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos, porque se trata de cláusula obrigatória da Convenção.
- (B) A competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos está limitada à emissão de sentença declaratória por violações da Convenção.
- (C) A cláusula da Convenção relativa à jurisdição obrigatória da Corte é facultativa e o Brasil a ela não aderiu até hoje.
- (D) O Brasil sujeitou-se voluntariamente à jurisdição da Corte e pode ser condenado à obrigação de fazer cessar as violações à Convenção e indenizar as vítimas.
- (E) A Constituição Federal não permite a sujeição do Brasil à jurisdição de Tribunais Internacionais.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

49. Assinale a alternativa correta.

- (A) O inquérito policial não é indispensável à propositura da ação penal nos crimes em que se procede mediante queixa do ofendido.
- (B) No caso de infração de menor potencial ofensivo, a peça inaugural do inquérito policial é o termo circunstanciado.
- (C) Como regra geral, não deve a autoridade policial determinar o indiciamento do autor da infração se este já se identificou civilmente.
- (D) Na hipótese de decretação da prisão temporária por crime hediondo ou a este equiparado, a incomunicabilidade do preso não poderá exceder a 30 (trinta) dias, salvo se prorrogada a prisão, por igual prazo, por nova decisão judicial.
- (E) Da decisão judicial que determina o arquivamento de autos de inquérito policial, a pedido do Ministério Público, cabe recurso em sentido estrito.

50. Assinale a alternativa correta.

- (A) A caracterização do flagrante presumido não prescinde da perseguição ao agente logo depois da infração.
- (B) Não se admite a prisão em flagrante nas infrações de menor potencial ofensivo.
- (C) O quebraamento da fiança importará a perda de metade do seu valor e a obrigação do acusado de se recolher à prisão.
- (D) Admite-se a decretação da prisão preventiva nos casos de contravenção penal e crime culposos se o réu é vadio.
- (E) Cabe recurso em sentido estrito da decisão que nega a fiança e da que indefere pedido de revogação da prisão preventiva.

51. Assinale a alternativa correta.

- (A) O critério geral para a fixação da competência territorial é o do lugar onde foi praticada a infração penal, mas a Lei n.º 9.099, de 26.09.1995, contém regra especial, referindo-se ao local onde a infração se consumou.
- (B) Nas hipóteses de conexão e continência, constatada, em incidente próprio, a insanidade mental de um dos acusados, superveniente à infração, impõe-se a separação dos processos.
- (C) Na hipótese de infração única, atribuída a duas ou mais pessoas, a unidade do processo e do julgamento dos autores e partícipes decorre da conexão intersubjetiva por concurso, também denominada conexão subjetiva concursal.
- (D) A lei não admite a reunião dos processos na hipótese de conexão entre infração de menor potencial ofensivo, da competência dos Juizados Especiais Criminais, e crime que se insere na competência do Tribunal do Júri.
- (E) Nas hipóteses de conexão e continência, quando se verificar o concurso de jurisdições de mesma categoria, o lugar onde houver ocorrido o maior número de infrações prevalece sobre o lugar onde foi praticado o crime mais grave, na determinação do foro prevalente.

52. É correto afirmar, em relação à suspensão condicional do processo, que

- (A) não se admite a suspensão se, em razão do acréscimo de um sexto decorrente da continuidade delitiva, a pena máxima cominada para a infração excede a dois anos.
- (B) a anterior condenação irrecorrível por contravenção penal impede a sua concessão.
- (C) a instauração de novo processo por contravenção penal no curso do prazo da suspensão é causa de revogação obrigatória.
- (D) o descumprimento injustificado da condição de reparação do dano é causa de revogação obrigatória da suspensão.
- (E) a concessão da suspensão é causa interruptiva da prescrição.

53. Considere as seguintes assertivas:

- I. Admitem-se no processo penal a citação com hora certa e a citação por meio eletrônico.
- II. É nula a citação por edital se este indica o dispositivo da lei penal, mas não transcreve a denúncia ou queixa nem resume os fatos em que se baseia a imputação.
- III. A Lei n.º 9.099, de 26.09.1995, não prevê a possibilidade de citação por correspondência, com aviso de recebimento pessoal, do autor de infração de menor potencial ofensivo.

Assinale, agora, a alternativa correta.

- (A) Somente I é verdadeira.
- (B) Somente II é verdadeira.
- (C) Somente III é verdadeira.
- (D) Somente I e II são verdadeiras.
- (E) Somente II e III são verdadeiras.

54. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) A questão prejudicial facultativa que enseja a suspensão do processo pressupõe que a decisão sobre a matéria controvertida a ser dirimida no juízo cível possa influir na final classificação jurídica do fato objeto do processo penal, mas não no reconhecimento da existência da infração penal.
- (B) A questão prejudicial obrigatória que enseja a suspensão do processo penal pressupõe que a matéria controvertida recaia sobre o estado civil das pessoas e que de sua solução dependa o reconhecimento da existência da infração penal.
- (C) A suspensão do processo em razão de questão prejudicial facultativa somente pode ser determinada pelo juiz se já proposta no juízo cível a ação que vise solucioná-la.
- (D) A suspensão do processo em razão de questão prejudicial obrigatória pode ser determinada pelo juiz ainda que não tenha sido proposta no juízo cível a ação que vise solucionar a matéria controvertida.
- (E) A decisão irrecorrível do juízo cível que soluciona a questão prejudicial obrigatória no sentido da atipicidade dos fatos descritos na denúncia vincula o juiz do processo penal.

55. De acordo com o que dispõe o Código de Processo Penal, é correto afirmar que

- (A) as provas ilícitas são inadmissíveis, salvo se constatado que poderiam ter sido obtidas a partir de uma fonte independente.
- (B) no interrogatório em plenário do tribunal do júri, as partes e os jurados podem formular perguntas diretamente ao acusado.
- (C) o ascendente e o descendente do ofendido podem se recusar a depor como testemunhas.
- (D) em caso de lesões corporais, a falta de exame pericial complementar pode ser suprida pela prova testemunhal.
- (E) os documentos em idioma estrangeiro somente devem ser juntados aos autos após a sua tradução por tradutor público, ou, na falta, por pessoa idônea nomeada pela autoridade.

56. Assinale a alternativa correta.

- (A) O procedimento comum sumário deve ser observado nos processos por crimes aos quais a lei comina pena máxima igual ou inferior a 4 (quatro) anos.
- (B) Nos processos de competência do tribunal do júri, provada nos autos a inexistência do fato, deve o juiz impronunciar o acusado.
- (C) A oitiva do ofendido e das testemunhas antecede ao interrogatório do acusado no procedimento comum ordinário, mas não no procedimento previsto para os processos de competência do tribunal do júri.
- (D) Compõem o tribunal do júri 1 (um) juiz togado e 21 (vinte e um) jurados, com idade mínima de 18 (dezoito) anos, dos quais 7 (sete) constituirão o conselho de sentença.
- (E) O tempo destinado à acusação e à defesa, nos debates na sessão de julgamento do tribunal do júri, é de uma hora e meia para cada, e de uma hora para a réplica e outro tanto para a tréplica.

57. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) Compete ao Tribunal de Justiça o julgamento de *habeas corpus* impetrado contra decisão proferida por juiz de direito oficiando no Juizado Especial Criminal.
- (B) O menor de 18 anos, o analfabeto e o estrangeiro podem impetrar *habeas corpus*.
- (C) Não cabe *habeas corpus* contra sentença condenatória a pena de multa.
- (D) Da decisão do juiz que concede ou denega *habeas corpus* cabe recurso em sentido estrito.
- (E) Da decisão do Tribunal de Justiça que concede *habeas corpus* não cabe recurso ordinário para o Superior Tribunal de Justiça.

58. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) Admite-se a intervenção do assistente do Ministério Público após a sentença absolutória, na ausência do trânsito em julgado.
- (B) Na ausência de recurso do Ministério Público, pode o assistente de acusação recorrer da decisão que rejeita a denúncia por inépcia.
- (C) Não cabe recurso em sentido estrito da decisão que admitir ou não admitir o assistente de acusação.
- (D) Pode o ofendido, particular, habilitar-se como assistente do Ministério Público em crimes contra a Administração Pública.
- (E) Não se aplicam ao assistente de acusação os impedimentos previstos em lei para o juiz e o órgão do Ministério Público.

59. Assinale a alternativa correta.

- (A) Cabe recurso em sentido estrito da decisão do juiz que julga improcedente a exceção de suspeição.
- (B) Cabe recurso em sentido estrito da decisão que indefere pedido de anulação do processo no curso da instrução.
- (C) No caso de morte do ofendido, o cônjuge somente poderá apelar da sentença absolutória, na ausência de recurso do Ministério Público, se previamente tenha se habilitado como assistente.
- (D) No procedimento sumaríssimo regido pela Lei n.º 9.099, de 26.09.1995, cabe apelação, no prazo de cinco dias, da sentença, da decisão que homologa a transação penal e da que rejeita a denúncia ou a queixa.
- (E) No procedimento sumaríssimo regido pela Lei n.º 9.099, de 26.09.1995, é de cinco dias o prazo para a interposição de embargos de declaração contra a sentença.

60. Considerando as disposições contidas na Lei n.º 11.343, de 23.08.2006 (nova Lei de Tóxicos), assinale a alternativa correta.

- (A) A “infiltração” por agentes policiais em tarefas de investigação, nos crimes descritos na referida Lei, depende de autorização do juiz ou do Ministério Público.
- (B) Recebidos os autos de inquérito policial, o prazo para o oferecimento da denúncia é de 5 (cinco) dias.
- (C) O perito que firmar o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga ficará impedido de participar da elaboração do laudo definitivo.
- (D) Nos crimes de tráfico de drogas ilícitas e assemelhados (arts. 33, *caput* e § 1.º, e 34 a 37), a referida Lei veda a concessão de fiança, *sursis*, graça, indulto, anistia e liberdade provisória, a progressão de regime e a substituição da pena por sanção restritiva de direitos.
- (E) Na fixação da pena, as circunstâncias preponderantes sobre outras circunstâncias previstas no art. 59 do Código Penal são a natureza e a quantidade da substância ou do produto, a personalidade e a conduta social do agente.

61. Considerando as disposições de natureza processual penal contidas na Lei n.º 11.101, de 09.02.2005 (Lei de Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial), aplicáveis aos crimes nela descritos, é incorreto afirmar que

- (A) a ação penal pública será sempre incondicionada.
- (B) a ação penal privada subsidiária pode ser ajuizada pelo administrador judicial e por qualquer credor habilitado.
- (C) embora prevista a competência do juiz criminal para o processo e julgamento da ação penal, admite-se que a prisão preventiva do falido e de seus administradores seja decretada na sentença de falência.
- (D) a impossibilidade de gerir empresa por mandato ou por gestão de negócio é um dos efeitos automáticos da condenação.
- (E) os efeitos da condenação perdurarão até 5 (cinco) anos após a extinção da punibilidade, salvo se antes concedida a reabilitação penal.

62. Considere as seguintes assertivas:

- I. É vedada a concessão de liberdade provisória mediante fiança, anistia, graça e indulto ao condenado por crime de falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produto alimentício (art. 272, *caput*, e §§ 1.º-A e 1.º, do Código Penal).
- II. O reincidente na prática de crimes de extorsão mediante seqüestro na forma tentada (art. 159, *caput*, c.c. o art. 14, inciso II, do Código Penal) somente poderá progredir de regime após o cumprimento de três quintos da pena.
- III. Ao reincidente na prática de crimes de tráfico de entorpecentes (art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343, de 23.08.2006) somente poderá ser concedido o livramento condicional após o cumprimento de dois terços da pena.

Assinale, agora, a alternativa correta.

- (A) Somente I é verdadeira.
- (B) Somente II é verdadeira.
- (C) Somente III é verdadeira.
- (D) Somente I e II são verdadeiras.
- (E) Somente II e III são verdadeiras.

63. Considere as seguintes assertivas:

- I. A Lei de Execução Penal prevê, expressamente, a possibilidade de o juiz da execução modificar as condições impostas à suspensão condicional da pena, ao regime aberto e ao livramento condicional.
- II. A Lei de Execução Penal prevê, expressamente, que o preso provisório estrangeiro está sujeito à inclusão no regime disciplinar diferenciado, nas hipóteses legais de seu cabimento.
- III. Os arts. 180 a 184 da Lei de Execução Penal não prevêem as seguintes possibilidades de conversão: de pena privativa de liberdade em restritiva de direitos; de multa em pena privativa de liberdade; de medida de segurança em pena privativa de liberdade.

Assinale, agora, a alternativa correta.

- (A) Somente I é verdadeira.
- (B) Somente II é verdadeira.
- (C) Somente III é verdadeira.
- (D) Somente I e II são verdadeiras.
- (E) Somente I e III são verdadeiras.

64. Considere as seguintes assertivas:

- I. A condenação irrecorrível a pena privativa de liberdade por crime culposo praticado no período de prova é causa de revogação obrigatória do *sursis*.
- II. Poderá ser deferido novo livramento em relação à mesma pena se a revogação do livramento condicional decorreu do descumprimento de obrigação imposta na sentença concessiva.
- III. Computa-se na pena o tempo em que permaneceu o liberado no gozo do livramento condicional, na hipótese de revogação por crime praticado anteriormente à sua vigência.

Assinale, agora, a alternativa verdadeira.

- (A) Somente I é verdadeira.
- (B) Somente II é verdadeira.
- (C) Somente III é verdadeira.
- (D) Somente I e II são verdadeiras.
- (E) Somente II e III são verdadeiras.

DIREITO PENAL

- 65.** Assinale a alternativa correta.
- (A) Os crimes instantâneos não admitem tentativa.
 - (B) Nos crimes de ação múltipla, a pluralidade de agentes integra o tipo.
 - (C) É possível a tentativa em crimes comissivos por omissão.
 - (D) O crime de exercício arbitrário das próprias razões é crime de mão própria.
 - (E) Os crimes unissubjetivos não admitem co-autoria.
- 66.** A Lei n.º 6.766/79 (Lei sobre parcelamento do solo urbano) prevê como crime, no art. 50, I: “Dar início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos sem autorização do órgão público competente, ou em desacordo com as disposições desta Lei ou de outras normas pertinentes do Distrito Federal, Estados e Municípios”. Esse delito pode ser classificado como
- (A) formal, de perigo e instantâneo de efeitos permanentes, no qual o sujeito passivo é a Administração Pública.
 - (B) formal, de dano e instantâneo de efeitos permanentes, no qual o sujeito passivo é o Município.
 - (C) formal, de perigo e permanente, no qual o sujeito passivo é a Administração Pública.
 - (D) material, de dano e permanente, no qual o sujeito passivo é o Município.
 - (E) material, de perigo e instantâneo de efeitos permanentes, no qual o sujeito passivo é a Administração Pública.
- 67.** Indique a conduta que não está descrita na Lei n.º 9.605/98 como crime contra o meio ambiente.
- (A) Extrair de florestas de domínio público ou consideradas de preservação permanente, sem prévia autorização, pedra, areia, cal ou qualquer espécie de minerais.
 - (B) Causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação e às áreas de que trata o artigo 27 do Decreto n.º 99.274, de 6 de junho de 1990, independentemente de sua localização.
 - (C) Introduzir espécime animal no País, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida por autoridade competente.
 - (D) Fazer ou usar fogo, por qualquer modo, em floresta ou nas demais formas de vegetação, ou em sua borda, sem tomar as precauções necessárias para evitar propagação.
 - (E) Comercializar motosserra ou utilizá-la em florestas e nas demais formas de vegetação, sem licença ou registro da autoridade competente.
- 68.** Propaganda eleitoral em língua estrangeira é
- (A) expressão da garantia do livre exercício da propaganda eleitoral e do voto.
 - (B) crime previsto no Código Eleitoral.
 - (C) atividade que depende de autorização da Justiça Eleitoral.
 - (D) contravenção penal.
 - (E) liberdade de expressão assegurada constitucionalmente.
- 69.** Não é modalidade de peculato prevista no Código Penal:
- (A) peculato-apropriação.
 - (B) peculato-furto.
 - (C) peculato-concussão.
 - (D) peculato culposo.
 - (E) peculato mediante erro de outrem.
- 70.** Assinale a alternativa correta.
- (A) O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, determina a redução da pena de um sexto a um terço.
 - (B) O erro sobre elemento constitutivo do tipo penal não exclui o dolo.
 - (C) O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado determina que se considerem as condições ou qualidades da vítima da infração.
 - (D) Nas discriminantes putativas, se o erro deriva de culpa, responde o agente por crime culposos, se previsto em lei.
 - (E) Considera-se evitável o erro se o agente atua ou se omite com consciência da ilicitude do fato, quando não lhe era possível, nas circunstâncias, agir de forma diversa.
- 71.** Nos termos da Lei n.º 11.340/06 (Lei contra a violência doméstica e familiar contra a mulher), assinale a alternativa incorreta.
- (A) A lei compreende o dano patrimonial à mulher.
 - (B) A lei compreende o dano moral à mulher.
 - (C) A coabitação entre os sujeitos ativo e passivo é condição para a aplicação da lei.
 - (D) A empregada doméstica pode ser sujeito passivo.
 - (E) O parentesco entre os sujeitos ativo e passivo não é condição para a aplicação da lei.
- 72.** Diante do que dispõe o art. 297, § 2.º, do Código Penal, não se equiparam a documento público, para efeitos penais,
- (A) as ações de sociedade comercial.
 - (B) os títulos não mais transmissíveis por endosso.
 - (C) os livros mercantis.
 - (D) os testamentos hológrafos.
 - (E) os documentos emanados de entidade paraestatal.

73. Assinale o enunciado que não corresponde a entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.
- (A) Há crime de latrocínio quando o homicídio não se consuma, se o agente realiza a subtração de bens da vítima.
 - (B) A punição de intermediador, no jogo do bicho, independe de identificação do “apostador” ou do “banqueiro”.
 - (C) O crime de extorsão consuma-se independentemente da obtenção da vantagem indevida.
 - (D) A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.
 - (E) O art. 309 do Código de Trânsito Brasileiro, que reclama decorra do fato perigo de dano, derogou o artigo 32 da Lei das Contravenções Penais, no tocante à direção sem habilitação em vias terrestres.
74. Assinale a alternativa correta.
- (A) Não se admite co-autoria em crime culposos.
 - (B) Admite-se a participação em crime de mera conduta.
 - (C) As circunstâncias de caráter pessoal, quando elementares do crime, comunicam-se ao partícipe que delas não tinha conhecimento.
 - (D) O partícipe que quis colaborar com a prática de crime menos grave responde pelo crime mais grave executado pelo autor, reduzida a pena até a metade.
 - (E) Configurada a participação de menor importância na infração, deve o juiz diminuir a pena de um terço a dois terços.
75. Aponte qual das condutas não está descrita como crime contra a criança e o adolescente, nos termos da Lei n.º 8.609/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).
- (A) Descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao pátrio poder ou decorrentes de tutela ou guarda, bem assim determinação da autoridade judiciária ou Conselho Tutelar.
 - (B) Impedir ou embaraçar a ação de autoridade judiciária, membro do Conselho Tutelar ou representante do Ministério Público no exercício de função prevista em lei.
 - (C) Descumprir, injustificadamente, prazo fixado nessa Lei, em benefício de adolescente privado de liberdade.
 - (D) Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou constrangimento.
 - (E) Deixar o encarregado de serviço ou dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de manter registro das atividades desenvolvidas, na forma e prazo referidos no art. 10 dessa Lei, bem como de fornecer à parturiente ou a seu responsável, por ocasião da alta médica, declaração de nascimento, onde constem as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato.
76. Não é causa de aumento de pena, de um terço até metade, no crime de homicídio culposo praticado na direção de veículo automotor, a circunstância de o agente
- (A) não possuir Permissão para dirigir ou Carteira de Habilitação.
 - (B) praticá-lo em faixa de pedestres ou na calçada.
 - (C) deixar de prestar socorro, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à vítima do acidente.
 - (D) estar sob influência de álcool ou substância tóxica ou entorpecente de efeitos análogos.
 - (E) no exercício de sua profissão ou atividade, estar conduzindo veículo de transporte de passageiros.
77. Considerando as disposições contidas na Parte Geral da Lei das Contravenções Penais, assinale a alternativa incorreta.
- (A) A lei brasileira só é aplicável à contravenção praticada no território nacional.
 - (B) Não é punível a tentativa de contravenção.
 - (C) Nas contravenções, as penas principais são prisão simples e multa.
 - (D) Verifica-se a reincidência quando o agente pratica uma contravenção depois de passar em julgado a sentença que o tenha condenado, no Brasil ou no estrangeiro, por qualquer crime, ou, no Brasil, por motivo de contravenção.
 - (E) Nas contravenções, em caso de ignorância ou de errada compreensão da lei, quando inescusáveis, a pena pode deixar de ser aplicada.
78. Com relação ao crime de rixa, descrito no art. 137, *caput*, do Código Penal (“Participar de rixa, salvo para separar os contendores”), assinale a alternativa incorreta.
- (A) É crime plurissubjetivo ou de concurso necessário.
 - (B) Há presunção de perigo, que decorre da simples existência material da contenda.
 - (C) É possível uma pessoa ser sujeito ativo e passivo do mesmo crime.
 - (D) É infração de forma livre, podendo ser cometida por qualquer meio eleito pelo agente.
 - (E) Quem provoca a rixa por imprudência, sem dela participar, responde também pelo crime.

79. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) Promover, ou organizar a cooperação no crime ou dirigir a atividade dos demais agentes é circunstância agravante genérica.
- (B) O desconhecimento da lei é circunstância atenuante genérica.
- (C) Ter o agente cometido o crime em estado de embriaguez preordenada é circunstância agravante genérica.
- (D) No concurso de agravantes e atenuantes, as circunstâncias preponderantes são as que resultam dos motivos determinantes do crime, da personalidade e da conduta social do agente.
- (E) No concurso de causas de aumento ou de diminuição de pena previstas na parte especial, pode o juiz, na fixação da pena, limitar-se a um só aumento ou a uma só diminuição, prevalecendo, porém, a causa que mais aumente ou diminua.

80. Se em 1.º de dezembro de 2008 entrar em vigor uma nova lei penal, alterando as disposições contidas na Parte Geral do Código Penal (arts. 14, parágrafo único, 15, 16, 19 e 26, parágrafo único), qual das normas introduzidas pelo novo diploma, mencionadas nas alternativas a seguir, não se aplicará aos crimes cometidos até 30 de novembro de 2008?

- (A) Art. 14, parágrafo único – “Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de metade a dois terços.”
- (B) Art. 15 – “É isento de pena o agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza.”
- (C) Art. 16 – “Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de metade até dois terços.”
- (D) Art. 19 – “Pelo resultado que agrava especialmente a pena, não responde o agente se o houver causado culposamente.”
- (E) Art. 26, parágrafo único: “A pena pode ser reduzida de um terço a metade se o agente, em virtude de perturbação da saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.”



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

86.º CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DE SÃO PAULO – 2008

Prova Preambular

3

INSTRUÇÕES

- ✓ VERIFIQUE SE O NÚMERO DO CADERNO DE PERGUNTAS, DA FOLHA DE RESPOSTAS E O NÚMERO CONSTANTE NA ETIQUETA DE SUA CARTEIRA COINCIDEM ENTRE SI.
- ✓ O CADERNO CONTÉM UM TOTAL DE 80 QUESTÕES.
- ✓ PARA CADA QUESTÃO HÁ APENAS **UMA** RESPOSTA CERTA.
- ✓ RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES SEM QUALQUER RASURA.
- ✓ PREENCHA CORRETAMENTE O CANHOTO DE IDENTIFICAÇÃO DA FOLHA DE RESPOSTAS (ASSINATURA, NÚMERO DO DOCUMENTO, NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO, QUE TAMBÉM DEVERÁ SER MARCADO NO QUADRO INDICADO PELAS SETAS).
- ✓ NÃO DESTAQUE DA FOLHA DE RESPOSTAS O CANHOTO DE IDENTIFICAÇÃO.
- ✓ DURANTE A REALIZAÇÃO DA PROVA, É VEDADO QUALQUER TIPO DE CONSULTA, INCLUSIVE A OBRAS, LEGISLAÇÃO, DOCTRINA, SÚMULAS, JURISPRUDÊNCIA OU ANOTAÇÕES PESSOAIS, COMUNICAÇÃO ENTRE OS CANDIDATOS E UTILIZAÇÃO DE QUALQUER APARELHO ELETRÔNICO.
- ✓ CONCLUÍDA A PROVA, PERMANEÇA NO SEU LUGAR E SOLICITE A UM FISCAL QUE PROCEDA AO RECOLHIMENTO DA FOLHA DE RESPOSTAS.
- ✓ SERÁ INVALIDADA A PROVA NO CASO DE A FOLHA DE RESPOSTAS APRESENTAR SINAIS OU ANOTAÇÕES NÃO PERMITIDAS.
- ✓ A DURAÇÃO DA PROVA É DE QUATRO HORAS.
- ✓ A SAÍDA DO CANDIDATO SÓ SERÁ PERMITIDA APÓS TRANSCORRIDAS DUAS HORAS DO INÍCIO DA PROVA.

AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR ESTE CADERNO DE PERGUNTAS.

TUTELA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS, DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS

01. Considere os seguintes enunciados:

- I. Há dois tipos de área de preservação permanente: a instituída diretamente pelo Código Florestal e a instituída por ato da Administração Pública.
- II. De acordo com o Código Florestal, consideram-se área de proteção ambiental as florestas e demais formas de vegetação natural situadas nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues.
- III. O regime jurídico das áreas de preservação permanente possibilita a exploração dos recursos naturais existentes.

Está correto somente o contido

- (A) na assertiva I.
- (B) na assertiva II.
- (C) na assertiva III.
- (D) nas assertivas I e II.
- (E) nas assertivas II e III.

02. Considere as seguintes afirmações sobre a Lei n.º 6.766/79 (Lei do Parcelamento do Solo):

- I. Permite menor infra-estrutura básica nos parcelamentos situados nas zonas declaradas por lei como de interesse social.
- II. Permite a implantação de loteamentos fechados, conforme o plano diretor do município.
- III. Admite o parcelamento do solo para fins urbanos em áreas rurais, desde que aprovado pelo INCRA.
- IV. Obriga o Município a regularizar o loteamento executado sem observância das determinações do ato administrativo de licença.

São corretas somente as assertivas

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

03. Prefeito Municipal, cujo mandato terminou em dezembro de 2004, foi réu em ação de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público, porque durante o mês de fevereiro de 2002 teria utilizado funcionários e máquinas de terraplenagem da Prefeitura para dar início à obra de construção de sua residência. Em maio de 2007, sobreveio sentença de improcedência por falta de provas, que transitou em julgado. Entretanto, em novembro de 2008, a testemunha A, que sabia dos fatos, pois tinha sido mestre-de-obras responsável pela construção, e não fora ouvida, procurou a Promotoria de Justiça da Comarca e mostrou documentos e gravações que havia produzido clandestinamente, comprovando aqueles fatos. Na oportunidade, declarou que estaria disposta a testemunhar e relatar tudo o que sabia. Diante dessa situação, assinale a providência correta que, como promotor de justiça, adotaria.

- (A) Informaria a testemunha de que nada poderia ser feito, pois já decorrido o prazo de prescrição previsto no artigo 23 da Lei n.º 8.429/92 e, portanto, o Ministério Público não poderia ajuizar ação pretendendo a aplicação das penas do artigo 12 da Lei de Improbidade Administrativa.
- (B) Instauraria inquérito civil, tomaria por termo as declarações da testemunha A, convidaria o ex-Prefeito para prestar esclarecimentos e oferecer subsídios para esclarecimento dos fatos e, por fim, ajuizaria nova ação civil pública.
- (C) Tendo em mãos a prova clandestina, procuraria notificar o ex-Prefeito Municipal para celebrar compromisso de ajustamento a fim de ressarcir os cofres públicos dos gastos havidos ilícitamente.
- (D) Tomaria por termo as declarações da testemunha A e oficiaria ao atual Prefeito, requisitando que o Município ajuizasse nova ação civil pública, porque ao Ministério Público já teria ocorrido preclusão.
- (E) Como a prova trazida era ilícita, e porque já teria ocorrido coisa julgada material, nada poderia ser feito.

04. Levando-se em conta as disposições do Código de Defesa do Consumidor quanto à responsabilidade pelo fato do produto ou do serviço, considere as assertivas seguintes.

- I. Ainda que o fabricante comprove que não colocou o produto no mercado, será ele responsabilizado objetivamente pelos danos que causar aos consumidores.
- II. A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.
- III. O fornecedor de serviços se exime de responsabilidade objetiva quando provar que o defeito inexistia ou que a culpa é exclusiva do consumidor ou de terceiro.
- IV. É irrelevante saber a época em que um produto foi colocado em circulação para se avaliar se é defeituoso ou não.

São corretas somente as assertivas

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

05. Assinale a alternativa correta.

- (A) As autoridades com prerrogativa de foro especial gozam desse benefício quando se trata de ação civil pública por improbidade administrativa.
- (B) O sucessor testamentário daquele que causar lesão ao patrimônio não está sujeito às cominações da Lei de Improbidade Administrativa.
- (C) O cidadão é o único legitimado a representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar prática de ato de improbidade.
- (D) A indisponibilidade dos bens do réu incide sobre tantos bens quantos forem necessários para o ressarcimento integral do dano e para a perda do acréscimo patrimonial, inclusive sobre bens adquiridos anteriormente ao ato de improbidade.
- (E) Quando o Ministério Público não for o autor da ação civil pública de improbidade administrativa, não é obrigatória a sua intervenção como fiscal da lei.

06. Relativamente aos interesses transindividuais, de acordo com o disposto no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que

- (A) os titulares dos interesses difusos estão ligados por uma origem em comum.
- (B) os titulares dos interesses individuais homogêneos estão ligados por uma circunstância de fato.
- (C) os titulares dos interesses coletivos estão ligados por uma origem em comum ou por uma circunstância de fato.
- (D) os titulares de interesses difusos estão ligados por uma relação jurídica base.
- (E) os titulares de interesses coletivos estão ligados por uma relação jurídica base.

07. Assinale a alternativa correta.

- (A) O inquérito civil é condição de procedibilidade para o ajuizamento de ação civil pública a cargo do Ministério Público.
- (B) A instauração do inquérito civil prescinde de uma portaria inicial que fixe o seu objeto e justifique a necessidade de sua instauração.
- (C) Da instauração do inquérito civil não cabe recurso do interessado ao Conselho Superior do Ministério Público.
- (D) O procedimento preparatório de inquérito civil será sempre de duração limitada.
- (E) Manifestação anônima, ainda que justificada, não autoriza a instauração de procedimento preparatório de inquérito civil.

08. Com relação à sistemática da ação civil pública, assinale a alternativa correta.

- (A) Havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado deverá ser destinada diretamente à reconstituição dos bens lesados.
- (B) Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz determinará o cumprimento da prestação da atividade devida ou a cessação da atividade nociva, sob pena de execução específica, ou de cominação de multa diária, desde que haja requerimento do autor.
- (C) Poderá ser cumulado pedido na ação civil pública para condenação em dinheiro ou cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.
- (D) Decorridos sessenta dias do trânsito em julgado da sentença condenatória, sem que a associação autora lhe promova a execução, deverá fazê-lo exclusivamente o Ministério Público.
- (E) Havendo concessão de medida liminar com imposição de multa, esta só será devida após o trânsito em julgado da decisão favorável ao autor.

09. Assinale a alternativa correta.

- (A) O Ministério Público não poderá firmar compromisso de ajustamento de conduta visando à reparação do dano objeto do inquérito civil.
- (B) A fixação de multa cominatória é condição de validade do compromisso de ajustamento de conduta.
- (C) Havendo ação civil pública em andamento, o compromisso de ajustamento deve ser formalizado no processo respectivo para homologação por sentença, depois de ouvido o Conselho Superior do Ministério Público.
- (D) A celebração de compromisso de ajustamento de conduta pelo Ministério Público impede que outro, ainda que mais abrangente, seja celebrado por qualquer dos legitimados à ação civil pública.
- (E) Admite-se que, justificadamente, seja celebrada novação pelo Ministério Público em compromissos de ajustamento de conduta.

10. Com relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, é incorreto afirmar que

- (A) o Ministério Público tem legitimidade para a ação civil pública fundada em direito individual relativo à infância e juventude.
- (B) o ECA prevê expressamente a possibilidade de impetração de mandado de segurança para a defesa contra atos ilegais ou abusivos de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público, que lesem direito líquido e certo nele previsto.
- (C) o não oferecimento ou oferta irregular de programas suplementares de material didático-escolar, transporte e assistência à saúde do educando do ensino fundamental implica ação de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente.
- (D) em caso de desistência ou abandono da ação civil pública em defesa da infância, proposta por associação legitimada, o processo será extinto sem julgamento do mérito.
- (E) na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz poderá fixar multa diária, e o valor será destinado ao Fundo dos Interesses Difusos Lesados previsto no artigo 13 da Lei da Ação Civil Pública, uma vez que o ECA não prevê Fundo próprio.

11. A Constituição da República Federativa do Brasil

- I. permite o uso de propriedade particular por autoridade competente em caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário ulterior indenização por dano;
- II. estabelece a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, somente mediante pagamento em dinheiro;
- III. garante a impenhorabilidade da pequena propriedade rural por quaisquer dívidas de seu proprietário.

Pode-se afirmar que somente

- (A) a assertiva I está correta.
- (B) as assertivas I e II estão corretas.
- (C) as assertivas I e III estão corretas.
- (D) a assertiva II está correta.
- (E) a assertiva III está correta.

12. Com relação ao disposto na Constituição Federal, considere as seguintes afirmações:

- I. Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, não sendo permitida a sua recondução.
- II. É garantida aos membros do Ministério Público a inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa.
- III. É vedado ao membro do Ministério Público exercer atividade político-partidária.
- IV. A distribuição de processos no Ministério Público será imediata, salvo por motivo relevante, devendo o Procurador-Geral de Justiça, nos casos dos Estados, encaminhar a devida motivação ao presidente do Tribunal Estadual.

Estão corretas somente as assertivas

- (A) I e IV.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.

13. “Qualquer cidadão, no pleno gozo de seus direitos políticos, pode invalidar atos ou contratos administrativos ilegais ou lesivos ao patrimônio da União, Distrito Federal e Municípios”.

Essa afirmação refere-se a

- (A) Mandado de segurança.
- (B) *Habeas Data*.
- (C) Ação popular.
- (D) Ação de improbidade administrativa.
- (E) Mandado de injunção.

14. Com relação ao Poder Constituinte, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O poder constituinte originário não se submete aos limites do poder reformador.
- (B) O poder reformador tem, dentre os seus limites circunstanciais, o estado de sítio e a intervenção federal.
- (C) O poder constituinte derivado tem como um de seus limites materiais a abolição do princípio da separação dos Poderes.
- (D) O limite do poder reformador à abolição dos direitos e garantias individuais inclui apenas as liberdades públicas clássicas, e não os direitos econômicos e sociais.
- (E) A violação dos limites materiais do poder constituinte derivado sujeita a reforma constitucional ao controle de constitucionalidade pelo Poder Judiciário.

15. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) O crime de tortura, que é imprescritível, segundo a legislação penal brasileira somente pode ser praticado por funcionário público ou outra pessoa no exercício de função pública.
 - (B) A Constituição Federal tem como cláusula pétreia a garantia de que ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.
 - (C) A decretação da perda do cargo, função ou emprego público é efeito automático da sentença condenatória dos crimes de tortura.
 - (D) Define-se como tortura qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de terceira pessoa, informações ou confissões; de castigá-la por ato que ela ou terceira pessoa tenha cometido ou seja suspeita de ter cometido; de intimidar ou coagir essa pessoa ou outras pessoas; ou por qualquer motivo baseado em discriminação de qualquer natureza.
 - (E) Aplica-se a lei brasileira ao crime de tortura praticado no exterior, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.
16. Considerando que o Brasil é signatário da Convenção Americana de Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de San José da Costa Rica, assinale a alternativa correta.
- (A) O Brasil está sujeito à jurisdição contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos, porque se trata de cláusula obrigatória da Convenção.
 - (B) A competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos está limitada à emissão de sentença declaratória por violações da Convenção.
 - (C) A cláusula da Convenção relativa à jurisdição obrigatória da Corte é facultativa e o Brasil a ela não aderiu até hoje.
 - (D) O Brasil sujeitou-se voluntariamente à jurisdição da Corte e pode ser condenado à obrigação de fazer cessar as violações à Convenção e indenizar as vítimas.
 - (E) A Constituição Federal não permite a sujeição do Brasil à jurisdição de Tribunais Internacionais.

DIREITO CIVIL, DIREITO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E DIREITO ADMINISTRATIVO

17. Com relação à pessoa do interdito, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O seu domicílio será o do curador, não se admitindo prova em contrário, sendo irrelevante, para efeito legal, o lugar da situação dos bens ou o da residência ou internação.
- (B) A incapacidade absoluta constitui causa impeditiva da prescrição, independentemente da data da sentença ou do registro de interdição.
- (C) Quando o curador for o cônjuge e o regime de bens do casamento for de comunhão parcial, não será obrigado à prestação de contas, salvo determinação judicial.
- (D) O seu filho, se menor, ficará sob a autoridade do curador nomeado pelo juiz, que terá, ainda, a administração dos bens que lhe pertencam.
- (E) Ainda que sem consciência do ilícito, ele poderá ser vítima de danos morais por ofensa à honra, inclusive no caso de calúnia.

18. Indique a alternativa correta.

- (A) A incapacidade para suceder e a exclusão da sucessão de herdeiro ou legatário dependem de declaração por sentença transitada em julgado.
- (B) O excluído da sucessão conservará o direito ao usufruto e à administração dos bens que aos seus sucessores couberem na herança.
- (C) Prescreve em dois anos, contados da abertura da sucessão, a pretensão de excluir o herdeiro ou o legatário.
- (D) É possível a reabilitação expressa do excluído da sucessão, em testamento ou outro ato autêntico que indique o perdão do ofendido.
- (E) A sentença de exclusão do herdeiro ou legatário produz efeitos a partir do trânsito em julgado, cabendo ao excluído, desde que de boa-fé, os frutos e rendimentos dos bens pelo tempo de posse da herança.

19. Sobre a dissolução do vínculo matrimonial, aponte a assertiva correta.

- (A) A anulação do casamento contraído por menor de dezesseis anos poderá ser requerida pelo próprio cônjuge menor, por seus representantes legais, por seus ascendentes, ou pelo Ministério Público.
- (B) A decretação de nulidade de casamento, por infringência de impedimento, poderá ser objeto de ação promovida por qualquer interessado, ou pelo Ministério Público.
- (C) A sentença que decretar a nulidade do casamento terá efeito *ex nunc*, vigendo a partir da sentença passada em julgado, sem prejudicar direitos adquiridos por terceiro de boa-fé, a título oneroso.
- (D) O casamento é anulável por incapacidade do agente, quando contraído pelo enfermo mental sem o necessário discernimento para os atos da vida civil.
- (E) O desfazimento do vínculo faz cessar o impedimento para novas núpcias, e ocorre apenas nos casos de divórcio e de morte real de um dos cônjuges.

20. Leia atentamente as seguintes assertivas sobre os direitos da personalidade.

- I. O direito à intimidade é inalienável, irrenunciável e relativamente disponível.
- II. O suicídio constitui um ato ilícito, embora sem natureza criminal.
- III. A criança e o adolescente têm direito à tutela de imagem e intimidade, sendo, por isso, vedada a divulgação de atos infracionais que permitam a sua identificação.
- IV. A circunstância de se encontrar o funcionário público no exercício de suas funções, e não em conversa ou atividade particular, afasta a incidência das normas de proteção à vida privada, com relação à divulgação da sua imagem.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Somente I, II e III são verdadeiras.
- (B) Somente I, II e IV são verdadeiras.
- (C) Somente I, III e IV são verdadeiras.
- (D) Somente II, III e IV são verdadeiras.
- (E) Todas as assertivas são verdadeiras.

21. Assinale a alternativa correta.

- (A) No caso de ato infracional com reflexos patrimoniais, o adolescente poderá ser obrigado, pelo juiz, a ressarcir o dano que perpetrou ou compensar, por outra forma, o prejuízo da vítima.
- (B) O incapaz jamais responde pelo ato ilícito por ele praticado, cabendo aos pais arcar com a indenização de forma direta.
- (C) A inimputabilidade do agente não afasta o dever de indenizar o dano que provocou, provando-se unicamente o fato de que ele possui meios de reparar o ato ilícito.
- (D) A emancipação por outorga dos pais exclui, por si só, a responsabilidade civil decorrente de atos ilícitos do filho.
- (E) Os pais são responsáveis pela reparação civil, de forma subsidiária, pelo ato ilícito praticado pelo filho menor que estiver sob sua autoridade e em sua companhia.

22. Sobre as relações patrimoniais entre pais e filhos, assinale a alternativa correta.

- (A) O pai ou a mãe que abusarem de sua autoridade, arruinando os bens dos filhos, poderão sofrer a suspensão do poder familiar e, na reiteração, a sua destituição.
- (B) Na administração dos rendimentos e dos bens dos filhos, os pais ficam sujeitos a apresentar contas e também a prestar caução para garantir o fiel cumprimento de seu encargo.
- (C) Os valores auferidos pelos filhos no exercício de atividade profissional estão sujeitos ao poder familiar, independentemente da idade.
- (D) Os bens adquiridos pelos filhos maiores de dezesseis anos em decorrência do exercício de atividade profissional estão sujeitos ao poder familiar.
- (E) Ficam sujeitos à administração e ao usufruto dos pais os bens doados ao filho, independentemente de qualquer condição.

23. Certo testador institui seus herdeiros Antonio por 1/6 da herança, Benedito por 2/6 e Carlos por 3/6, dispondo que, na falta de um deles por premoriência, indignidade ou renúncia, nomeia Daniel, como herdeiro, juntamente com os demais. Considerando a condição de substituto vulgar de Daniel, a concorrer com os substitutos recíprocos, assinale a assertiva correta sobre a distribuição da herança caso Antonio venha a falecer.

- (A) O seu quinhão será dividido entre Daniel, Benedito e Carlos na mesma proporção fixada, ou seja, 1/6, 2/6 e 3/6.
- (B) Benedito, Carlos e Daniel receberão cada um 1/3 da herança deixada pelo *de cuius*.
- (C) O quinhão de Antonio (1/6) irá para Daniel, ficando Benedito com 2/6 da herança e Carlos com 3/6 desta.
- (D) O quinhão de Antonio (1/6) será dividido em partes iguais por todos os herdeiros, Benedito, Carlos e inclusive Daniel.
- (E) A sua cota (1/6) será dividida entre Benedito, que receberá duas partes dela, e Carlos, que ficará com três partes dela.

24. Quanto à causa jurídica, os alimentos poderão ser

- (A) atuais e futuros.
- (B) naturais e civis.
- (C) voluntários, ressarcitórios e legítimos.
- (D) acautelatórios, voluntários e definitivos.
- (E) provisionais, provisórios e regulares.

25. Assinale a alternativa correta.

- (A) A hipoteca convencional extingue-se pela preempção legal, pois decorridos vinte anos de seu registro, sem que haja renovação, não mais será admissível qualquer prorrogação.
- (B) Têm o direito de resgatar o imóvel hipotecado: o credor sub-hipotecário; o adquirente do imóvel hipotecado; o devedor da hipoteca ou os membros de sua família; a massa falida ou os credores em concurso.
- (C) É obrigação do devedor pignoratício imputar o valor dos frutos de que vier a se apropriar nas despesas de guarda e conservação, nos juros e no capital da obrigação garantida sucessivamente.
- (D) O usufruto convencional por alienação ocorre quando o dono do bem cede a nua-propriedade, reservando para si o usufruto.
- (E) o usufruto convencional por retenção se dá quando o proprietário o concede, mediante ato *inter vivos* ou *causa mortis*, conservando a nua-propriedade.

26. Os dividendos e as ações bonificadas percebidas pelo cônjuge-acionista na constância do matrimônio, sendo o regime da comunhão parcial,

- (A) serão de propriedade exclusiva do cônjuge-acionista, por serem provento de seu trabalho pessoal.
- (B) entrarão para o patrimônio comum, por terem sido adquiridos por fato eventual.
- (C) pertencerão somente ao cônjuge-acionista, visto serem lucros sociais oriundos de um investimento por ele feito com vista à remuneração periódica do capital empregado.
- (D) farão parte dos bens particulares do cônjuge-acionista, pois sua aquisição teve por título uma causa anterior ao casamento.
- (E) entrarão para o patrimônio comum do casal, comunicando-se, portanto, ao outro cônjuge (não-acionista), que, então, deles será meeiro, pois constituem frutos civis de bens particulares do cônjuge-acionista.

27. Leia as assertivas a seguir.

- I. É imprescindível autorização judicial específica para a participação de criança ou adolescente em programa de televisão e nas respectivas gravações, mesmo que estejam acompanhados pelos pais ou responsável.
- II. É dispensável autorização judicial específica para a entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhados dos pais ou responsável, em estúdio de televisão, desde que disciplinadas através de portaria ou autorizadas, mediante alvará, pelo juízo da infância.
- III. É vedada a entrada e permanência de crianças e adolescentes em estabelecimentos que exploram comercialmente jogos de azar, mas tal vedação não alcança as casas de diversões eletrônicas, reguladas por portaria ou alvará do juízo da infância.

Pode-se afirmar que

- (A) é correta somente a I.
- (B) é correta somente a II.
- (C) são corretas somente a I e a II.
- (D) são corretas somente a II e a III.
- (E) todas são corretas.

28. Assinale a alternativa correta.

- (A) As ações judiciais da competência da Justiça da Infância e da Juventude não são isentas de custas e emolumentos.
- (B) A apelação em sede de Juízo da Infância e da Juventude terá apenas efeito devolutivo, salvo quando se tratar de sentença que defere adoção por estrangeiro, ou quando houver perigo de dano irreparável ou de difícil reparação.
- (C) O prazo para recorrer das decisões proferidas pela Justiça da Infância e da Juventude não será contado em dobro para a Defensoria Pública e para o Ministério Público, por ser especial a Lei n.º 8.069/90.
- (D) Nos casos de ato infracional, será competente a autoridade judiciária do domicílio dos pais ou responsáveis e, na sua falta, a do local onde se encontrar o infrator.
- (E) O procedimento para imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente apenas poderá iniciar-se por representação do Conselho Tutelar.

29. Assinale a alternativa correta.

- (A) Ante a discricionariedade da Administração no ato disciplinar, o controle jurisdicional é restrito aos aspectos formais do processo administrativo.
- (B) O *habeas corpus* é instrumento adequado para a revisão do mérito de processo administrativo que haja implicado a pena de suspensão do servidor.
- (C) A demissão por ilícito administrativo, que configura também ilícito penal, só é cabível após o trânsito em julgado da ação penal instaurada contra o servidor para a apuração do crime.
- (D) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.
- (E) Condenado o servidor por ilícito praticado contra a Administração, comprovada a culpa em regular processo administrativo, ele sofrerá execução direta para ressarcimento do dano ao erário, independentemente da anuência à sanção administrativa.

30. Considere as seguintes assertivas sobre a parceria público-privada:

- I. É o contrato administrativo de concessão de serviço ou obra pública que, na modalidade patrocinada, envolve contraprestação pecuniária do contratante público ao contratante privado, ambos denominados parceiros.
- II. Entre suas cláusulas, o contrato deve prever os riscos compartilháveis entre as partes, inclusive os decorrentes de caso fortuito, força maior, culpa de terceiro, fato do príncipe e álea econômica ordinária.
- III. A implantação e a gestão do objeto da parceria serão efetuadas por sociedade constituída com propósito específico antes da contratação, sendo vedada ao Poder Público a titularidade da maioria do capital votante, salvo se a aquisição se der por instituição financeira por ele controlada, diante da inadimplência dos contratos de financiamento.

Sobre as assertivas, pode-se dizer que

- (A) somente I e II são corretas.
- (B) somente I e III são corretas.
- (C) somente II e III são corretas.
- (D) somente III é correta.
- (E) todas são corretas.

31. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) O servidor público que, após regular concurso, é nomeado para cargo de provimento efetivo, adquire estabilidade após dois anos de exercício e será destituído por sentença judicial ou por processo administrativo no qual lhe seja assegurada ampla defesa.
- (B) A readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuição e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.
- (C) O Ministério Público é competente para prover os cargos de seus membros e os dos serviços auxiliares.
- (D) O provimento derivado por reingresso é aquele em que o servidor retorna ao serviço ativo do qual estava afastado e compreende as seguintes modalidades: reversão, aproveitamento, reintegração e recondução.
- (E) São cargos vitalícios unicamente os de magistrado, os de ministro ou conselheiro do Tribunal de Contas e os de membro do Ministério Público, sendo que o vitaliciamento dar-se-á após dois anos de exercício em cargo da Magistratura e do Ministério Público, por concurso, e em seguida à posse, nos casos de nomeação direta para os Tribunais.

32. Assinale a alternativa correta sobre a prestação de serviços públicos.

- (A) A essencialidade dos serviços e o vínculo imediato com os direitos fundamentais são fatores que indicam o dever de gratuidade na prestação, pela concessionária, aos usuários que, por qualquer razão de fato ou de direito, simplesmente aleguem estar sem condições de pagar a respectiva contraprestação.
- (B) O direito do consumidor não pode ser aplicado no âmbito dos serviços públicos, em virtude da solidariedade existente entre os usuários, pois a vantagem especial assegurada a um deles poderia comprometer a prestação aos demais.
- (C) Diante do princípio da transparência, constitui dever, seja do concedente seja do concessionário, o de fornecer aos usuários as informações para defesa de interesses individuais e coletivos. Cabe aos usuários, ainda, como sujeitos interessados na boa prestação do serviço, o direito de representação no sistema de fiscalização dos serviços concedidos.
- (D) Quando prestado por meio de concessão, o regime passa a ser exclusivamente de direito privado, única forma de assegurar a continuidade, a generalidade e a adequação do serviço público, e também de garantir o acesso a um maior número de usuários.
- (E) A concessão transfere integralmente para o concessionário os poderes de polícia inerentes ao concedente.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

33. Assinale a alternativa correta.

- (A) O inquérito policial não é indispensável à propositura da ação penal nos crimes em que se procede mediante queixa do ofendido.
- (B) No caso de infração de menor potencial ofensivo, a peça inaugural do inquérito policial é o termo circunstanciado.
- (C) Como regra geral, não deve a autoridade policial determinar o indiciamento do autor da infração se este já se identificou civilmente.
- (D) Na hipótese de decretação da prisão temporária por crime hediondo ou a este equiparado, a incomunicabilidade do preso não poderá exceder a 30 (trinta) dias, salvo se prorrogada a prisão, por igual prazo, por nova decisão judicial.
- (E) Da decisão judicial que determina o arquivamento de autos de inquérito policial, a pedido do Ministério Público, cabe recurso em sentido estrito.

34. Assinale a alternativa correta.

- (A) A caracterização do flagrante presumido não prescinde da perseguição ao agente logo depois da infração.
- (B) Não se admite a prisão em flagrante nas infrações de menor potencial ofensivo.
- (C) O quebramento da fiança importará a perda de metade do seu valor e a obrigação do acusado de se recolher à prisão.
- (D) Admite-se a decretação da prisão preventiva nos casos de contravenção penal e crime culposos se o réu é vadio.
- (E) Cabe recurso em sentido estrito da decisão que nega a fiança e da que indefere pedido de revogação da prisão preventiva.

35. Assinale a alternativa correta.

- (A) O critério geral para a fixação da competência territorial é o do lugar onde foi praticada a infração penal, mas a Lei n.º 9.099, de 26.09.1995, contém regra especial, referindo-se ao local onde a infração se consumou.
- (B) Nas hipóteses de conexão e continência, constatada, em incidente próprio, a insanidade mental de um dos acusados, superveniente à infração, impõe-se a separação dos processos.
- (C) Na hipótese de infração única, atribuída a duas ou mais pessoas, a unidade do processo e do julgamento dos autores e partícipes decorre da conexão intersubjetiva por concurso, também denominada conexão subjetiva concursal.
- (D) A lei não admite a reunião dos processos na hipótese de conexão entre infração de menor potencial ofensivo, da competência dos Juizados Especiais Criminais, e crime que se insere na competência do Tribunal do Júri.
- (E) Nas hipóteses de conexão e continência, quando se verificar o concurso de jurisdições de mesma categoria, o lugar onde houver ocorrido o maior número de infrações prevalece sobre o lugar onde foi praticado o crime mais grave, na determinação do foro prevalente.

36. É correto afirmar, em relação à suspensão condicional do processo, que
- (A) não se admite a suspensão se, em razão do acréscimo de um sexto decorrente da continuidade delitiva, a pena máxima cominada para a infração excede a dois anos.
 - (B) a anterior condenação irrecorrível por contravenção penal impede a sua concessão.
 - (C) a instauração de novo processo por contravenção penal no curso do prazo da suspensão é causa de revogação obrigatória.
 - (D) o descumprimento injustificado da condição de reparação do dano é causa de revogação obrigatória da suspensão.
 - (E) a concessão da suspensão é causa interruptiva da prescrição.
37. Considere as seguintes assertivas:
- I. Admitem-se no processo penal a citação com hora certa e a citação por meio eletrônico.
 - II. É nula a citação por edital se este indica o dispositivo da lei penal, mas não transcreve a denúncia ou queixa nem resume os fatos em que se baseia a imputação.
 - III. A Lei n.º 9.099, de 26.09.1995, não prevê a possibilidade de citação por correspondência, com aviso de recebimento pessoal, do autor de infração de menor potencial ofensivo.
- Assinale, agora, a alternativa correta.
- (A) Somente I é verdadeira.
 - (B) Somente II é verdadeira.
 - (C) Somente III é verdadeira.
 - (D) Somente I e II são verdadeiras.
 - (E) Somente II e III são verdadeiras.
38. Assinale a alternativa incorreta.
- (A) A questão prejudicial facultativa que enseja a suspensão do processo pressupõe que a decisão sobre a matéria controvertida a ser dirimida no juízo cível possa influir na final classificação jurídica do fato objeto do processo penal, mas não no reconhecimento da existência da infração penal.
 - (B) A questão prejudicial obrigatória que enseja a suspensão do processo penal pressupõe que a matéria controvertida recaia sobre o estado civil das pessoas e que de sua solução dependa o reconhecimento da existência da infração penal.
 - (C) A suspensão do processo em razão de questão prejudicial facultativa somente pode ser determinada pelo juiz se já proposta no juízo cível a ação que vise solucioná-la.
 - (D) A suspensão do processo em razão de questão prejudicial obrigatória pode ser determinada pelo juiz ainda que não tenha sido proposta no juízo cível a ação que vise solucionar a matéria controvertida.
 - (E) A decisão irrecorrível do juízo cível que soluciona a questão prejudicial obrigatória no sentido da atipicidade dos fatos descritos na denúncia vincula o juiz do processo penal.
39. De acordo com o que dispõe o Código de Processo Penal, é correto afirmar que
- (A) as provas ilícitas são inadmissíveis, salvo se constatado que poderiam ter sido obtidas a partir de uma fonte independente.
 - (B) no interrogatório em plenário do tribunal do júri, as partes e os jurados podem formular perguntas diretamente ao acusado.
 - (C) o ascendente e o descendente do ofendido podem se recusar a depor como testemunhas.
 - (D) em caso de lesões corporais, a falta de exame pericial complementar pode ser suprida pela prova testemunhal.
 - (E) os documentos em idioma estrangeiro somente devem ser juntados aos autos após a sua tradução por tradutor público, ou, na falta, por pessoa idônea nomeada pela autoridade.
40. Assinale a alternativa correta.
- (A) O procedimento comum sumário deve ser observado nos processos por crimes aos quais a lei comina pena máxima igual ou inferior a 4 (quatro) anos.
 - (B) Nos processos de competência do tribunal do júri, provada nos autos a inexistência do fato, deve o juiz impronunciar o acusado.
 - (C) A oitiva do ofendido e das testemunhas antecede ao interrogatório do acusado no procedimento comum ordinário, mas não no procedimento previsto para os processos de competência do tribunal do júri.
 - (D) Compõem o tribunal do júri 1 (um) juiz togado e 21 (vinte e um) jurados, com idade mínima de 18 (dezoito) anos, dos quais 7 (sete) constituirão o conselho de sentença.
 - (E) O tempo destinado à acusação e à defesa, nos debates na sessão de julgamento do tribunal do júri, é de uma hora e meia para cada, e de uma hora para a réplica e outro tanto para a tréplica.
41. Assinale a alternativa incorreta.
- (A) Compete ao Tribunal de Justiça o julgamento de *habeas corpus* impetrado contra decisão proferida por juiz de direito oficiando no Juizado Especial Criminal.
 - (B) O menor de 18 anos, o analfabeto e o estrangeiro podem impetrar *habeas corpus*.
 - (C) Não cabe *habeas corpus* contra sentença condenatória a pena de multa.
 - (D) Da decisão do juiz que concede ou denega *habeas corpus* cabe recurso em sentido estrito.
 - (E) Da decisão do Tribunal de Justiça que concede *habeas corpus* não cabe recurso ordinário para o Superior Tribunal de Justiça.

42. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) Admite-se a intervenção do assistente do Ministério Público após a sentença absolutória, na ausência do trânsito em julgado.
- (B) Na ausência de recurso do Ministério Público, pode o assistente de acusação recorrer da decisão que rejeita a denúncia por inépcia.
- (C) Não cabe recurso em sentido estrito da decisão que admitir ou não admitir o assistente de acusação.
- (D) Pode o ofendido, particular, habilitar-se como assistente do Ministério Público em crimes contra a Administração Pública.
- (E) Não se aplicam ao assistente de acusação os impedimentos previstos em lei para o juiz e o órgão do Ministério Público.

43. Assinale a alternativa correta.

- (A) Cabe recurso em sentido estrito da decisão do juiz que julga improcedente a exceção de suspeição.
- (B) Cabe recurso em sentido estrito da decisão que indefere pedido de anulação do processo no curso da instrução.
- (C) No caso de morte do ofendido, o cônjuge somente poderá apelar da sentença absolutória, na ausência de recurso do Ministério Público, se previamente tenha se habilitado como assistente.
- (D) No procedimento sumaríssimo regido pela Lei n.º 9.099, de 26.09.1995, cabe apelação, no prazo de cinco dias, da sentença, da decisão que homologa a transação penal e da que rejeita a denúncia ou a queixa.
- (E) No procedimento sumaríssimo regido pela Lei n.º 9.099, de 26.09.1995, é de cinco dias o prazo para a interposição de embargos de declaração contra a sentença.

44. Considerando as disposições contidas na Lei n.º 11.343, de 23.08.2006 (nova Lei de Tóxicos), assinale a alternativa correta.

- (A) A “infiltração” por agentes policiais em tarefas de investigação, nos crimes descritos na referida Lei, depende de autorização do juiz ou do Ministério Público.
- (B) Recebidos os autos de inquérito policial, o prazo para o oferecimento da denúncia é de 5 (cinco) dias.
- (C) O perito que firmar o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga ficará impedido de participar da elaboração do laudo definitivo.
- (D) Nos crimes de tráfico de drogas ilícitas e assemelhados (arts. 33, *caput* e § 1.º, e 34 a 37), a referida Lei veda a concessão de fiança, *sursis*, graça, indulto, anistia e liberdade provisória, a progressão de regime e a substituição da pena por sanção restritiva de direitos.
- (E) Na fixação da pena, as circunstâncias preponderantes sobre outras circunstâncias previstas no art. 59 do Código Penal são a natureza e a quantidade da substância ou do produto, a personalidade e a conduta social do agente.

45. Considerando as disposições de natureza processual penal contidas na Lei n.º 11.101, de 09.02.2005 (Lei de Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial), aplicáveis aos crimes nela descritos, é incorreto afirmar que

- (A) a ação penal pública será sempre incondicionada.
- (B) a ação penal privada subsidiária pode ser ajuizada pelo administrador judicial e por qualquer credor habilitado.
- (C) embora prevista a competência do juiz criminal para o processo e julgamento da ação penal, admite-se que a prisão preventiva do falido e de seus administradores seja decretada na sentença de falência.
- (D) a impossibilidade de gerir empresa por mandato ou por gestão de negócio é um dos efeitos automáticos da condenação.
- (E) os efeitos da condenação perdurarão até 5 (cinco) anos após a extinção da punibilidade, salvo se antes concedida a reabilitação penal.

46. Considere as seguintes assertivas:

- I. É vedada a concessão de liberdade provisória mediante fiança, anistia, graça e indulto ao condenado por crime de falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produto alimentício (art. 272, *caput*, e §§ 1.º-A e 1.º, do Código Penal).
- II. O reincidente na prática de crimes de extorsão mediante seqüestro na forma tentada (art. 159, *caput*, c.c. o art. 14, inciso II, do Código Penal) somente poderá progredir de regime após o cumprimento de três quintos da pena.
- III. Ao reincidente na prática de crimes de tráfico de entorpecentes (art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343, de 23.08.2006) somente poderá ser concedido o livramento condicional após o cumprimento de dois terços da pena.

Assinale, agora, a alternativa correta.

- (A) Somente I é verdadeira.
- (B) Somente II é verdadeira.
- (C) Somente III é verdadeira.
- (D) Somente I e II são verdadeiras.
- (E) Somente II e III são verdadeiras.

47. Considere as seguintes assertivas:

- I. A Lei de Execução Penal prevê, expressamente, a possibilidade de o juiz da execução modificar as condições impostas à suspensão condicional da pena, ao regime aberto e ao livramento condicional.
- II. A Lei de Execução Penal prevê, expressamente, que o preso provisório estrangeiro está sujeito à inclusão no regime disciplinar diferenciado, nas hipóteses legais de seu cabimento.
- III. Os arts. 180 a 184 da Lei de Execução Penal não prevêm as seguintes possibilidades de conversão: de pena privativa de liberdade em restritiva de direitos; de multa em pena privativa de liberdade; de medida de segurança em pena privativa de liberdade.

Assinale, agora, a alternativa correta.

- (A) Somente I é verdadeira.
- (B) Somente II é verdadeira.
- (C) Somente III é verdadeira.
- (D) Somente I e II são verdadeiras.
- (E) Somente I e III são verdadeiras.

48. Considere as seguintes assertivas:

- I. A condenação irrecorrível a pena privativa de liberdade por crime culposo praticado no período de prova é causa de revogação obrigatória do *sursis*.
- II. Poderá ser deferido novo livramento em relação à mesma pena se a revogação do livramento condicional decorreu do descumprimento de obrigação imposta na sentença concessiva.
- III. Computa-se na pena o tempo em que permaneceu o liberado no gozo do livramento condicional, na hipótese de revogação por crime praticado anteriormente à sua vigência.

Assinale, agora, a alternativa verdadeira.

- (A) Somente I é verdadeira.
- (B) Somente II é verdadeira.
- (C) Somente III é verdadeira.
- (D) Somente I e II são verdadeiras.
- (E) Somente II e III são verdadeiras.

49. Assinale a alternativa correta.

- (A) Os crimes instantâneos não admitem tentativa.
- (B) Nos crimes de ação múltipla, a pluralidade de agentes integra o tipo.
- (C) É possível a tentativa em crimes comissivos por omissão.
- (D) O crime de exercício arbitrário das próprias razões é crime de mão própria.
- (E) Os crimes unissubjetivos não admitem co-autoria.

50. A Lei n.º 6.766/79 (Lei sobre parcelamento do solo urbano) prevê como crime, no art. 50, I: “Dar início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos sem autorização do órgão público competente, ou em desacordo com as disposições desta Lei ou de outras normas pertinentes do Distrito Federal, Estados e Municípios”. Esse delito pode ser classificado como

- (A) formal, de perigo e instantâneo de efeitos permanentes, no qual o sujeito passivo é a Administração Pública.
- (B) formal, de dano e instantâneo de efeitos permanentes, no qual o sujeito passivo é o Município.
- (C) formal, de perigo e permanente, no qual o sujeito passivo é a Administração Pública.
- (D) material, de dano e permanente, no qual o sujeito passivo é o Município.
- (E) material, de perigo e instantâneo de efeitos permanentes, no qual o sujeito passivo é a Administração Pública.

51. Indique a conduta que não está descrita na Lei n.º 9.605/98 como crime contra o meio ambiente.

- (A) Extrair de florestas de domínio público ou consideradas de preservação permanente, sem prévia autorização, pedra, areia, cal ou qualquer espécie de minerais.
- (B) Causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação e às áreas de que trata o artigo 27 do Decreto n.º 99.274, de 6 de junho de 1990, independentemente de sua localização.
- (C) Introduzir espécime animal no País, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida por autoridade competente.
- (D) Fazer ou usar fogo, por qualquer modo, em floresta ou nas demais formas de vegetação, ou em sua borda, sem tomar as precauções necessárias para evitar propagação.
- (E) Comercializar motosserra ou utilizá-la em florestas e nas demais formas de vegetação, sem licença ou registro da autoridade competente.

- 52.** Propaganda eleitoral em língua estrangeira é
- (A) expressão da garantia do livre exercício da propaganda eleitoral e do voto.
 - (B) crime previsto no Código Eleitoral.
 - (C) atividade que depende de autorização da Justiça Eleitoral.
 - (D) contravenção penal.
 - (E) liberdade de expressão assegurada constitucionalmente.
- 53.** Não é modalidade de peculato prevista no Código Penal:
- (A) peculato-apropriação.
 - (B) peculato-furto.
 - (C) peculato-concussão.
 - (D) peculato culposo.
 - (E) peculato mediante erro de outrem.
- 54.** Assinale a alternativa correta.
- (A) O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, determina a redução da pena de um sexto a um terço.
 - (B) O erro sobre elemento constitutivo do tipo penal não exclui o dolo.
 - (C) O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado determina que se considerem as condições ou qualidades da vítima da infração.
 - (D) Nas descriminantes putativas, se o erro deriva de culpa, responde o agente por crime culposo, se previsto em lei.
 - (E) Considera-se evitável o erro se o agente atua ou se omite com consciência da ilicitude do fato, quando não lhe era possível, nas circunstâncias, agir de forma diversa.
- 55.** Nos termos da Lei n.º 11.340/06 (Lei contra a violência doméstica e familiar contra a mulher), assinale a alternativa incorreta.
- (A) A lei compreende o dano patrimonial à mulher.
 - (B) A lei compreende o dano moral à mulher.
 - (C) A coabitação entre os sujeitos ativo e passivo é condição para a aplicação da lei.
 - (D) A empregada doméstica pode ser sujeito passivo.
 - (E) O parentesco entre os sujeitos ativo e passivo não é condição para a aplicação da lei.
- 56.** Diante do que dispõe o art. 297, § 2.º, do Código Penal, não se equiparam a documento público, para efeitos penais,
- (A) as ações de sociedade comercial.
 - (B) os títulos não mais transmissíveis por endosso.
 - (C) os livros mercantis.
 - (D) os testamentos hológrafos.
 - (E) os documentos emanados de entidade paraestatal.
- 57.** Assinale o enunciado que não corresponde a entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.
- (A) Há crime de latrocínio quando o homicídio não se consuma, se o agente realiza a subtração de bens da vítima.
 - (B) A punição de intermediador, no jogo do bicho, independe de identificação do “apostador” ou do “banqueiro”.
 - (C) O crime de extorsão consuma-se independentemente da obtenção da vantagem indevida.
 - (D) A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.
 - (E) O art. 309 do Código de Trânsito Brasileiro, que reclama decorra do fato perigo de dano, derogou o artigo 32 da Lei das Contravenções Penais, no tocante à direção sem habilitação em vias terrestres.
- 58.** Assinale a alternativa correta.
- (A) Não se admite co-autoria em crime culposo.
 - (B) Admite-se a participação em crime de mera conduta.
 - (C) As circunstâncias de caráter pessoal, quando elementares do crime, comunicam-se ao partícipe que delas não tinha conhecimento.
 - (D) O partícipe que quis colaborar com a prática de crime menos grave responde pelo crime mais grave executado pelo autor, reduzida a pena até a metade.
 - (E) Configurada a participação de menor importância na infração, deve o juiz diminuir a pena de um terço a dois terços.
- 59.** Aponte qual das condutas não está descrita como crime contra a criança e o adolescente, nos termos da Lei n.º 8.609/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).
- (A) Descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao pátrio poder ou decorrentes de tutela ou guarda, bem assim determinação da autoridade judiciária ou Conselho Tutelar.
 - (B) Impedir ou embaraçar a ação de autoridade judiciária, membro do Conselho Tutelar ou representante do Ministério Público no exercício de função prevista em lei.
 - (C) Descumprir, injustificadamente, prazo fixado nessa Lei, em benefício de adolescente privado de liberdade.
 - (D) Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou constrangimento.
 - (E) Deixar o encarregado de serviço ou dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de manter registro das atividades desenvolvidas, na forma e prazo referidos no art. 10 dessa Lei, bem como de fornecer à parturiente ou a seu responsável, por ocasião da alta médica, declaração de nascimento, onde constem as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato.

60. Não é causa de aumento de pena, de um terço até metade, no crime de homicídio culposo praticado na direção de veículo automotor, a circunstância de o agente
- (A) não possuir Permissão para dirigir ou Carteira de Habilitação.
 - (B) praticá-lo em faixa de pedestres ou na calçada.
 - (C) deixar de prestar socorro, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à vítima do acidente.
 - (D) estar sob influência de álcool ou substância tóxica ou entorpecente de efeitos análogos.
 - (E) no exercício de sua profissão ou atividade, estar conduzindo veículo de transporte de passageiros.
61. Considerando as disposições contidas na Parte Geral da Lei das Contravenções Penais, assinale a alternativa incorreta.
- (A) A lei brasileira só é aplicável à contravenção praticada no território nacional.
 - (B) Não é punível a tentativa de contravenção.
 - (C) Nas contravenções, as penas principais são prisão simples e multa.
 - (D) Verifica-se a reincidência quando o agente pratica uma contravenção depois de passar em julgado a sentença que o tenha condenado, no Brasil ou no estrangeiro, por qualquer crime, ou, no Brasil, por motivo de contravenção.
 - (E) Nas contravenções, em caso de ignorância ou de errada compreensão da lei, quando inescusáveis, a pena pode deixar de ser aplicada.
62. Com relação ao crime de rixa, descrito no art. 137, *caput*, do Código Penal (“Participar de rixa, salvo para separar os contendores”), assinale a alternativa incorreta.
- (A) É crime plurissubjetivo ou de concurso necessário.
 - (B) Há presunção de perigo, que decorre da simples existência material da contenda.
 - (C) É possível uma pessoa ser sujeito ativo e passivo do mesmo crime.
 - (D) É infração de forma livre, podendo ser cometida por qualquer meio eleito pelo agente.
 - (E) Quem provoca a rixa por imprudência, sem dela participar, responde também pelo crime.
63. Assinale a alternativa incorreta.
- (A) Promover, ou organizar a cooperação no crime ou dirigir a atividade dos demais agentes é circunstância agravante genérica.
 - (B) O desconhecimento da lei é circunstância atenuante genérica.
 - (C) Ter o agente cometido o crime em estado de embriaguez preordenada é circunstância agravante genérica.
 - (D) No concurso de agravantes e atenuantes, as circunstâncias preponderantes são as que resultam dos motivos determinantes do crime, da personalidade e da conduta social do agente.
 - (E) No concurso de causas de aumento ou de diminuição de pena previstas na parte especial, pode o juiz, na fixação da pena, limitar-se a um só aumento ou a uma só diminuição, prevalecendo, porém, a causa que mais aumente ou diminua.
64. Se em 1.º de dezembro de 2008 entrar em vigor uma nova lei penal, alterando as disposições contidas na Parte Geral do Código Penal (arts. 14, parágrafo único, 15, 16, 19 e 26, parágrafo único), qual das normas introduzidas pelo novo diploma, mencionadas nas alternativas a seguir, não se aplicará aos crimes cometidos até 30 de novembro de 2008?
- (A) Art. 14, parágrafo único – “Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de metade a dois terços.”
 - (B) Art. 15 – “É isento de pena o agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza.”
 - (C) Art. 16 – “Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de metade até dois terços.”
 - (D) Art. 19 – “Pelo resultado que agrava especialmente a pena, não responde o agente se o houver causado culposamente.”
 - (E) Art. 26, parágrafo único: “A pena pode ser reduzida de um terço a metade se o agente, em virtude de perturbação da saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.”

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO COMERCIAL

65. Na demanda ajuizada por sócios de uma sociedade em face desta para a declaração de nulidade de uma deliberação societária, o litisconsórcio existente entre esses sócios é considerado

- (A) comum (simples) e facultativo.
- (B) comum (simples) e necessário.
- (C) unitário e facultativo.
- (D) unitário e necessário.
- (E) alternativo e facultativo.

66. Assinale a causa em que o Ministério Público não intervém.

- (A) Ação que envolva litígio coletivo pela posse de terra rural.
- (B) Ação cautelar de arresto em que o réu restou revel.
- (C) Causa concernente ao estado da pessoa.
- (D) Processo de inventário em que há herdeiro ausente.
- (E) Processo de inventário em que há herdeiro incapaz.

67. Considere as seguintes assertivas:

- I. O conflito de competência pode ser suscitado por qualquer das partes, pelo Ministério Público ou pelo juiz.
- II. No julgamento do conflito de competência, é possível a invalidação dos atos decisórios do juiz considerado incompetente.
- III. No julgamento do conflito de competência, o tribunal pode, uma vez constatada a ilegitimidade de uma das partes, extinguir o processo sem julgamento do mérito.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Somente I é verdadeira.
- (B) Somente I e II são verdadeiras.
- (C) Somente I e III são verdadeiras.
- (D) Somente II e III são verdadeiras.
- (E) Todas as assertivas são verdadeiras.

68. Assinale a alternativa que não contempla requisito para a antecipação da tutela.

- (A) Verossimilhança da alegação e fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.
- (B) Verossimilhança da alegação e abuso do direito de defesa.
- (C) Verossimilhança da alegação e manifesta intenção protelatória do réu.
- (D) Verossimilhança da alegação e autor beneficiário da assistência judiciária gratuita.
- (E) Ausência de controvérsia em torno de um ou mais dos pedidos cumulados.

69. O juiz pode cassar a própria sentença e determinar o regular prosseguimento do processo em primeira instância diante de apelação interposta contra

- (A) a sentença que indefere a petição inicial e a sentença que a qualquer momento extingue o processo sem julgamento do mérito.
- (B) a sentença que indefere a petição inicial e a sentença liminar de improcedência da demanda.
- (C) a sentença que indefere a petição inicial e a sentença de julgamento antecipado da lide.
- (D) a sentença que a qualquer momento extingue o processo sem julgamento do mérito e a sentença liminar de improcedência da demanda.
- (E) a sentença liminar de improcedência da demanda e a sentença de julgamento antecipado da lide.

70. Assinale a alternativa correta.

- (A) O Ministério Público e a Fazenda Pública contam com prazo em quádruplo para reconvir.
- (B) A extinção da demanda inicial conduz necessariamente à extinção da reconvenção, que não pode isoladamente seguir adiante.
- (C) A reconvenção desacompanhada de contestação deve ser indeferida.
- (D) Diante de demanda possessória, o réu pode ofertar reconvenção para que se reconheça seu domínio sobre a área litigiosa.
- (E) É inadmissível reconvenção para cobrança de dívida em resposta a ação declaratória.

71. Assinale a alternativa correta.

- (A) Nenhum título executivo judicial depende da instauração de um novo processo para a sua execução.
- (B) É de valor fixo e invariável a multa coercitiva prevista para estimular o cumprimento de sentença condenatória que tem por objeto obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa.
- (C) O juiz não pode impor de ofício a multa coercitiva prevista para o cumprimento da sentença condenatória que tem por objeto obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa.
- (D) Não é possível condenação ao pagamento de honorários advocatícios em cumprimento de sentença nem em impugnação.
- (E) Independe de embargos e pode ser feita por meio de simples petição a defesa do executado diante do cumprimento de sentença que tem por objeto obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa.

72. Assinale a alternativa em que todas as matérias podem ser oportunamente conhecidas de ofício pelo tribunal no julgamento da apelação.

- (A) Ilegitimidade de parte, convenção de arbitragem e litispendência.
- (B) Impossibilidade jurídica da demanda, nulidade de cláusula de eleição de foro em contrato de adesão e nulidade da citação.
- (C) Coisa julgada, convenção de arbitragem e prescrição.
- (D) Prescrição, incompetência absoluta e coisa julgada.
- (E) Incompetência absoluta, incompetência relativa e ilegitimidade de parte.

73. Considere as assertivas seguintes:

- I. Nos embargos de declaração, é possível a *reformatio in pejus*.
- II. A parte vencedora tem legitimidade e interesse para a oposição de embargos de declaração.
- III. De acordo com a lei e com a jurisprudência, os embargos de declaração são cabíveis para a sanção de omissão, obscuridade, contradição e erro evidente ou material.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Somente III é verdadeira.
- (B) Somente I e II são verdadeiras.
- (C) Somente I e III são verdadeiras.
- (D) Somente II e III são verdadeiras.
- (E) Todas as assertivas são verdadeiras.

74. Considere as assertivas seguintes:

- I. A pensão alimentícia do filho é automaticamente cancelada com o alcance da maioridade, independentemente de decisão judicial.
- II. A prisão civil do alimentante não é possível no caso de inadimplemento de parcelas vencidas após o ajuizamento da execução de prestação alimentícia.
- III. O Ministério Público não pode requerer a prisão do alimentante nos processos em que atua como fiscal da lei.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Somente III é verdadeira.
- (B) Somente I e II são verdadeiras.
- (C) Somente I e III são verdadeiras.
- (D) Somente II e III são verdadeiras.
- (E) Todas as assertivas são falsas.

75. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens.
- (B) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início da sua atividade.
- (C) A incapacidade superveniente não impede o empresário de dar continuidade à empresa exercida até então, desde que representado ou assistido.
- (D) O empresário casado não pode alienar imóveis que integram o patrimônio da empresa sem a outorga conjugal.
- (E) A sentença que decreta ou homologa a separação judicial do empresário não pode ser oposta a terceiros antes de arquivada e averbada no Registro Público de Empresas Mercantis.

76. Assinale a alternativa correta.

- (A) A notificação destinada à comprovação da mora em dívida garantida por alienação fiduciária deve trazer o valor total do débito para a devida ciência do devedor.
- (B) O protesto do título para a comprovação da mora em dívida garantida por alienação fiduciária não pode ser feito por edital.
- (C) No caso de mora em obrigação garantida mediante alienação fiduciária, o credor não pode vender a coisa a terceiros antes da avaliação judicial do bem.
- (D) É vedada a concessão liminar da busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, em respeito ao princípio do contraditório.
- (E) Na resposta à ação de busca e apreensão fundada em obrigação garantida por alienação fiduciária, o devedor pode discutir a legalidade de cláusulas contratuais.

77. Na _____, a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais dos resultados correspondentes.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

- (A) sociedade em conta de participação
- (B) sociedade em nome coletivo
- (C) sociedade cooperativa
- (D) sociedade em comandita simples
- (E) sociedade em comum

78. Considere as assertivas seguintes:

- I. É admissível a ação monitória fundada em cheque prescrito, independentemente de indicação da causa de emissão.
- II. É admissível a execução fundada em cheque prescrito, desde que a causa de emissão seja indicada.
- III. Não é admissível execução fundada em nota promissória vinculada a contrato de abertura de crédito, dada a falta de autonomia e, conseqüentemente, de liquidez.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Somente I é verdadeira.
- (B) Somente I e II são verdadeiras.
- (C) Somente I e III são verdadeiras.
- (D) Somente II e III são verdadeiras.
- (E) Todas as assertivas são verdadeiras.

79. Assinale a alternativa correta.

- (A) O Ministério Público não tem legitimidade para impugnar a relação de credores que instrui o pedido de recuperação judicial.
- (B) O devedor pode, unilateralmente e a qualquer momento, desistir do pedido de recuperação judicial, em razão do princípio dispositivo.
- (C) O Ministério Público tem legitimidade para a ação revocatória, que deve ser proposta no prazo de três anos da decretação da falência.
- (D) É vedada a reunião de credores em litisconsórcio para alcançar o valor mínimo exigido pela lei para o requerimento de falência, em razão do princípio da continuidade da empresa.
- (E) Não é admissível a nomeação de pessoa jurídica para a função de administrador judicial, que deve ser necessariamente desempenhada por profissional de nível universitário, inscrito no órgão de classe competente.

80. Considere as assertivas seguintes:

- I. A sociedade cooperativa e a sociedade em nome coletivo não estão sujeitas a falência.
- II. Nos casos em que não couber no processo falimentar pedido de restituição, fica resguardado o direito dos credores de opor embargos de terceiro.
- III. A declaração de ineficácia de atos em relação à massa falida depende da propositura de ação revocatória.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Somente I é verdadeira.
- (B) Somente II é verdadeira.
- (C) Somente III é verdadeira.
- (D) Somente I e III são verdadeiras.
- (E) Todas as assertivas são falsas.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

86.º CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DE SÃO PAULO – 2008

Prova Preambular

4

INSTRUÇÕES

- ✓ VERIFIQUE SE O NÚMERO DO CADERNO DE PERGUNTAS, DA FOLHA DE RESPOSTAS E O NÚMERO CONSTANTE NA ETIQUETA DE SUA CARTEIRA COINCIDEM ENTRE SI.
- ✓ O CADERNO CONTÉM UM TOTAL DE 80 QUESTÕES.
- ✓ PARA CADA QUESTÃO HÁ APENAS **UMA** RESPOSTA CERTA.
- ✓ RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES SEM QUALQUER RASURA.
- ✓ PREENCHA CORRETAMENTE O CANHOTO DE IDENTIFICAÇÃO DA FOLHA DE RESPOSTAS (ASSINATURA, NÚMERO DO DOCUMENTO, NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO, QUE TAMBÉM DEVERÁ SER MARCADO NO QUADRO INDICADO PELAS SETAS).
- ✓ NÃO DESTAQUE DA FOLHA DE RESPOSTAS O CANHOTO DE IDENTIFICAÇÃO.
- ✓ DURANTE A REALIZAÇÃO DA PROVA, É VEDADO QUALQUER TIPO DE CONSULTA, INCLUSIVE A OBRAS, LEGISLAÇÃO, DOCTRINA, SÚMULAS, JURISPRUDÊNCIA OU ANOTAÇÕES PESSOAIS, COMUNICAÇÃO ENTRE OS CANDIDATOS E UTILIZAÇÃO DE QUALQUER APARELHO ELETRÔNICO.
- ✓ CONCLUÍDA A PROVA, PERMANEÇA NO SEU LUGAR E SOLICITE A UM FISCAL QUE PROCEDA AO RECOLHIMENTO DA FOLHA DE RESPOSTAS.
- ✓ SERÁ INVALIDADA A PROVA NO CASO DE A FOLHA DE RESPOSTAS APRESENTAR SINAIS OU ANOTAÇÕES NÃO PERMITIDAS.
- ✓ A DURAÇÃO DA PROVA É DE QUATRO HORAS.
- ✓ A SAÍDA DO CANDIDATO SÓ SERÁ PERMITIDA APÓS TRANSCORRIDAS DUAS HORAS DO INÍCIO DA PROVA.

AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR ESTE CADERNO DE PERGUNTAS.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

01. Assinale a alternativa correta.

- (A) O inquérito policial não é indispensável à propositura da ação penal nos crimes em que se procede mediante queixa do ofendido.
- (B) No caso de infração de menor potencial ofensivo, a peça inaugural do inquérito policial é o termo circunstanciado.
- (C) Como regra geral, não deve a autoridade policial determinar o indiciamento do autor da infração se este já se identificou civilmente.
- (D) Na hipótese de decretação da prisão temporária por crime hediondo ou a este equiparado, a incomunicabilidade do preso não poderá exceder a 30 (trinta) dias, salvo se prorrogada a prisão, por igual prazo, por nova decisão judicial.
- (E) Da decisão judicial que determina o arquivamento de autos de inquérito policial, a pedido do Ministério Público, cabe recurso em sentido estrito.

02. Assinale a alternativa correta.

- (A) A caracterização do flagrante presumido não prescinde da perseguição ao agente logo depois da infração.
- (B) Não se admite a prisão em flagrante nas infrações de menor potencial ofensivo.
- (C) O quebramento da fiança importará a perda de metade do seu valor e a obrigação do acusado de se recolher à prisão.
- (D) Admite-se a decretação da prisão preventiva nos casos de contravenção penal e crime culposos se o réu é vadio.
- (E) Cabe recurso em sentido estrito da decisão que nega a fiança e da que indefere pedido de revogação da prisão preventiva.

03. Assinale a alternativa correta.

- (A) O critério geral para a fixação da competência territorial é o do lugar onde foi praticada a infração penal, mas a Lei n.º 9.099, de 26.09.1995, contém regra especial, referindo-se ao local onde a infração se consumou.
- (B) Nas hipóteses de conexão e continência, constatada, em incidente próprio, a insanidade mental de um dos acusados, superveniente à infração, impõe-se a separação dos processos.
- (C) Na hipótese de infração única, atribuída a duas ou mais pessoas, a unidade do processo e do julgamento dos autores e partícipes decorre da conexão intersubjetiva por concurso, também denominada conexão subjetiva concursal.
- (D) A lei não admite a reunião dos processos na hipótese de conexão entre infração de menor potencial ofensivo, da competência dos Juizados Especiais Criminais, e crime que se insere na competência do Tribunal do Júri.
- (E) Nas hipóteses de conexão e continência, quando se verificar o concurso de jurisdições de mesma categoria, o lugar onde houver ocorrido o maior número de infrações prevalece sobre o lugar onde foi praticado o crime mais grave, na determinação do foro prevalente.

04. É correto afirmar, em relação à suspensão condicional do processo, que

- (A) não se admite a suspensão se, em razão do acréscimo de um sexto decorrente da continuidade delitiva, a pena máxima cominada para a infração excede a dois anos.
- (B) a anterior condenação irreversível por contravenção penal impede a sua concessão.
- (C) a instauração de novo processo por contravenção penal no curso do prazo da suspensão é causa de revogação obrigatória.
- (D) o descumprimento injustificado da condição de reparação do dano é causa de revogação obrigatória da suspensão.
- (E) a concessão da suspensão é causa interruptiva da prescrição.

05. Considere as seguintes assertivas:

- I. Aditem-se no processo penal a citação com hora certa e a citação por meio eletrônico.
- II. É nula a citação por edital se este indica o dispositivo da lei penal, mas não transcreve a denúncia ou queixa nem resume os fatos em que se baseia a imputação.
- III. A Lei n.º 9.099, de 26.09.1995, não prevê a possibilidade de citação por correspondência, com aviso de recebimento pessoal, do autor de infração de menor potencial ofensivo.

Assinale, agora, a alternativa correta.

- (A) Somente I é verdadeira.
- (B) Somente II é verdadeira.
- (C) Somente III é verdadeira.
- (D) Somente I e II são verdadeiras.
- (E) Somente II e III são verdadeiras.

06. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) A questão prejudicial facultativa que enseja a suspensão do processo pressupõe que a decisão sobre a matéria controvertida a ser dirimida no juízo cível possa influir na final classificação jurídica do fato objeto do processo penal, mas não no reconhecimento da existência da infração penal.
- (B) A questão prejudicial obrigatória que enseja a suspensão do processo penal pressupõe que a matéria controvertida recaia sobre o estado civil das pessoas e que de sua solução dependa o reconhecimento da existência da infração penal.
- (C) A suspensão do processo em razão de questão prejudicial facultativa somente pode ser determinada pelo juiz se já proposta no juízo cível a ação que vise solucioná-la.
- (D) A suspensão do processo em razão de questão prejudicial obrigatória pode ser determinada pelo juiz ainda que não tenha sido proposta no juízo cível a ação que vise solucionar a matéria controvertida.
- (E) A decisão irreversível do juízo cível que soluciona a questão prejudicial obrigatória no sentido da atipicidade dos fatos descritos na denúncia vincula o juiz do processo penal.

07. De acordo com o que dispõe o Código de Processo Penal, é correto afirmar que

- (A) as provas ilícitas são inadmissíveis, salvo se constatado que poderiam ter sido obtidas a partir de uma fonte independente.
- (B) no interrogatório em plenário do tribunal do júri, as partes e os jurados podem formular perguntas diretamente ao acusado.
- (C) o ascendente e o descendente do ofendido podem se recusar a depor como testemunhas.
- (D) em caso de lesões corporais, a falta de exame pericial complementar pode ser suprida pela prova testemunhal.
- (E) os documentos em idioma estrangeiro somente devem ser juntados aos autos após a sua tradução por tradutor público, ou, na falta, por pessoa idônea nomeada pela autoridade.

08. Assinale a alternativa correta.

- (A) O procedimento comum sumário deve ser observado nos processos por crimes aos quais a lei comina pena máxima igual ou inferior a 4 (quatro) anos.
- (B) Nos processos de competência do tribunal do júri, provada nos autos a inexistência do fato, deve o juiz impronunciar o acusado.
- (C) A oitiva do ofendido e das testemunhas antecede ao interrogatório do acusado no procedimento comum ordinário, mas não no procedimento previsto para os processos de competência do tribunal do júri.
- (D) Compõem o tribunal do júri 1 (um) juiz togado e 21 (vinte e um) jurados, com idade mínima de 18 (dezoito) anos, dos quais 7 (sete) constituirão o conselho de sentença.
- (E) O tempo destinado à acusação e à defesa, nos debates na sessão de julgamento do tribunal do júri, é de uma hora e meia para cada, e de uma hora para a réplica e outro tanto para a tréplica.

09. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) Compete ao Tribunal de Justiça o julgamento de *habeas corpus* impetrado contra decisão proferida por juiz de direito oficiando no Juizado Especial Criminal.
- (B) O menor de 18 anos, o analfabeto e o estrangeiro podem impetrar *habeas corpus*.
- (C) Não cabe *habeas corpus* contra sentença condenatória a pena de multa.
- (D) Da decisão do juiz que concede ou denega *habeas corpus* cabe recurso em sentido estrito.
- (E) Da decisão do Tribunal de Justiça que concede *habeas corpus* não cabe recurso ordinário para o Superior Tribunal de Justiça.

10. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) Admite-se a intervenção do assistente do Ministério Público após a sentença absolutória, na ausência do trânsito em julgado.
- (B) Na ausência de recurso do Ministério Público, pode o assistente de acusação recorrer da decisão que rejeita a denúncia por inépcia.
- (C) Não cabe recurso em sentido estrito da decisão que admitir ou não admitir o assistente de acusação.
- (D) Pode o ofendido, particular, habilitar-se como assistente do Ministério Público em crimes contra a Administração Pública.
- (E) Não se aplicam ao assistente de acusação os impedimentos previstos em lei para o juiz e o órgão do Ministério Público.

11. Assinale a alternativa correta.

- (A) Cabe recurso em sentido estrito da decisão do juiz que julga improcedente a exceção de suspeição.
- (B) Cabe recurso em sentido estrito da decisão que indefere pedido de anulação do processo no curso da instrução.
- (C) No caso de morte do ofendido, o cônjuge somente poderá apelar da sentença absolutória, na ausência de recurso do Ministério Público, se previamente tenha se habilitado como assistente.
- (D) No procedimento sumaríssimo regido pela Lei n.º 9.099, de 26.09.1995, cabe apelação, no prazo de cinco dias, da sentença, da decisão que homologa a transação penal e da que rejeita a denúncia ou a queixa.
- (E) No procedimento sumaríssimo regido pela Lei n.º 9.099, de 26.09.1995, é de cinco dias o prazo para a interposição de embargos de declaração contra a sentença.

12. Considerando as disposições contidas na Lei n.º 11.343, de 23.08.2006 (nova Lei de Tóxicos), assinale a alternativa correta.

- (A) A “infiltração” por agentes policiais em tarefas de investigação, nos crimes descritos na referida Lei, depende de autorização do juiz ou do Ministério Público.
- (B) Recebidos os autos de inquérito policial, o prazo para o oferecimento da denúncia é de 5 (cinco) dias.
- (C) O perito que firmar o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga ficará impedido de participar da elaboração do laudo definitivo.
- (D) Nos crimes de tráfico de drogas ilícitas e assemelhados (arts. 33, *caput* e § 1.º, e 34 a 37), a referida Lei veda a concessão de fiança, *sursis*, graça, indulto, anistia e liberdade provisória, a progressão de regime e a substituição da pena por sanção restritiva de direitos.
- (E) Na fixação da pena, as circunstâncias preponderantes sobre outras circunstâncias previstas no art. 59 do Código Penal são a natureza e a quantidade da substância ou do produto, a personalidade e a conduta social do agente.

13. Considerando as disposições de natureza processual penal contidas na Lei n.º 11.101, de 09.02.2005 (Lei de Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial), aplicáveis aos crimes nela descritos, é incorreto afirmar que

- (A) a ação penal pública será sempre incondicionada.
- (B) a ação penal privada subsidiária pode ser ajuizada pelo administrador judicial e por qualquer credor habilitado.
- (C) embora prevista a competência do juiz criminal para o processo e julgamento da ação penal, admite-se que a prisão preventiva do falido e de seus administradores seja decretada na sentença de falência.
- (D) a impossibilidade de gerir empresa por mandato ou por gestão de negócio é um dos efeitos automáticos da condenação.
- (E) os efeitos da condenação perdurarão até 5 (cinco) anos após a extinção da punibilidade, salvo se antes concedida a reabilitação penal.

14. Considere as seguintes assertivas:

- I. É vedada a concessão de liberdade provisória mediante fiança, anistia, graça e indulto ao condenado por crime de falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produto alimentício (art. 272, *caput*, e §§ 1.º-A e 1.º, do Código Penal).
- II. O reincidente na prática de crimes de extorsão mediante seqüestro na forma tentada (art. 159, *caput*, c.c. o art. 14, inciso II, do Código Penal) somente poderá progredir de regime após o cumprimento de três quintos da pena.
- III. Ao reincidente na prática de crimes de tráfico de entorpecentes (art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343, de 23.08.2006) somente poderá ser concedido o livramento condicional após o cumprimento de dois terços da pena.

Assinale, agora, a alternativa correta.

- (A) Somente I é verdadeira.
- (B) Somente II é verdadeira.
- (C) Somente III é verdadeira.
- (D) Somente I e II são verdadeiras.
- (E) Somente II e III são verdadeiras.

15. Considere as seguintes assertivas:

- I. A Lei de Execução Penal prevê, expressamente, a possibilidade de o juiz da execução modificar as condições impostas à suspensão condicional da pena, ao regime aberto e ao livramento condicional.
- II. A Lei de Execução Penal prevê, expressamente, que o preso provisório estrangeiro está sujeito à inclusão no regime disciplinar diferenciado, nas hipóteses legais de seu cabimento.
- III. Os arts. 180 a 184 da Lei de Execução Penal não prevêem as seguintes possibilidades de conversão: de pena privativa de liberdade em restritiva de direitos; de multa em pena privativa de liberdade; de medida de segurança em pena privativa de liberdade.

Assinale, agora, a alternativa correta.

- (A) Somente I é verdadeira.
- (B) Somente II é verdadeira.
- (C) Somente III é verdadeira.
- (D) Somente I e II são verdadeiras.
- (E) Somente I e III são verdadeiras.

16. Considere as seguintes assertivas:

- I. A condenação irrecorrível a pena privativa de liberdade por crime culposo praticado no período de prova é causa de revogação obrigatória do *sursis*.
- II. Poderá ser deferido novo livramento em relação à mesma pena se a revogação do livramento condicional decorreu do descumprimento de obrigação imposta na sentença concessiva.
- III. Computa-se na pena o tempo em que permaneceu o liberado no gozo do livramento condicional, na hipótese de revogação por crime praticado anteriormente à sua vigência.

Assinale, agora, a alternativa verdadeira.

- (A) Somente I é verdadeira.
- (B) Somente II é verdadeira.
- (C) Somente III é verdadeira.
- (D) Somente I e II são verdadeiras.
- (E) Somente II e III são verdadeiras.

DIREITO PENAL

17. Assinale a alternativa correta.

- (A) Os crimes instantâneos não admitem tentativa.
- (B) Nos crimes de ação múltipla, a pluralidade de agentes integra o tipo.
- (C) É possível a tentativa em crimes comissivos por omissão.
- (D) O crime de exercício arbitrário das próprias razões é crime de mão própria.
- (E) Os crimes unissubjetivos não admitem co-autoria.

18. A Lei n.º 6.766/79 (Lei sobre parcelamento do solo urbano) prevê como crime, no art. 50, I: “Dar início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos sem autorização do órgão público competente, ou em desacordo com as disposições desta Lei ou de outras normas pertinentes do Distrito Federal, Estados e Municípios”. Esse delito pode ser classificado como

- (A) formal, de perigo e instantâneo de efeitos permanentes, no qual o sujeito passivo é a Administração Pública.
- (B) formal, de dano e instantâneo de efeitos permanentes, no qual o sujeito passivo é o Município.
- (C) formal, de perigo e permanente, no qual o sujeito passivo é a Administração Pública.
- (D) material, de dano e permanente, no qual o sujeito passivo é o Município.
- (E) material, de perigo e instantâneo de efeitos permanentes, no qual o sujeito passivo é a Administração Pública.

19. Indique a conduta que não está descrita na Lei n.º 9.605/98 como crime contra o meio ambiente.

- (A) Extrair de florestas de domínio público ou consideradas de preservação permanente, sem prévia autorização, pedra, areia, cal ou qualquer espécie de minerais.
- (B) Causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação e às áreas de que trata o artigo 27 do Decreto n.º 99.274, de 6 de junho de 1990, independentemente de sua localização.
- (C) Introduzir espécime animal no País, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida por autoridade competente.
- (D) Fazer ou usar fogo, por qualquer modo, em floresta ou nas demais formas de vegetação, ou em sua borda, sem tomar as precauções necessárias para evitar propagação.
- (E) Comercializar motosserra ou utilizá-la em florestas e nas demais formas de vegetação, sem licença ou registro da autoridade competente.

20. Propaganda eleitoral em língua estrangeira é

- (A) expressão da garantia do livre exercício da propaganda eleitoral e do voto.
- (B) crime previsto no Código Eleitoral.
- (C) atividade que depende de autorização da Justiça Eleitoral.
- (D) contravenção penal.
- (E) liberdade de expressão assegurada constitucionalmente.

21. Não é modalidade de peculato prevista no Código Penal:

- (A) peculato-apropriação.
- (B) peculato-furto.
- (C) peculato-concussão.
- (D) peculato culposo.
- (E) peculato mediante erro de outrem.

22. Assinale a alternativa correta.

- (A) O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, determina a redução da pena de um sexto a um terço.
- (B) O erro sobre elemento constitutivo do tipo penal não exclui o dolo.
- (C) O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado determina que se considerem as condições ou qualidades da vítima da infração.
- (D) Nas descriminantes putativas, se o erro deriva de culpa, responde o agente por crime culposos, se previsto em lei.
- (E) Considera-se evitável o erro se o agente atua ou se omite com consciência da ilicitude do fato, quando não lhe era possível, nas circunstâncias, agir de forma diversa.

23. Nos termos da Lei n.º 11.340/06 (Lei contra a violência doméstica e familiar contra a mulher), assinale a alternativa incorreta.

- (A) A lei compreende o dano patrimonial à mulher.
- (B) A lei compreende o dano moral à mulher.
- (C) A coabitação entre os sujeitos ativo e passivo é condição para a aplicação da lei.
- (D) A empregada doméstica pode ser sujeito passivo.
- (E) O parentesco entre os sujeitos ativo e passivo não é condição para a aplicação da lei.

24. Diante do que dispõe o art. 297, § 2.º, do Código Penal, não se equiparam a documento público, para efeitos penais,

- (A) as ações de sociedade comercial.
- (B) os títulos não mais transmissíveis por endosso.
- (C) os livros mercantis.
- (D) os testamentos hológrafos.
- (E) os documentos emanados de entidade paraestatal.

25. Assinale o enunciado que não corresponde a entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.
- (A) Há crime de latrocínio quando o homicídio não se consuma, se o agente realiza a subtração de bens da vítima.
 - (B) A punição de intermediador, no jogo do bicho, independe de identificação do “apostador” ou do “banqueiro”.
 - (C) O crime de extorsão consuma-se independentemente da obtenção da vantagem indevida.
 - (D) A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.
 - (E) O art. 309 do Código de Trânsito Brasileiro, que reclama decorra do fato perigo de dano, derogou o artigo 32 da Lei das Contravenções Penais, no tocante à direção sem habilitação em vias terrestres.
26. Assinale a alternativa correta.
- (A) Não se admite co-autoria em crime culposos.
 - (B) Admite-se a participação em crime de mera conduta.
 - (C) As circunstâncias de caráter pessoal, quando elementares do crime, comunicam-se ao partícipe que delas não tinha conhecimento.
 - (D) O partícipe que quis colaborar com a prática de crime menos grave responde pelo crime mais grave executado pelo autor, reduzida a pena até a metade.
 - (E) Configurada a participação de menor importância na infração, deve o juiz diminuir a pena de um terço a dois terços.
27. Aponte qual das condutas não está descrita como crime contra a criança e o adolescente, nos termos da Lei n.º 8.609/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).
- (A) Descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao pátrio poder ou decorrentes de tutela ou guarda, bem assim determinação da autoridade judiciária ou Conselho Tutelar.
 - (B) Impedir ou embaraçar a ação de autoridade judiciária, membro do Conselho Tutelar ou representante do Ministério Público no exercício de função prevista em lei.
 - (C) Descumprir, injustificadamente, prazo fixado nessa Lei, em benefício de adolescente privado de liberdade.
 - (D) Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou constrangimento.
 - (E) Deixar o encarregado de serviço ou dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de manter registro das atividades desenvolvidas, na forma e prazo referidos no art. 10 dessa Lei, bem como de fornecer à parturiente ou a seu responsável, por ocasião da alta médica, declaração de nascimento, onde constem as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato.
28. Não é causa de aumento de pena, de um terço até metade, no crime de homicídio culposo praticado na direção de veículo automotor, a circunstância de o agente
- (A) não possuir Permissão para dirigir ou Carteira de Habilitação.
 - (B) praticá-lo em faixa de pedestres ou na calçada.
 - (C) deixar de prestar socorro, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à vítima do acidente.
 - (D) estar sob influência de álcool ou substância tóxica ou entorpecente de efeitos análogos.
 - (E) no exercício de sua profissão ou atividade, estar conduzindo veículo de transporte de passageiros.
29. Considerando as disposições contidas na Parte Geral da Lei das Contravenções Penais, assinale a alternativa incorreta.
- (A) A lei brasileira só é aplicável à contravenção praticada no território nacional.
 - (B) Não é punível a tentativa de contravenção.
 - (C) Nas contravenções, as penas principais são prisão simples e multa.
 - (D) Verifica-se a reincidência quando o agente pratica uma contravenção depois de passar em julgado a sentença que o tenha condenado, no Brasil ou no estrangeiro, por qualquer crime, ou, no Brasil, por motivo de contravenção.
 - (E) Nas contravenções, em caso de ignorância ou de errada compreensão da lei, quando inescusáveis, a pena pode deixar de ser aplicada.
30. Com relação ao crime de rixa, descrito no art. 137, *caput*, do Código Penal (“Participar de rixa, salvo para separar os contendores”), assinale a alternativa incorreta.
- (A) É crime plurissubjetivo ou de concurso necessário.
 - (B) Há presunção de perigo, que decorre da simples existência material da contenda.
 - (C) É possível uma pessoa ser sujeito ativo e passivo do mesmo crime.
 - (D) É infração de forma livre, podendo ser cometida por qualquer meio eleito pelo agente.
 - (E) Quem provoca a rixa por imprudência, sem dela participar, responde também pelo crime.

31. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) Promover, ou organizar a cooperação no crime ou dirigir a atividade dos demais agentes é circunstância agravante genérica.
 - (B) O desconhecimento da lei é circunstância atenuante genérica.
 - (C) Ter o agente cometido o crime em estado de embriaguez preordenada é circunstância agravante genérica.
 - (D) No concurso de agravantes e atenuantes, as circunstâncias preponderantes são as que resultam dos motivos determinantes do crime, da personalidade e da conduta social do agente.
 - (E) No concurso de causas de aumento ou de diminuição de pena previstas na parte especial, pode o juiz, na fixação da pena, limitar-se a um só aumento ou a uma só diminuição, prevalecendo, porém, a causa que mais aumente ou diminua.
32. Se em 1.º de dezembro de 2008 entrar em vigor uma nova lei penal, alterando as disposições contidas na Parte Geral do Código Penal (arts. 14, parágrafo único, 15, 16, 19 e 26, parágrafo único), qual das normas introduzidas pelo novo diploma, mencionadas nas alternativas a seguir, não se aplicará aos crimes cometidos até 30 de novembro de 2008?
- (A) Art. 14, parágrafo único – “Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de metade a dois terços.”
 - (B) Art. 15 – “É isento de pena o agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza.”
 - (C) Art. 16 – “Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de metade até dois terços.”
 - (D) Art. 19 – “Pelo resultado que agrava especialmente a pena, não responde o agente se o houver causado culposamente.”
 - (E) Art. 26, parágrafo único: “A pena pode ser reduzida de um terço a metade se o agente, em virtude de perturbação da saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.”

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO COMERCIAL

33. Na demanda ajuizada por sócios de uma sociedade em face desta para a declaração de nulidade de uma deliberação societária, o litisconsórcio existente entre esses sócios é considerado
- (A) comum (simples) e facultativo.
 - (B) comum (simples) e necessário.
 - (C) unitário e facultativo.
 - (D) unitário e necessário.
 - (E) alternativo e facultativo.
34. Assinale a causa em que o Ministério Público não intervém.
- (A) Ação que envolva litígio coletivo pela posse de terra rural.
 - (B) Ação cautelar de arresto em que o réu restou revel.
 - (C) Causa concernente ao estado da pessoa.
 - (D) Processo de inventário em que há herdeiro ausente.
 - (E) Processo de inventário em que há herdeiro incapaz.
35. Considere as seguintes assertivas:
- I. O conflito de competência pode ser suscitado por qualquer das partes, pelo Ministério Público ou pelo juiz.
 - II. No julgamento do conflito de competência, é possível a invalidação dos atos decisórios do juiz considerado incompetente.
 - III. No julgamento do conflito de competência, o tribunal pode, uma vez constatada a ilegitimidade de uma das partes, extinguir o processo sem julgamento do mérito.
- Assinale a alternativa correta.
- (A) Somente I é verdadeira.
 - (B) Somente I e II são verdadeiras.
 - (C) Somente I e III são verdadeiras.
 - (D) Somente II e III são verdadeiras.
 - (E) Todas as assertivas são verdadeiras.
36. Assinale a alternativa que não contempla requisito para a antecipação da tutela.
- (A) Verossimilhança da alegação e fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.
 - (B) Verossimilhança da alegação e abuso do direito de defesa.
 - (C) Verossimilhança da alegação e manifesta intenção prolatória do réu.
 - (D) Verossimilhança da alegação e autor beneficiário da assistência judiciária gratuita.
 - (E) Ausência de controvérsia em torno de um ou mais dos pedidos cumulados.

37. O juiz pode cassar a própria sentença e determinar o regular prosseguimento do processo em primeira instância diante de apelação interposta contra
- (A) a sentença que indefere a petição inicial e a sentença que a qualquer momento extingue o processo sem julgamento do mérito.
 - (B) a sentença que indefere a petição inicial e a sentença liminar de improcedência da demanda.
 - (C) a sentença que indefere a petição inicial e a sentença de julgamento antecipado da lide.
 - (D) a sentença que a qualquer momento extingue o processo sem julgamento do mérito e a sentença liminar de improcedência da demanda.
 - (E) a sentença liminar de improcedência da demanda e a sentença de julgamento antecipado da lide.
38. Assinale a alternativa correta.
- (A) O Ministério Público e a Fazenda Pública contam com prazo em quádruplo para reconvir.
 - (B) A extinção da demanda inicial conduz necessariamente à extinção da reconvenção, que não pode isoladamente seguir adiante.
 - (C) A reconvenção desacompanhada de contestação deve ser indeferida.
 - (D) Diante de demanda possessória, o réu pode ofertar reconvenção para que se reconheça seu domínio sobre a área litigiosa.
 - (E) É inadmissível reconvenção para cobrança de dívida em resposta a ação declaratória.
39. Assinale a alternativa correta.
- (A) Nenhum título executivo judicial depende da instauração de um novo processo para a sua execução.
 - (B) É de valor fixo e invariável a multa coercitiva prevista para estimular o cumprimento de sentença condenatória que tem por objeto obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa.
 - (C) O juiz não pode impor de ofício a multa coercitiva prevista para o cumprimento da sentença condenatória que tem por objeto obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa.
 - (D) Não é possível condenação ao pagamento de honorários advocatícios em cumprimento de sentença nem em impugnação.
 - (E) Independe de embargos e pode ser feita por meio de simples petição a defesa do executado diante do cumprimento de sentença que tem por objeto obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa.
40. Assinale a alternativa em que todas as matérias podem ser oportunamente conhecidas de ofício pelo tribunal no julgamento da apelação.
- (A) Ilegitimidade de parte, convenção de arbitragem e litispendência.
 - (B) Impossibilidade jurídica da demanda, nulidade de cláusula de eleição de foro em contrato de adesão e nulidade da citação.
 - (C) Coisa julgada, convenção de arbitragem e prescrição.
 - (D) Prescrição, incompetência absoluta e coisa julgada.
 - (E) Incompetência absoluta, incompetência relativa e ilegitimidade de parte.
41. Considere as assertivas seguintes:
- I. Nos embargos de declaração, é possível a *reformatio in pejus*.
 - II. A parte vencedora tem legitimidade e interesse para a oposição de embargos de declaração.
 - III. De acordo com a lei e com a jurisprudência, os embargos de declaração são cabíveis para a sanção de omissão, obscuridade, contradição e erro evidente ou material.
- Assinale a alternativa correta.
- (A) Somente III é verdadeira.
 - (B) Somente I e II são verdadeiras.
 - (C) Somente I e III são verdadeiras.
 - (D) Somente II e III são verdadeiras.
 - (E) Todas as assertivas são verdadeiras.
42. Considere as assertivas seguintes:
- I. A pensão alimentícia do filho é automaticamente cancelada com o alcance da maioridade, independentemente de decisão judicial.
 - II. A prisão civil do alimentante não é possível no caso de inadimplemento de parcelas vencidas após o ajuizamento da execução de prestação alimentícia.
 - III. O Ministério Público não pode requerer a prisão do alimentante nos processos em que atua como fiscal da lei.
- Assinale a alternativa correta.
- (A) Somente III é verdadeira.
 - (B) Somente I e II são verdadeiras.
 - (C) Somente I e III são verdadeiras.
 - (D) Somente II e III são verdadeiras.
 - (E) Todas as assertivas são falsas.

43. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens.
- (B) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início da sua atividade.
- (C) A incapacidade superveniente não impede o empresário de dar continuidade à empresa exercida até então, desde que representado ou assistido.
- (D) O empresário casado não pode alienar imóveis que integram o patrimônio da empresa sem a outorga conjugal.
- (E) A sentença que decreta ou homologa a separação judicial do empresário não pode ser oposta a terceiros antes de arquivada e averbada no Registro Público de Empresas Mercantis.

44. Assinale a alternativa correta.

- (A) A notificação destinada à comprovação da mora em dívida garantida por alienação fiduciária deve trazer o valor total do débito para a devida ciência do devedor.
- (B) O protesto do título para a comprovação da mora em dívida garantida por alienação fiduciária não pode ser feito por edital.
- (C) No caso de mora em obrigação garantida mediante alienação fiduciária, o credor não pode vender a coisa a terceiros antes da avaliação judicial do bem.
- (D) É vedada a concessão liminar da busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, em respeito ao princípio do contraditório.
- (E) Na resposta à ação de busca e apreensão fundada em obrigação garantida por alienação fiduciária, o devedor pode discutir a legalidade de cláusulas contratuais.

45. Na _____, a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais dos resultados correspondentes.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

- (A) sociedade em conta de participação
- (B) sociedade em nome coletivo
- (C) sociedade cooperativa
- (D) sociedade em comandita simples
- (E) sociedade em comum

46. Considere as assertivas seguintes:

- I. É admissível a ação monitória fundada em cheque prescrito, independentemente de indicação da causa de emissão.
- II. É admissível a execução fundada em cheque prescrito, desde que a causa de emissão seja indicada.
- III. Não é admissível execução fundada em nota promissória vinculada a contrato de abertura de crédito, dada a falta de autonomia e, conseqüentemente, de liquidez.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Somente I é verdadeira.
- (B) Somente I e II são verdadeiras.
- (C) Somente I e III são verdadeiras.
- (D) Somente II e III são verdadeiras.
- (E) Todas as assertivas são verdadeiras.

47. Assinale a alternativa correta.

- (A) O Ministério Público não tem legitimidade para impugnar a relação de credores que instrui o pedido de recuperação judicial.
- (B) O devedor pode, unilateralmente e a qualquer momento, desistir do pedido de recuperação judicial, em razão do princípio dispositivo.
- (C) O Ministério Público tem legitimidade para a ação revocatória, que deve ser proposta no prazo de três anos da decretação da falência.
- (D) É vedada a reunião de credores em litisconsórcio para alcançar o valor mínimo exigido pela lei para o requerimento de falência, em razão do princípio da continuidade da empresa.
- (E) Não é admissível a nomeação de pessoa jurídica para a função de administrador judicial, que deve ser necessariamente desempenhada por profissional de nível universitário, inscrito no órgão de classe competente.

48. Considere as assertivas seguintes:

- I. A sociedade cooperativa e a sociedade em nome coletivo não estão sujeitas a falência.
- II. Nos casos em que não couber no processo falimentar pedido de restituição, fica resguardado o direito dos credores de opor embargos de terceiro.
- III. A declaração de ineficácia de atos em relação à massa falida depende da propositura de ação revocatória.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Somente I é verdadeira.
- (B) Somente II é verdadeira.
- (C) Somente III é verdadeira.
- (D) Somente I e III são verdadeiras.
- (E) Todas as assertivas são falsas.

TUTELA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS, DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS

49. Considere os seguintes enunciados:

- I. Há dois tipos de área de preservação permanente: a instituída diretamente pelo Código Florestal e a instituída por ato da Administração Pública.
- II. De acordo com o Código Florestal, consideram-se área de proteção ambiental as florestas e demais formas de vegetação natural situadas nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues.
- III. O regime jurídico das áreas de preservação permanente possibilita a exploração dos recursos naturais existentes.

Está correto somente o contido

- (A) na assertiva I.
- (B) na assertiva II.
- (C) na assertiva III.
- (D) nas assertivas I e II.
- (E) nas assertivas II e III.

50. Considere as seguintes afirmações sobre a Lei n.º 6.766/79 (Lei do Parcelamento do Solo):

- I. Permite menor infra-estrutura básica nos parcelamentos situados nas zonas declaradas por lei como de interesse social.
- II. Permite a implantação de loteamentos fechados, conforme o plano diretor do município.
- III. Admite o parcelamento do solo para fins urbanos em áreas rurais, desde que aprovado pelo INCRA.
- IV. Obriga o Município a regularizar o loteamento executado sem observância das determinações do ato administrativo de licença.

São corretas somente as assertivas

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

51. Prefeito Municipal, cujo mandato terminou em dezembro de 2004, foi réu em ação de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público, porque durante o mês de fevereiro de 2002 teria utilizado funcionários e máquinas de terraplenagem da Prefeitura para dar início à obra de construção de sua residência. Em maio de 2007, sobreveio sentença de improcedência por falta de provas, que transitou em julgado. Entretanto, em novembro de 2008, a testemunha A, que sabia dos fatos, pois tinha sido mestre-de-obras responsável pela construção, e não fora ouvida, procurou a Promotoria de Justiça da Comarca e mostrou documentos e gravações que havia produzido clandestinamente, comprovando aqueles fatos. Na oportunidade, declarou que estaria disposta a testemunhar e relatar tudo o que sabia. Diante dessa situação, assinale a providência correta que, como promotor de justiça, adotaria.

- (A) Informaria a testemunha de que nada poderia ser feito, pois já decorrido o prazo de prescrição previsto no artigo 23 da Lei n.º 8.429/92 e, portanto, o Ministério Público não poderia ajuizar ação pretendendo a aplicação das penas do artigo 12 da Lei de Improbidade Administrativa.
- (B) Instauraria inquérito civil, tomaria por termo as declarações da testemunha A, convidaria o ex-Prefeito para prestar esclarecimentos e oferecer subsídios para esclarecimento dos fatos e, por fim, ajuizaria nova ação civil pública.
- (C) Tendo em mãos a prova clandestina, procuraria notificar o ex-Prefeito Municipal para celebrar compromisso de ajustamento a fim de ressarcir os cofres públicos dos gastos havidos ilícitamente.
- (D) Tomaria por termo as declarações da testemunha A e oficiaria ao atual Prefeito, requisitando que o Município ajuizasse nova ação civil pública, porque ao Ministério Público já teria ocorrido preclusão.
- (E) Como a prova trazida era ilícita, e porque já teria ocorrido coisa julgada material, nada poderia ser feito.

52. Levando-se em conta as disposições do Código de Defesa do Consumidor quanto à responsabilidade pelo fato do produto ou do serviço, considere as assertivas seguintes.

- I. Ainda que o fabricante comprove que não colocou o produto no mercado, será ele responsabilizado objetivamente pelos danos que causar aos consumidores.
- II. A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.
- III. O fornecedor de serviços se exime de responsabilidade objetiva quando provar que o defeito inexistia ou que a culpa é exclusiva do consumidor ou de terceiro.
- IV. É irrelevante saber a época em que um produto foi colocado em circulação para se avaliar se é defeituoso ou não.

São corretas somente as assertivas

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

53. Assinale a alternativa correta.

- (A) As autoridades com prerrogativa de foro especial gozam desse benefício quando se trata de ação civil pública por improbidade administrativa.
- (B) O sucessor testamentário daquele que causar lesão ao patrimônio não está sujeito às cominações da Lei de Improbidade Administrativa.
- (C) O cidadão é o único legitimado a representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar prática de ato de improbidade.
- (D) A indisponibilidade dos bens do réu incide sobre tantos bens quantos forem necessários para o ressarcimento integral do dano e para a perda do acréscimo patrimonial, inclusive sobre bens adquiridos anteriormente ao ato de improbidade.
- (E) Quando o Ministério Público não for o autor da ação civil pública de improbidade administrativa, não é obrigatória a sua intervenção como fiscal da lei.

54. Relativamente aos interesses transindividuais, de acordo com o disposto no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que

- (A) os titulares dos interesses difusos estão ligados por uma origem em comum.
- (B) os titulares dos interesses individuais homogêneos estão ligados por uma circunstância de fato.
- (C) os titulares dos interesses coletivos estão ligados por uma origem em comum ou por uma circunstância de fato.
- (D) os titulares de interesses difusos estão ligados por uma relação jurídica base.
- (E) os titulares de interesses coletivos estão ligados por uma relação jurídica base.

55. Assinale a alternativa correta.

- (A) O inquérito civil é condição de procedibilidade para o ajuizamento de ação civil pública a cargo do Ministério Público.
- (B) A instauração do inquérito civil prescinde de uma portaria inicial que fixe o seu objeto e justifique a necessidade de sua instauração.
- (C) Da instauração do inquérito civil não cabe recurso do interessado ao Conselho Superior do Ministério Público.
- (D) O procedimento preparatório de inquérito civil será sempre de duração limitada.
- (E) Manifestação anônima, ainda que justificada, não autoriza a instauração de procedimento preparatório de inquérito civil.

56. Com relação à sistemática da ação civil pública, assinale a alternativa correta.

- (A) Havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado deverá ser destinada diretamente à reconstituição dos bens lesados.
- (B) Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz determinará o cumprimento da prestação da atividade devida ou a cessação da atividade nociva, sob pena de execução específica, ou de cominação de multa diária, desde que haja requerimento do autor.
- (C) Poderá ser cumulado pedido na ação civil pública para condenação em dinheiro ou cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.
- (D) Decorridos sessenta dias do trânsito em julgado da sentença condenatória, sem que a associação autora lhe promova a execução, deverá fazê-lo exclusivamente o Ministério Público.
- (E) Havendo concessão de medida liminar com imposição de multa, esta só será devida após o trânsito em julgado da decisão favorável ao autor.

57. Assinale a alternativa correta.

- (A) O Ministério Público não poderá firmar compromisso de ajustamento de conduta visando à reparação do dano objeto do inquérito civil.
- (B) A fixação de multa cominatória é condição de validade do compromisso de ajustamento de conduta.
- (C) Havendo ação civil pública em andamento, o compromisso de ajustamento deve ser formalizado no processo respectivo para homologação por sentença, depois de ouvido o Conselho Superior do Ministério Público.
- (D) A celebração de compromisso de ajustamento de conduta pelo Ministério Público impede que outro, ainda que mais abrangente, seja celebrado por qualquer dos legitimados à ação civil pública.
- (E) Admite-se que, justificadamente, seja celebrada novação pelo Ministério Público em compromissos de ajustamento de conduta.

58. Com relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, é incorreto afirmar que

- (A) o Ministério Público tem legitimidade para a ação civil pública fundada em direito individual relativo à infância e juventude.
- (B) o ECA prevê expressamente a possibilidade de impetração de mandado de segurança para a defesa contra atos ilegais ou abusivos de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público, que lesem direito líquido e certo nele previsto.
- (C) o não oferecimento ou oferta irregular de programas suplementares de material didático-escolar, transporte e assistência à saúde do educando do ensino fundamental implica ação de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente.
- (D) em caso de desistência ou abandono da ação civil pública em defesa da infância, proposta por associação legitimada, o processo será extinto sem julgamento do mérito.
- (E) na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz poderá fixar multa diária, e o valor será destinado ao Fundo dos Interesses Difusos Lesados previsto no artigo 13 da Lei da Ação Civil Pública, uma vez que o ECA não prevê Fundo próprio.

59. A Constituição da República Federativa do Brasil

- I. permite o uso de propriedade particular por autoridade competente em caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário ulterior indenização por dano;
- II. estabelece a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, somente mediante pagamento em dinheiro;
- III. garante a impenhorabilidade da pequena propriedade rural por quaisquer dívidas de seu proprietário.

Pode-se afirmar que somente

- (A) a assertiva I está correta.
- (B) as assertivas I e II estão corretas.
- (C) as assertivas I e III estão corretas.
- (D) a assertiva II está correta.
- (E) a assertiva III está correta.

60. Com relação ao disposto na Constituição Federal, considere as seguintes afirmações:

- I. Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, não sendo permitida a sua recondução.
- II. É garantida aos membros do Ministério Público a inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa.
- III. É vedado ao membro do Ministério Público exercer atividade político-partidária.
- IV. A distribuição de processos no Ministério Público será imediata, salvo por motivo relevante, devendo o Procurador-Geral de Justiça, nos casos dos Estados, encaminhar a devida motivação ao presidente do Tribunal Estadual.

Estão corretas somente as assertivas

- (A) I e IV.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.

61. “Qualquer cidadão, no pleno gozo de seus direitos políticos, pode invalidar atos ou contratos administrativos ilegais ou lesivos ao patrimônio da União, Distrito Federal e Municípios”.

Essa afirmação refere-se a

- (A) Mandado de segurança.
- (B) *Habeas Data*.
- (C) Ação popular.
- (D) Ação de improbidade administrativa.
- (E) Mandado de injunção.

62. Com relação ao Poder Constituinte, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O poder constituinte originário não se submete aos limites do poder reformador.
- (B) O poder reformador tem, dentre os seus limites circunstanciais, o estado de sítio e a intervenção federal.
- (C) O poder constituinte derivado tem como um de seus limites materiais a abolição do princípio da separação dos Poderes.
- (D) O limite do poder reformador à abolição dos direitos e garantias individuais inclui apenas as liberdades públicas clássicas, e não os direitos econômicos e sociais.
- (E) A violação dos limites materiais do poder constituinte derivado sujeita a reforma constitucional ao controle de constitucionalidade pelo Poder Judiciário.

63. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) O crime de tortura, que é imprescritível, segundo a legislação penal brasileira somente pode ser praticado por funcionário público ou outra pessoa no exercício de função pública.
 - (B) A Constituição Federal tem como cláusula pétreia a garantia de que ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.
 - (C) A decretação da perda do cargo, função ou emprego público é efeito automático da sentença condenatória dos crimes de tortura.
 - (D) Define-se como tortura qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de terceira pessoa, informações ou confissões; de castigá-la por ato que ela ou terceira pessoa tenha cometido ou seja suspeita de ter cometido; de intimidar ou coagir essa pessoa ou outras pessoas; ou por qualquer motivo baseado em discriminação de qualquer natureza.
 - (E) Aplica-se a lei brasileira ao crime de tortura praticado no exterior, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.
64. Considerando que o Brasil é signatário da Convenção Americana de Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de San José da Costa Rica, assinale a alternativa correta.
- (A) O Brasil está sujeito à jurisdição contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos, porque se trata de cláusula obrigatória da Convenção.
 - (B) A competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos está limitada à emissão de sentença declaratória por violações da Convenção.
 - (C) A cláusula da Convenção relativa à jurisdição obrigatória da Corte é facultativa e o Brasil a ela não aderiu até hoje.
 - (D) O Brasil sujeitou-se voluntariamente à jurisdição da Corte e pode ser condenado à obrigação de fazer cessar as violações à Convenção e indenizar as vítimas.
 - (E) A Constituição Federal não permite a sujeição do Brasil à jurisdição de Tribunais Internacionais.

DIREITO CIVIL, DIREITO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E DIREITO ADMINISTRATIVO

65. Com relação à pessoa do interdito, assinale a alternativa incorreta.
- (A) O seu domicílio será o do curador, não se admitindo prova em contrário, sendo irrelevante, para efeito legal, o lugar da situação dos bens ou o da residência ou internação.
 - (B) A incapacidade absoluta constitui causa impeditiva da prescrição, independentemente da data da sentença ou do registro de interdição.
 - (C) Quando o curador for o cônjuge e o regime de bens do casamento for de comunhão parcial, não será obrigado à prestação de contas, salvo determinação judicial.
 - (D) O seu filho, se menor, ficará sob a autoridade do curador nomeado pelo juiz, que terá, ainda, a administração dos bens que lhe pertencam.
 - (E) Ainda que sem consciência do ilícito, ele poderá ser vítima de danos morais por ofensa à honra, inclusive no caso de calúnia.
66. Indique a alternativa correta.
- (A) A incapacidade para suceder e a exclusão da sucessão de herdeiro ou legatário dependem de declaração por sentença transitada em julgado.
 - (B) O excluído da sucessão conservará o direito ao usufruto e à administração dos bens que aos seus sucessores couberem na herança.
 - (C) Prescreve em dois anos, contados da abertura da sucessão, a pretensão de excluir o herdeiro ou o legatário.
 - (D) É possível a reabilitação expressa do excluído da sucessão, em testamento ou outro ato autêntico que indique o perdão do ofendido.
 - (E) A sentença de exclusão do herdeiro ou legatário produz efeitos a partir do trânsito em julgado, cabendo ao excluído, desde que de boa-fé, os frutos e rendimentos dos bens pelo tempo de posse da herança.
67. Sobre a dissolução do vínculo matrimonial, aponte a assertiva correta.
- (A) A anulação do casamento contraído por menor de dezesseis anos poderá ser requerida pelo próprio cônjuge menor, por seus representantes legais, por seus ascendentes, ou pelo Ministério Público.
 - (B) A decretação de nulidade de casamento, por infringência de impedimento, poderá ser objeto de ação promovida por qualquer interessado, ou pelo Ministério Público.
 - (C) A sentença que decretar a nulidade do casamento terá efeito *ex nunc*, vigendo a partir da sentença passada em julgado, sem prejudicar direitos adquiridos por terceiro de boa-fé, a título oneroso.
 - (D) O casamento é anulável por incapacidade do agente, quando contraído pelo enfermo mental sem o necessário discernimento para os atos da vida civil.
 - (E) O desfazimento do vínculo faz cessar o impedimento para novas núpcias, e ocorre apenas nos casos de divórcio e de morte real de um dos cônjuges.

68. Leia atentamente as seguintes assertivas sobre os direitos da personalidade.

- I. O direito à intimidade é inalienável, irrenunciável e relativamente disponível.
- II. O suicídio constitui um ato ilícito, embora sem natureza criminal.
- III. A criança e o adolescente têm direito à tutela de imagem e intimidade, sendo, por isso, vedada a divulgação de atos infracionais que permitam a sua identificação.
- IV. A circunstância de se encontrar o funcionário público no exercício de suas funções, e não em conversa ou atividade particular, afasta a incidência das normas de proteção à vida privada, com relação à divulgação da sua imagem.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Somente I, II e III são verdadeiras.
- (B) Somente I, II e IV são verdadeiras.
- (C) Somente I, III e IV são verdadeiras.
- (D) Somente II, III e IV são verdadeiras.
- (E) Todas as assertivas são verdadeiras.

69. Assinale a alternativa correta.

- (A) No caso de ato infracional com reflexos patrimoniais, o adolescente poderá ser obrigado, pelo juiz, a ressarcir o dano que perpetrou ou compensar, por outra forma, o prejuízo da vítima.
- (B) O incapaz jamais responde pelo ato ilícito por ele praticado, cabendo aos pais arcar com a indenização de forma direta.
- (C) A inimputabilidade do agente não afasta o dever de indenizar o dano que provocou, provando-se unicamente o fato de que ele possui meios de reparar o ato ilícito.
- (D) A emancipação por outorga dos pais exclui, por si só, a responsabilidade civil decorrente de atos ilícitos do filho.
- (E) Os pais são responsáveis pela reparação civil, de forma subsidiária, pelo ato ilícito praticado pelo filho menor que estiver sob sua autoridade e em sua companhia.

70. Sobre as relações patrimoniais entre pais e filhos, assinale a alternativa correta.

- (A) O pai ou a mãe que abusarem de sua autoridade, arruinando os bens dos filhos, poderão sofrer a suspensão do poder familiar e, na reiteração, a sua destituição.
- (B) Na administração dos rendimentos e dos bens dos filhos, os pais ficam sujeitos a apresentar contas e também a prestar caução para garantir o fiel cumprimento de seu encargo.
- (C) Os valores auferidos pelos filhos no exercício de atividade profissional estão sujeitos ao poder familiar, independentemente da idade.
- (D) Os bens adquiridos pelos filhos maiores de dezesseis anos em decorrência do exercício de atividade profissional estão sujeitos ao poder familiar.
- (E) Ficam sujeitos à administração e ao usufruto dos pais os bens doados ao filho, independentemente de qualquer condição.

71. Certo testador institui seus herdeiros Antonio por 1/6 da herança, Benedito por 2/6 e Carlos por 3/6, dispondo que, na falta de um deles por premoriência, indignidade ou renúncia, nomeia Daniel, como herdeiro, juntamente com os demais. Considerando a condição de substituto vulgar de Daniel, a concorrer com os substitutos recíprocos, assinale a assertiva correta sobre a distribuição da herança caso Antonio venha a falecer.

- (A) O seu quinhão será dividido entre Daniel, Benedito e Carlos na mesma proporção fixada, ou seja, 1/6, 2/6 e 3/6.
- (B) Benedito, Carlos e Daniel receberão cada um 1/3 da herança deixada pelo *de cuius*.
- (C) O quinhão de Antonio (1/6) irá para Daniel, ficando Benedito com 2/6 da herança e Carlos com 3/6 desta.
- (D) O quinhão de Antonio (1/6) será dividido em partes iguais por todos os herdeiros, Benedito, Carlos e inclusive Daniel.
- (E) A sua cota (1/6) será dividida entre Benedito, que receberá duas partes dela, e Carlos, que ficará com três partes dela.

72. Quanto à causa jurídica, os alimentos poderão ser

- (A) atuais e futuros.
- (B) naturais e civis.
- (C) voluntários, ressarcitórios e legítimos.
- (D) acautelatórios, voluntários e definitivos.
- (E) provisionais, provisórios e regulares.

73. Assinale a alternativa correta.

- (A) A hipoteca convencional extingue-se pela preempção legal, pois decorridos vinte anos de seu registro, sem que haja renovação, não mais será admissível qualquer prorrogação.
- (B) Têm o direito de resgatar o imóvel hipotecado: o credor sub-hipotecário; o adquirente do imóvel hipotecado; o devedor da hipoteca ou os membros de sua família; a massa falida ou os credores em concurso.
- (C) É obrigação do devedor pignoratício imputar o valor dos frutos de que vier a se apropriar nas despesas de guarda e conservação, nos juros e no capital da obrigação garantida sucessivamente.
- (D) O usufruto convencional por alienação ocorre quando o dono do bem cede a nua-propriedade, reservando para si o usufruto.
- (E) o usufruto convencional por retenção se dá quando o proprietário o concede, mediante ato *inter vivos* ou *causa mortis*, conservando a nua-propriedade.

74. Os dividendos e as ações bonificadas percebidas pelo cônjuge-acionista na constância do matrimônio, sendo o regime da comunhão parcial,

- (A) serão de propriedade exclusiva do cônjuge-acionista, por serem provento de seu trabalho pessoal.
- (B) entrarão para o patrimônio comum, por terem sido adquiridos por fato eventual.
- (C) pertencerão somente ao cônjuge-acionista, visto serem lucros sociais oriundos de um investimento por ele feito com vista à remuneração periódica do capital empregado.
- (D) farão parte dos bens particulares do cônjuge-acionista, pois sua aquisição teve por título uma causa anterior ao casamento.
- (E) entrarão para o patrimônio comum do casal, comunicando-se, portanto, ao outro cônjuge (não-acionista), que, então, deles será meeiro, pois constituem frutos civis de bens particulares do cônjuge-acionista.

75. Leia as assertivas a seguir.

- I. É imprescindível autorização judicial específica para a participação de criança ou adolescente em programa de televisão e nas respectivas gravações, mesmo que estejam acompanhados pelos pais ou responsável.
- II. É dispensável autorização judicial específica para a entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhados dos pais ou responsável, em estúdio de televisão, desde que disciplinadas através de portaria ou autorizadas, mediante alvará, pelo juízo da infância.
- III. É vedada a entrada e permanência de crianças e adolescentes em estabelecimentos que exploram comercialmente jogos de azar, mas tal vedação não alcança as casas de diversões eletrônicas, reguladas por portaria ou alvará do juízo da infância.

Pode-se afirmar que

- (A) é correta somente a I.
- (B) é correta somente a II.
- (C) são corretas somente a I e a II.
- (D) são corretas somente a II e a III.
- (E) todas são corretas.

76. Assinale a alternativa correta.

- (A) As ações judiciais da competência da Justiça da Infância e da Juventude não são isentas de custas e emolumentos.
- (B) A apelação em sede de Juízo da Infância e da Juventude terá apenas efeito devolutivo, salvo quando se tratar de sentença que defere adoção por estrangeiro, ou quando houver perigo de dano irreparável ou de difícil reparação.
- (C) O prazo para recorrer das decisões proferidas pela Justiça da Infância e da Juventude não será contado em dobro para a Defensoria Pública e para o Ministério Público, por ser especial a Lei n.º 8.069/90.
- (D) Nos casos de ato infracional, será competente a autoridade judiciária do domicílio dos pais ou responsáveis e, na sua falta, a do local onde se encontrar o infrator.
- (E) O procedimento para imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente apenas poderá iniciar-se por representação do Conselho Tutelar.

77. Assinale a alternativa correta.

- (A) Ante a discricionariedade da Administração no ato disciplinar, o controle jurisdicional é restrito aos aspectos formais do processo administrativo.
- (B) O *habeas corpus* é instrumento adequado para a revisão do mérito de processo administrativo que haja implicado a pena de suspensão do servidor.
- (C) A demissão por ilícito administrativo, que configura também ilícito penal, só é cabível após o trânsito em julgado da ação penal instaurada contra o servidor para a apuração do crime.
- (D) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.
- (E) Condenado o servidor por ilícito praticado contra a Administração, comprovada a culpa em regular processo administrativo, ele sofrerá execução direta para ressarcimento do dano ao erário, independentemente da anuência à sanção administrativa.

78. Considere as seguintes assertivas sobre a parceria público-privada:

- I. É o contrato administrativo de concessão de serviço ou obra pública que, na modalidade patrocinada, envolve contraprestação pecuniária do contratante público ao contratante privado, ambos denominados parceiros.
- II. Entre suas cláusulas, o contrato deve prever os riscos compartilháveis entre as partes, inclusive os decorrentes de caso fortuito, força maior, culpa de terceiro, fato do príncipe e álea econômica ordinária.
- III. A implantação e a gestão do objeto da parceria serão efetuadas por sociedade constituída com propósito específico antes da contratação, sendo vedada ao Poder Público a titularidade da maioria do capital votante, salvo se a aquisição se der por instituição financeira por ele controlada, diante da inadimplência dos contratos de financiamento.

Sobre as assertivas, pode-se dizer que

- (A) somente I e II são corretas.
- (B) somente I e III são corretas.
- (C) somente II e III são corretas.
- (D) somente III é correta.
- (E) todas são corretas.

79. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) O servidor público que, após regular concurso, é nomeado para cargo de provimento efetivo, adquire estabilidade após dois anos de exercício e será destituído por sentença judicial ou por processo administrativo no qual lhe seja assegurada ampla defesa.
- (B) A readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuição e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.
- (C) O Ministério Público é competente para prover os cargos de seus membros e os dos serviços auxiliares.
- (D) O provimento derivado por reingresso é aquele em que o servidor retorna ao serviço ativo do qual estava afastado e compreende as seguintes modalidades: reversão, aproveitamento, reintegração e recondução.
- (E) São cargos vitalícios unicamente os de magistrado, os de ministro ou conselheiro do Tribunal de Contas e os de membro do Ministério Público, sendo que o vitaliciamento dar-se-á após dois anos de exercício em cargo da Magistratura e do Ministério Público, por concurso, e em seguida à posse, nos casos de nomeação direta para os Tribunais.

80. Assinale a alternativa correta sobre a prestação de serviços públicos.

- (A) A essencialidade dos serviços e o vínculo imediato com os direitos fundamentais são fatores que indicam o dever de gratuidade na prestação, pela concessionária, aos usuários que, por qualquer razão de fato ou de direito, simplesmente aleguem estar sem condições de pagar a respectiva contraprestação.
- (B) O direito do consumidor não pode ser aplicado no âmbito dos serviços públicos, em virtude da solidariedade existente entre os usuários, pois a vantagem especial assegurada a um deles poderia comprometer a prestação aos demais.
- (C) Diante do princípio da transparência, constitui dever, seja do concedente seja do concessionário, o de fornecer aos usuários as informações para defesa de interesses individuais e coletivos. Cabe aos usuários, ainda, como sujeitos interessados na boa prestação do serviço, o direito de representação no sistema de fiscalização dos serviços concedidos.
- (D) Quando prestado por meio de concessão, o regime passa a ser exclusivamente de direito privado, única forma de assegurar a continuidade, a generalidade e a adequação do serviço público, e também de garantir o acesso a um maior número de usuários.
- (E) A concessão transfere integralmente para o concessionário os poderes de polícia inerentes ao concedente.